



**Proposta da Administração**  
**Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária**  
**27 de abril de 2020 às 10:00 horas**  
**Sede da Companhia**



[bombril.com.br](http://bombril.com.br)

Prezados Acionistas,

É com muita satisfação que a administração da Bombril S.A (“Companhia”) convida a todos para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de abril de 2020, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Convocação a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal do Grande ABC.

Em observância à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481/2009, a Bombril S.A disponibilizará o sistema de votação a distância, consoante já feito na Assembleias realizadas nos últimos exercícios sociais. As orientações de como exercer o voto por meio dos boletins de voto a distância encontram-se detalhadas no decorrer desse documento.

Solicitamos aos acionistas que examinem cuidadosamente a presente Proposta da Administração e os documentos relativos à Assembleia Geral que estão à disposição no site de Relações com Investidores ([ri.bombril.com.br](http://ri.bombril.com.br)), bem como na sede social da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Apresentamos a seguir as propostas da administração acerca de cada uma das matérias constantes na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Bombril S.A, estão descritas no Edital de Convocação e no presente documento.

Para facilitar a sua leitura organizamos a proposta da administração de acordo com os itens da ordem do dia da referida Assembleia.

Ficamos à sua disposição, através da equipe de Relações com Investidores, para prestar os esclarecimentos que se façam necessários.

**Ronaldo Sampaio Ferreira**  
Presidente do Conselho de Administração

## SUMÁRIO

<b>ORIENTAÇÕES E ESCLARECIMENTOS.....</b>	
<b>A. PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.....</b>	
<b>B. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	
b.1 Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária.....	
b.2 Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária.....	
<b>C. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL E PARECER DO CONSELHO .....</b>	
<b>D. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....</b>	
<b>E. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS. ....</b>	
<b>F. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS – DFP.....</b>	
<b>G. ANEXOS.....</b>	
<b>Anexo I.</b> Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia, informações indicadas nos itens 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência.	
<b>Anexo II.</b> Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.	
<b>Anexo III.</b> Proposta sobre a Remuneração dos Administradores – Informações indicadas nos itens 13.1 a 13.16 do Formulário de Referência.	
<b>Anexo IV.</b> Edital de Convocação	
<b>Anexo V.</b> Quadro Comparativo da Alteração Proposta do Artigo 5º do Estatuto Social	
<b>Anexo VI.</b> Ata da Reunião do Conselho de Administração deliberada em 05 de setembro de 2019.	
<b>Anexo VII.</b> Ata de Rerratificação da Reunião do Conselho de Administração deliberada em 14 de novembro de 2019.	
<b>Anexo VIII.</b> – Proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.	
<b>Anexo IX.</b> Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	
<b>Anexo X.</b> Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores.	

**ORIENTAÇÕES E ESCLARECIMENTOS  
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

**Objeto**

Em atenção aos melhores interesses da Companhia, e nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481”), a Administração da Companhia submete ao exame, discussão e votação, da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em primeira convocação , **no dia 27 de abril de 2020, às 10:00 horas , na sede da Companhia**, as seguintes matérias constantes na ordem do dia:

**Em Assembleia Geral Ordinária:**

- (i) Apreciar o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para, então, (i.a) deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e (i.b) deliberar sobre as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- (iii) Deliberar sobre o número de assentos do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato e eleger os seus membros;
- (iv) Deliberar sobre o número de assentos do Conselho Fiscal da Companhia para o próximo mandato e eleger os seus membros e respectivos suplentes; e
- (v) Deliberar sobre a fixação do montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020.

**Em Assembleia Geral Extraordinária:**

- (i) Deliberar sobre a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir o aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração em 05 de setembro de 2019, e

rerratificado em 14 de novembro de 2019, em virtude da conversão de debêntures de emissão da Companhia em ações.

#### **A. PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Nos termos do artigo 24, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia e do artigo 126 da Lei das S.A., para participar da AGOE os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

**(a.1) quando pessoa natural:** cópias autenticadas do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);

**(a.2) quando pessoa jurídica:** cópias autenticadas do instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição do Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGOE ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem a pessoa jurídica na AGOE; e

**(a.3) quando fundo de investimento:** cópias autenticadas do regulamento do fundo e do estatuto social ou do contrato social do administrador ou do gestor do fundo, conforme estabeleça o correspondente regulamento, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGOE ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem o fundo de investimentos na AGOE; (b) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração da Companhia ou pelo depositário central, conforme o caso, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da AGOE; e (c) na hipótese de representação do acionista por meio de procuradores, procuração original ou cópia autenticada, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano da data da AGOE, além de indicar o lugar onde foi celebrada, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos

poderes conferidos, sendo que a assinatura do outorgante ou de seu(s) representante(s) legal(is) deverá ser autenticada.

Aos acionistas que têm a intenção de se fazer representar por meio de procuradores na AGOE, solicita-se o envio dos documentos indicados no parágrafo acima com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da AGOE. Os documentos deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Os acionistas poderão participar da AGOE ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentarem tais documentos na abertura da AGOE, conforme o disposto no artigo 5º, § 2º, da Instrução CVM 481.

A Companhia informa, ainda, que adotará o sistema de votação à distância nos termos da Instrução CVM nº 481, permitindo que os acionistas participem da AGOE mediante a entrega do boletim de voto a distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia em até 07 (sete) dias antes da realização da AGOE. Para informações adicionais, deve-se observar as regras previstas na Instrução CVM 481 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia e no item 12.2 do seu Formulário de Referência.

Para os efeitos do que dispõe o art. 141 da LSA e a Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, bem como o artigo 4º da Instrução CVM 481, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo na assembleia geral ordinária é de 5% (cinco por cento).

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia ([ri.bombril.com.br](http://ri.bombril.com.br)), na página da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGOE, conforme artigo 133 da Lei das S.A. e artigo 6º da Instrução CVM 481.

**B. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVAS ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS**  
**ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

**b.1 Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária.**

**Item (i)**            **Apreciar o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para, então, (i.a) deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e (i.b) deliberar sobre as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.**

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Companhia, preparados pela Administração da BOMBRIL S.A e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de março de 2020, acompanhados do parecer dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, encontram-se disponibilizados desde 27 de março de 2020, na sede da Companhia, em seu site de Relações com Investidores ([www.bombril.com.br/ri](http://www.bombril.com.br/ri)), bem como nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

As Demonstrações Financeiras são elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As Demonstrações Financeiras compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Financeiras são complementadas por Notas Explicativas que tem por fim auxílio, análise e entendimento dessas Demonstrações.

**Relatório da Administração**

Acompanha as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e também as informações de caráter

não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos funcionários da Companhia, às suas sociedades controladas, à sua responsabilidade social, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais.

### **Relatório dos Auditores Independentes**

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas e auditadas pelos auditores independentes da Companhia, ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S, os quais emitiram parecer sem ressalvas e com ênfases.

### **Documentos Apresentados**

Encontram-se disponibilizados desde 27 de março de 2020, na sede da Companhia, em sua página de Relações com Investidores ([www.bombril.com.br/ri](http://www.bombril.com.br/ri)), bem como nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia.

- a) Relatório da Administração;
- b) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.
- c) Relatório dos Auditores Independentes;
- d) Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas) e
- e) Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, requeridos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução nº 480/09, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que se encontra anexo ao documento.

### **Manifestação do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal**

Em reunião realizada em 26 de março de 2020, o Conselho Fiscal da Companhia emitiu parecer favorável à aprovação das referidas contas e demonstrações financeiras.

Em reunião realizada em 26 de março de 2020, na forma da Lei 6.404/76, art. 142, inciso V, o Conselho de Administração da Companhia por unanimidade, manifestou favoravelmente, e sem ressalvas, em relação às contas dos administradores e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.



A correspondente ata da reunião do Conselho de Administração e parecer do Conselho Fiscal encontram-se anexas a este documento e foram disponibilizadas pela Companhia no site de Relações com Investidores ([ri.bombril.com.br](http://ri.bombril.com.br)) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliário ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

**Item (ii)**                      **Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.**

### **Prejuízo no Exercício**

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09 não está sendo apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício (nos termos do Ofício Circular da SEP, as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício não são obrigadas a apresentar as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09).

**Item (iii)**                      **Deliberar sobre o número de assentos do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato e eleger seus membros.**

### **Deliberar sobre o número de assentos do Conselho de Administração**

Considerando que o artigo 13 do Estatuto Social da Companhia determinada que o Conselho de Administração seja composto por, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 13 (treze) membros, faz-se necessário, previamente à eleição de seus membros, deliberar o número de membros a compor estes órgãos.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por 04 (quatro) membros.

A administração da Companhia propõe que o seu Conselho de Administração permaneça com o mesmo número de membros efetivos.

### **Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia**

O atual Conselho de Administração da Bombril S.A foi eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, foi outorgado mandato de dois anos, encerrando-se nesta Assembleia Geral

Ordinária de 2020, o que está previsto para ocorrer às 10:00 horas do dia 27 de abril de 2020. Desta forma, se faz necessário ocorrer nova eleição dos membros do Conselho de Administração.

#### **Candidatos apoiados pela Administração**

A Administração propõe aos acionistas da Companhia a eleição dos seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração:

<b>Nome</b>	<b>Membro</b>
Ronaldo Sampaio Ferreira	Efetivo
Celio de Melo Almada Neto	Efetivo
Hagen Wolf de Albuquerque Schoof	Efetivo
Jonatas Giovinnazzo Garcia	Efetivo

Informações detalhadas sobre os candidatos propostos pela Administração, exigidas pelos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480, constam no presente documento.

**Item (iv)**                      **Deliberar sobre o número de assentos do Conselho Fiscal da Companhia para o próximo mandato e eleger seus membros e respectivos suplentes.**

#### **Deliberar sobre o número de assentos do Conselho de Administração**

O atual Conselho Fiscal da Bombril S.A foi eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2019, foi outorgado mandato de um ano, encerrando-se nesta Assembleia Geral Ordinária de 2020, o que está previsto para ocorrer às 10:00 horas do dia 27 de abril de 2020. Desta forma, se faz necessário ocorrer nova eleição dos membros do Conselho de Fiscal.

Considerando que o artigo 13 do Estatuto Social da Companhia determinada que o Conselho Fiscal seja composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros (e igual número de suplentes), faz-se necessário, previamente à eleição de seus membros, deliberar o número de membros a compor estes órgãos.

Atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia é composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Destes, estão ocupados todos os três cargos efetivos e os três cargos de suplentes.

A administração da Companhia propõe que o seu Conselho Fiscal permaneça com o mesmo número de membros efetivos, e mantenha os 03 (três) cargos de suplentes, tendo seu total de preenchimento.

#### **Candidatos apoiados pela Administração**

A Administração propõe aos acionistas da Companhia a eleição dos seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal:

<b>Nome</b>	<b>Membro</b>
Renata Nunes Guimarães	Efetivo
Erica Rodrigues Prado	Efetivo
Marcelo Adilson Tavarone Torresi	Efetivo
João da Silva Barreto	Suplente
José Donizetti de Souza	Suplente
Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes	Suplente

As principais informações sobre os candidatos apoiados pela Administração exigidas pelos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480, encontram-se anexas ao presente documento.

**Item (v)** Deliberar sobre a fixação do montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020.

**Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2020.**

Conforme aprovado por maioria em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de março de 2020, a administração propõe que a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2020 seja fixada em até R\$ 8.597.209,00 (oito milhões, quinhentos e noventa e sete mil, duzentos e nove reais).

**Fixar o montante global da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2020.**

Conforme aprovado por maioria em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2020, a administração propõe que a remuneração global para os membros do Conselho Fiscal da Companhia em 2020, seja no montante de R\$ 403.164,00 (quatrocentos e três mil, cento e sessenta e quatro reais).

## **b.2. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária**

Nos termos da Lei das S.A., a Companhia deve realizar uma Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas para deliberar sobre quaisquer matérias que não sejam objeto de Assembleia Geral Ordinária.

**Primeiro Item (i)** Deliberar sobre a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir o aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração em 05 de setembro de 2019, com rerratificação ocorrida em 14 de novembro de 2019, em virtude da conversão de debêntures de emissão da Companhia em ações.

Em 5 de setembro de 2019, com rerratificação em 14 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital social no valor de R\$ 84.643 mil, em decorrência da conversão de 66.002.424 debêntures emitidas e subscritas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debentures Conversíveis em Ações (“1ª Emissão”), com a consequente emissão de 117.615.317 novas ações ordinárias e 88.829.873 novas ações preferenciais, totalizando 206.445.190 novas ações distribuídas aos debenturistas na forma da Escrituração de Emissão.

Em virtude do referido aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 795.142.427,67 (setecentos e noventa e cinco milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos), representado por 54.064.589 (cinquenta e quatro milhões, sessenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e nove) ações, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ações ordinárias e 34.064.589 (trinta e quatro milhões, sessenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e nove) ações preferenciais, todas sem valor nominal, para R\$ 879.784.955,67 (oitocentos e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), representado por 260.509.779 (duzentas e sessenta milhões, quinhentas e nove mil, setecentas e setenta e nove) ações, sendo 137.615.317 (cento e trinta e sete milhões, seiscentas e quinze mil, trezentas e dezessete) ações ordinárias e 122.894.462 (cento e vinte e dois milhões, oitocentas e noventa e quatro mil, quatrocentas e sessenta e duas) ações preferenciais, todas sem valor nominal, sendo que as ações emitidas resultantes da conversão das Debêntures da 1ª Emissão conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e prerrogativas atribuídos às demais ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia, conforme o caso, sem quaisquer restrições.

## C. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### **BOMBRIL S.A.**

CNPJ nº 50.564.053/0001-03

NIRE 35.300.099.711

Companhia Aberta

### **ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2020**

- 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 26 de março de 2020, às 15:00 horas, na sede social da Bombril S.A. ("Companhia"), no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Via Anchieta, km 14, bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000.
- 2. PRESENCAS:** Presentes os integrantes do Conselho Fiscal Sra. Erica Rodrigues Prado, Sra. Renata Nunes Guimarães Hubenet e Sr. Marcelo Adilson Tavarone Torresi. Presentes, também, os membros da Diretoria da Companhia, Sr. Wagner Brilhante de Albuquerque, Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores, e o Sr. Marcus Fraga Rodrigues, Diretor Jurídico.
- 3. MESA DIRIGENTE:** Erica Rodrigues Prado – Presidente. Marcus Fraga Rodrigues – Secretário.
- 4. CONVOCAÇÃO:** Enviada no dia 19 de março de 2020, em conformidade com o Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia.
- 5. ORDEM DO DIA:** (i) examinar as demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da Administração, bem como o parecer dos auditores independentes da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e sobre eles opinar; e (ii) examinar e opinar acerca da proposta a ser submetida à assembleia geral relativa a modificação do capital social resultante da conversão das debêntures em ações, emitidas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Bombril S.A. ("Debêntures" e Escritura de Emissão").
- 6. DELIBERAÇÕES:**
  - 6.1.** Iniciados os trabalhos, os Srs. membros do Conselho consignaram que receberam da administração da Companhia todo o material solicitado para realizar o exame exauriente das matérias referidas na ordem do dia.
  - 6.2.** Após exame do material respectivo e ter seus questionamentos respondidos pela administração da Companhia, os Srs. membros do Conselho Fiscal, *por unanimidade*, se manifestaram favoravelmente às demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da Administração, bem como o parecer dos auditores independentes da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.
  - 6.3.** Também foi aprovado, por unanimidade, o estudo de longo prazo realizado pela Companhia para sustentação do ativo fiscal diferido.

**6.4.** Em relação ao item (ii) da ordem do dia, foram apresentados aos Srs. Conselheiros os números relativos a conversão das debêntures em ações, emitidas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Bombril S.A. (“Debêntures” e Escritura de Emissão”). Em virtude da referida conversão e com base em decisão do Conselho de Administração manifestada em reuniões ocorridas em 05 de setembro e 14 de novembro de 2019, operou-se o aumento de capital que passou de R\$ 795.142.427,64 (setecentos e noventa e cinco milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos), representado por 54.064.589 (cinquenta e quatro milhões, sessenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e nove) ações, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ações ordinárias e 34.064.589 (trinta e quatro milhões, sessenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e nove) ações preferenciais, todas sem valor nominal, para R\$ 879.784.955,67 (oitocentos e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), representado por 260.509.779 (duzentas e sessenta milhões, quinhentas e nove mil, setecentas e setenta e nove) ações, sendo 137.615.317 (cento e trinta e sete milhões, seiscentas e quinze mil, trezentas e dezessete) ações ordinárias e 122.894.462 (cento e vinte e duas milhões, oitocentas e noventa e quatro mil, quatrocentas e sessenta e duas) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Diante disso, os Srs. Conselheiros analisaram a questão e, por unanimidade, não manifestaram ressalva, opinando favoravelmente ao encaminhamento da matéria para submissão, análise e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em abril do corrente ano, a fim de se proceder com a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia nos supracitados termos.

**6.5.** Na sequência, considerando a manifestação favorável informada nos itens anteriores, os Srs. Conselheiros decidiram, *por unanimidade*, emitir o parecer constante do Anexo I à presente ata, opinando favoravelmente sobre a submissão dos documentos referidos na ordem do dia à deliberação pelos acionistas da Companhia na assembleia geral ordinária e extraordinária a ser realizada no dia 27 de abril de 2020.

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Certifico que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.

São Bernardo do Campo, 26 de março de 2019.

*(Assinaturas constam da próxima página)*



*(Continuação da Página de assinaturas relativas à Reunião do Conselho Fiscal da Bombril S.A. realizada em 26 de março de 2020)*

**Erica Rodrigues Prado**  
**Presidente**

**Marcus Fraga Rodrigues**  
**Secretário**

Conselheiros Fiscais presentes:

**Erica Rodrigues Prado**

**Renata Nunes**  
**Guimarães Hubenet**

**Marcelo Adilson**  
**Tavarone Torresi**



Anexo I

**ANEXO I À ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA BOMBRIL S.A.  
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2020**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Bombril S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo as notas explicativas, o relatório da administração e o parecer emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes.

Com base nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pela auditoria independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina que o relatório da administração e as demonstrações financeiras estão em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas da Companhia na assembleia geral ordinária.

São Bernardo do Campo, 26 de março de 2020.

**Erica Rodrigues  
Prado**

**Renata Nunes  
Guimarães  
Hubenet**

**Marcelo Adilson  
Tavarone Torresi**

#### **D. ATA REUNIÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**BOMBRIL S.A.**

CNPJ nº 50.564.053/0001-03

NIRE 35.300.099.711

Companhia Aberta

#### **ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2020**

- 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 26 de março de 2020, às 10:00 horas, na sede social da Bombril S.A. ("Companhia"), no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Via Anchieta, km 14, bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000.
- 2. PRESENCAS:** Presentes os Srs. Conselheiros Ronaldo Sampaio Ferreira, Jonatas Giovinazzo Garcia, Hagen Schoof e Célio de Melo Almada Neto. Presentes, também, os membros da Diretoria da Companhia, Sr. Wagner Brilhante de Albuquerque, Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores e o Sr. Marcus Fraga Rodrigues, Diretor Jurídico.
- 3. MESA DIRIGENTE:** Ronaldo Sampaio Ferreira – Presidente. Marcus Fraga Rodrigues – Secretário.
- 4. CONVOCAÇÃO:** Enviada no dia 18 de março de 2020, em conformidade com os §§ 1º e 2º do art. 15 do Estatuto Social da Companhia.
- 5. ORDEM DO DIA:** (i) aprovar a submissão à Assembleia Geral Ordinária da proposta de fixação do montante anual global da remuneração dos administradores para o ano de 2020; (ii) aprovar proposta à Assembleia Geral Ordinária de remuneração aos membros do Conselho Fiscal para o ano de 2020; (iii) manifestar-se sobre as demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da Administração, bem como o parecer dos auditores independentes da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; (iv) autorizar a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia com consequente autorização para a Diretoria fazer as divulgações conforme regulamentação aplicável; (v) deliberar sobre a renovação do mandato dos Diretores da Companhia; e (vi) examinar e discutir a celebração de Contrato de Locação de equipamentos, em razão da política de alçadas da Companhia.

## 6. DELIBERAÇÕES:

**6.1.** Dando início aos temas da ordem do dia, após examinarem a matéria constante do primeiro item da pauta, os Conselheiros aprovaram, por maioria, com voto abstenção do Conselheiro Célio de Melo Almada Neto, a proposta de remuneração para os administradores da Companhia no exercício de 2020, no montante global de até R\$ 8.597.209,00 (oito milhões, quinhentos e noventa e sete mil, duzentos e nove reais) e a sua submissão para aprovação pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”).

**6.2.** Na sequência, aprovaram, por maioria, com abstenção do Conselheiro Célio de Melo Almada Neto, a proposta de remuneração global para os membros do Conselho Fiscal da Companhia para o ano de 2020, no montante de até R\$ 403.164,00 (quatrocentos e três mil, cento e sessenta e quatro reais), e sua submissão para aprovação pelos acionistas da Companhia na AGO.

**6.3.** Na forma do art. 142, inciso V, da Lei das S.A. e do art. 16, alínea “g”, do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros analisaram e, por unanimidade, manifestaram-se favoravelmente às demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o Relatório da Administração, bem como o parecer dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, assim como a submissão desses documentos para aprovação pelos acionistas da Companhia na AGO. Os Conselheiros também analisaram as contas da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, por unanimidade, manifestaram-se favoravelmente a elas.

**6.4.** Também foi aprovado, por unanimidade, o estudo de longo prazo realizado pela Companhia para sustentação do ativo fiscal diferido.

**6.5.** Em razão das deliberações anteriores, determinaram, por unanimidade, que a Diretoria da Companhia tome oportunamente as providências relativas à convocação da AGO e proceda com a divulgação dos documentos relativos aos itens anteriores, conforme a regulamentação aplicável.

**6.6.** Em atenção ao item (v) da ordem do dia, os Srs. membros do Conselho de Administração decidiram, por maioria, com abstenção do Conselheiro Célio de Melo Almada Neto, renovar por um ano, até 25 de março de 2021, os mandatos do Sr. **Wagner Brilhante de Albuquerque**, brasileiro,

solteiro, contador/administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.137.222-8 IFP, inscrito no CPF/MF sob o nº 813.745.427-68, para o cargo de Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores, e Sr. **Marcus Fraga Rodrigues**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.305.714, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.614.217-00. Os Srs. **Wagner Brilhante de Albuquerque** e **Marcus Fraga Rodrigues**, ora reeleitos, tomarão posse em seus cargos mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse lavrado no Livro de Atas do Conselho de Administração, declarando o cumprimento de todos os requisitos previstos no art. 147 da Lei das S.A.

**6.7.** Passando ao último item da ordem do dia, em linha com a política de alçadas aprovada na Reunião de Conselho de Administração de 05 de abril de 2019, Anexo I, alínea “g”, item (2), foi apresentado aos Srs. Conselheiros os detalhes da proposta celebração de contrato de locação de equipamentos de informática. Após examinarem o assunto, os Conselheiros, por unanimidade, aprovaram a medida, autorizando a Diretoria a praticar os atos necessários para dar cumprimento à esta deliberação, incluindo, assinar contrato, proposta comercial ou outros documentos que se fizerem necessários.

**6.8.** Os documentos analisados relativos aos itens da ordem do dia estão arquivados na sede da Companhia.

**6.9.** O Conselheiro Célio de Melo Almada Neto justifica sua abstenção de voto aos itens 6.1, 6.2 e 6.6 informando que, em seu entendimento, são deliberações à cargo do controlador.

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que foi lida aprovada e assinada por todos os presentes. Certifico que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.

São Bernardo do Campo, 26 de março de 2020.



**Ronaldo Sampaio Ferreira**  
Presidente

**Marcus Fraga Rodrigues**  
Secretário

Conselheiros de Administração presentes:

**Ronaldo Sampaio Ferreira**  
Presidente

**Jonatas Giovinzazzo Garcia**

**Célio de Melo Almada Neto**

**Hagen Schoof**

## TERMO DE POSSE

Nos termos da Ata de Reunião do Conselho de Administração da **Bombril S.A.** (“Companhia”), realizada em 26 de março de 2020, às 10h00, foi eleito como Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores, para cumprir mandato a encerrar-se em 25 de março de 2021, o Sr. **Wagner Brilhante de Albuquerque**, brasileiro, solteiro, contador/administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.137.222-8 IFP, inscrito no CPF/MF sob o nº 813.745.427-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Via Anchieta, Km 14, bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. O Diretor ora eleito é, neste ato, investido em seu cargo mediante a assinatura do presente termo de posse, em atenção do disposto no artigo 149 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, declarando, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial, tampouco estar condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. O Diretor ora investido indica o endereço acima mencionado para os fins do disposto no artigo 149, § 2º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

São Bernardo do Campo, 26 de março de 2020.

**Wagner Brilhante de Albuquerque**

## TERMO DE POSSE

Nos termos da Ata de Reunião do Conselho de Administração da **Bombril S.A.** (“Companhia”), realizada em 26 de março de 2020, às 10h00, foi eleito como Diretor Jurídico, para cumprir mandato a encerrar-se em 25 de março de 2021, o Sr. **Marcus Fraga Rodrigues**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Espírito Santo, sob nº 10.175, portador do RG nº 1.305.714 SSP/ES e CPF/MF nº 074.614.217-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Via Anchieta, Km 14, bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. O Diretor ora eleito é, neste ato, investido em seu cargo mediante a assinatura do presente termo de posse, em atenção do disposto no artigo 149 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, declarando, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial, tampouco estar condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. O Diretor ora investido indica o endereço acima mencionado para os fins do disposto no artigo 149, § 2º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

São Bernardo do Campo, 26 de março de 2020.

**Marcus Fraga Rodrigues**

## **E. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.**



### **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Bombril S.A.**  
São Bernardo do Campo - SP

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bombril S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Bombril S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$40.847 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo total da Companhia excedeu o ativo total em R\$285.117 mil. Esses eventos e condições e o histórico de prejuízos operacionais indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.





## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

### Processos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa 21. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da Administração da Companhia, que conta com o suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia que são base para exercer esse julgamento ou em fatores externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e trabalhistas, podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Em 31 de dezembro de 2019, os processos tributários, cíveis e trabalhistas com prognóstico de perda provável e possível totalizam R\$4.728.106 mil (R\$4.740.499 mil no consolidado), sendo que, desse total, R\$83.388 mil (R\$83.791 mil no consolidado) estão provisionados, pois relacionam-se a processos cujo prognóstico é de perda provável, e R\$4.644.718 mil (R\$4.656.708 mil no consolidado) não estão provisionados devido ao prognóstico de perda ser possível, conforme classificação dos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da Administração da Companhia em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos.

#### *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos divulgados relacionados a contingências classificadas como



perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os processos tributários, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados na mensuração das provisões, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na nota explicativa 18, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$75.892 mil em 31 de dezembro de 2019, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

#### *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em avaliação e em impostos para nos auxiliar na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros e taxas de desconto a valor presente de tais projeções. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de Administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa 18.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros Assuntos**

#### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a



procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se



causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Waldyr Passetto Junior  
Contador CRC-1SP173518/O-8

## **F. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS – DFP**

Disponibilizados nas Categorias “Dados Econômico-financeiros” e “DFP” do Setor de Informações Periódicas Eventuais – IPE no Website da CVM, no dia 27 de março de 2020.

- (i) Relatório da Administração
- (ii) Demonstrações Financeiras
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes
- (iv) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)
- (v) Parecer do Conselho Fiscal
- (vi) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes, informando as razões, em caso de discordância.
- (vii) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.





# Relatório da Administração 2019



[bombril.com.br](http://bombril.com.br)

## São Bernardo do Campo – SBC, 27 de março de 2020

A Bombril S.A. (“Bombril”), é uma Companhia de capital aberto com valores mobiliários negociados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. Com presença em todo país há 72 anos, a Bombril é reconhecida pela qualidade de seus produtos, o que lhe assegura posições de liderança em categorias-chave no segmento de higiene e limpeza.

Este documento apresenta à sociedade os indicadores e resultados da Bombril no quarto trimestre de 2019 (4T19) e no exercício de 2019 (12M19). O mesmo foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## Nossos destaques do exercício (Pro-forma 12M19)

<b>Volume de Vendas</b> 471,9 TONS +4,4%	<b>Receita Líquida</b> R\$ 1.059,7 MM +8,8%	<b>EBITDA</b> R\$ 132,5 MM +120,2%
--	---	--

### Inovação e Novos Produtos

Continuamos fortalecendo nossas linhas de produtos através de inovações em categorias tradicionais como detergentes e amaciantes. Na linha Limpol, inovamos mais uma vez, trazendo as edições limitadas dos detergentes Limpol Tangerina e Jabuticaba, que apresentaram já no primeiro mês de lançamento resultados excelentes e ótima aceitação pelos consumidores, tornando-se assim uma realidade para a plataforma de inovação.

Na categoria de amaciantes para roupas, fizemos o lançamento com sucesso do novo amaciante Mon Bijou Intense de 2L, com a tecnologia “Ultra Defense”, que assegura mais proteção para as fibras, para as cores, além de evitar maus odores, juntando-se ao rol de inovações, que no ano conta com os lançamentos das novas fragrâncias do Mon Bijou concentrado nas versões Magia, Noite dos Sonhos e Mistério com embalagens diferenciadas trazendo “premiunização” para a categoria com suas fragrâncias inspiradas em perfumaria fina.



## Mensagem do Presidente

O ano de 2019 foi marcado pela retomada do crescimento da Bombril. Atuamos fortemente para dar à Companhia uma estrutura que assegure seu crescimento em termos de receita e rentabilidade de modo sustentável. Nesse sentido, destacamos as ações implementadas nas áreas Comercial, Marketing, Cadeia de Suprimentos e Industrial. Todo esse trabalho teve como foco a visão de que devemos estar cada vez mais próximos de nossos clientes, oferecendo produtos cuja qualidade seja percebida e valorizada.

Apesar do momento de incertezas que o mundo e o Brasil atravessam em decorrência da pandemia da COVID19, mantemos a visão otimista com relação ao ambiente de negócios, a partir da evolução da agenda de reformas estruturais e de estímulos à economia. Eventos como a aprovação do texto base da reforma da previdência - que entrou em vigor na data de publicação da emenda constitucional nº 103 de novembro de 2019 - a liberação de recursos do FGTS e PIS-PASEP e o avanço nos planos de privatizações, têm como consequência melhores perspectivas para o consumo das famílias, o que fomenta um ambiente positivo ao investimento privado.

Em nossa visão, os bons indicadores de desempenho da atividade econômica, até o período pré efeitos da COVID19, demonstraram que os agentes de mercado têm reagido de forma positiva aos estímulos governamentais, o que gera otimismo quanto à recuperação econômica a médio prazo. Como indicativos dessa tendência podemos citar a ligeira redução taxa de desemprego medida pelo IBGE; a inflação oficial, medida pelo (IPCA), que fechou o exercício em 4,31%, ligeiramente acima do centro meta de 4,25%; e a taxa básica de juros, atualmente em 3,75% a.a.

No consolidado de 12M19, nosso EBITDA Pro-forma totalizou R\$ 132,5 milhões refletindo a retomada do crescimento principalmente em função do nosso reposicionamento e iniciativas estratégicas comentadas ao longo deste documento. Mesmo em um contexto ainda mais competitivo continuamos a busca de conquistar maior “market-share” nos nossos produtos, como detergente e amaciante e manter a liderança na lã de aço.

Nosso objetivo é continuar perseguindo incansavelmente oportunidades de crescimento que se reflitam em ganhos de participação de mercado e melhoria das margens operacionais. Para isso, vamos incrementar os investimentos em marketing promocional, divulgações em mídias digitais

e relançamentos de nossas linhas de produtos. Acreditamos que esses são os caminhos que vão levar à melhoria da rentabilidade do negócio.

Para suportar essas iniciativas, temos buscado capturar oportunidades de eficiência industrial, com foco em melhoria do OEE (Eficiência Geral de Equipamento industrial). Outra frente é a melhoria do nível de atendimento ao cliente, o que já tem sido percebido por nossos parceiros.

Outra iniciativa relevante no que se refere à logística foi a aquisição da BBLog, empresa prestadora de serviços de transporte rodoviário de cargas, responsável, desde 2016, pela estrutura de “primarização” (consiste na contratação direta do caminhoneiro) de frete da Bombril S.A. O objetivo é aumentar a eficiência e o valor agregado na logística, o que vai gerar valor para o negócio e nossos clientes.

Investimos também em contratações e capital humano estratégico nas frentes de digital, mídias sociais e comercial com vistas a atender nosso maior pilar de captar talentos. Não foi diferente na área administrativa e de operações.

A busca por melhores resultados foi conjugada com uma atuação socialmente responsável. Em 2019, mantivemos nossa participação no “Programa Dê a Mão para o Futuro (DAMF)”. Esse programa prevê a promoção de ações positivas destinadas preservação do meio ambiente com base na destinação final ambientalmente adequada por meio de reciclagem de embalagens descartáveis, proporcionando geração de trabalho e inclusão social. O DAMF desempenha importante papel de desenvolvimento e parceria com cooperativa de catadores de materiais recicláveis, sendo recentemente reconhecido pela ONU / Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) como modelo de sustentabilidade no Brasil.

Estamos seguros que com nossas ações planejadas para o curto, médio e longo prazos, estamos aportando a Companhia condições fundamentais para manter boas perspectivas de crescimento vendas e de resultados em 2020 e nos anos subsequentes.

Em consonância com nossa Política de Gestão de Riscos, temos dedicado especial atenção aos possíveis impactos futuros da pandemia em nossas operações e, conseqüentemente, em nosso desempenho econômico-financeiro. Trata-se de medidas fundamentais para a preservação da saúde da população, o que deve ser a prioridade neste delicado momento. Mas, como gestores, temos o dever de reconhecer que tais restrições, se adotadas por um longo período, os eventuais

impactos são de difícil mensuração, dado o ineditismo da situação enfrentada. Entretanto, acreditamos que as ações governamentais, aliadas ao engajamento da população, que se mostra sensível aos efeitos da pandemia, serão suficientes para reduzir os efeitos econômicos diversos e buscar o caminho da retomada dos planos de crescimento econômicos do país, tão logo o momento de controle e estabilidade da crise ocorra.

Agradecemos, mais uma vez, aos nossos clientes e consumidores pela preferência e pela confiança que depositam em nossos produtos; aos nossos colaboradores pela dedicação; aos fornecedores pela parceria; e aos acionistas pelo apoio. O sucesso da Bombril é o resultado dessa construção coletiva

Tenham todos uma excelente leitura!

**Wagner Brilhante de Albuquerque**  
**Diretor Presidente**

## **Tópicos**

- **Perfil Corporativo**
- **Unidades Industriais**
- **Mercado de Atuação**
- **Estrutura Societária**
- **Governança Corporativa**
- **Eventos Extraordinários**
- **Focos estratégicos**
- **Desempenho Econômico-Financeiro**

## Perfil Corporativo

Desde sua fundação, em 1948 a Bombril construiu uma relação de confiança com os brasileiros, oferecendo uma cesta completa de soluções para o lar.

Uma grande marca, que nasceu com um produto revolucionário, soube conquistar a confiança do mercado, somos a BOMBRIL, uma empresa brasileira com 72 anos de atividades na indústria de higiene e limpeza, detentora das marcas consagradas como Limpol, Mon Bijou, Sapólio Radium, Kalipto, Pinho Bril e Bom Bril, que é sinônimo de categoria e tem liderança absoluta no mercado brasileiro.

Nosso portfólio reúne 16 marcas e cerca de 262 itens de limpeza em diversas categorias. Nossas marcas contam com posições muito relevantes de mercado e carregam valores que simbolizam respeito aos consumidores, excelente relação qualidade/preço e grande versatilidade. Isso é o que garante nossas “1001 utilidades”.

A Bombril conta com uma infraestrutura formada por três complexos industriais, localizados nas cidades de São Bernardo do Campo (SP), em Abreu e Lima (PE) e em Sete Lagoas (MG), terminando o quarto trimestre de 2019 com 2.896 colaboradores, sendo 2.201 diretos e 695 terceirados atuando em nossos sites.

## **Unidades Industriais**

### **BBA (Bombril Anchieta) - São Bernardo do Campo (SBC - SP)**

Via Anchieta, Km 14, S/N  
Bairro Rudge Ramos – Distrito Industrial  
São Bernardo do Campo – São Paulo CEP: 09696-000  
Telefone/Fax: (11) 4366-1001

Sede da companhia, possui uma unidade fabril, que produz principalmente lã de aço, amaciantes, detergentes, limpadores e desinfetantes.

### **BBM (Bombril Minas) - Sete Lagoas (MG)**

Avenida Prefeito Alberto Moura, 6.300  
Bairro Santa Rita – Distrito Industrial  
Sete Lagoas – Minas Gerais – CEP: 35702-383  
Telefone/Fax: (31) 3779-2150

Unidade industrial onde são produzidos lã de aço, saponáceos e limpadores.

### **BBN (Bombril Nordeste) - Abreu e Lima (PE)**

BR 101 Norte, Km 52 – Zona Industrial  
Abreu e Lima – Pernambuco – CEP: 53510-070  
Telefone/Fax: (81) 3542-8400

Unidade industrial onde são produzidos lã de aço, desinfetantes, amaciantes, detergentes e limpadores.

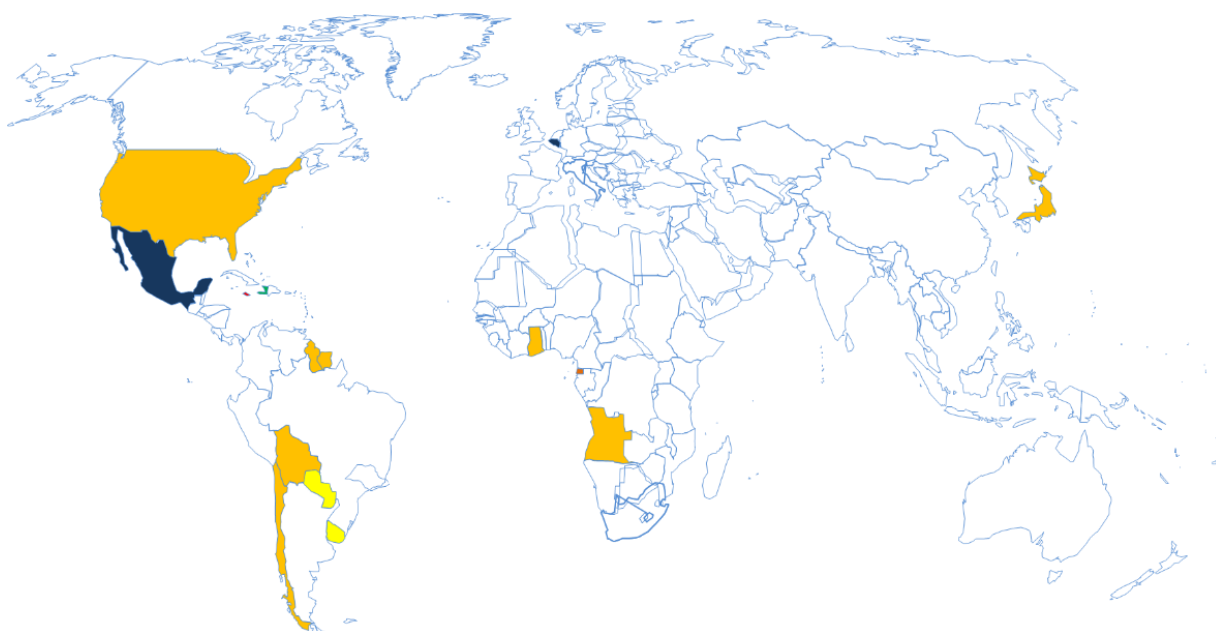
## Mercado de Atuação

Além de atuar em todo o território nacional, no 4T19 a Bombril exportou para 19 países, dentre os quais se destacam México (38%), Paraguai (14%), Bolívia (13%).

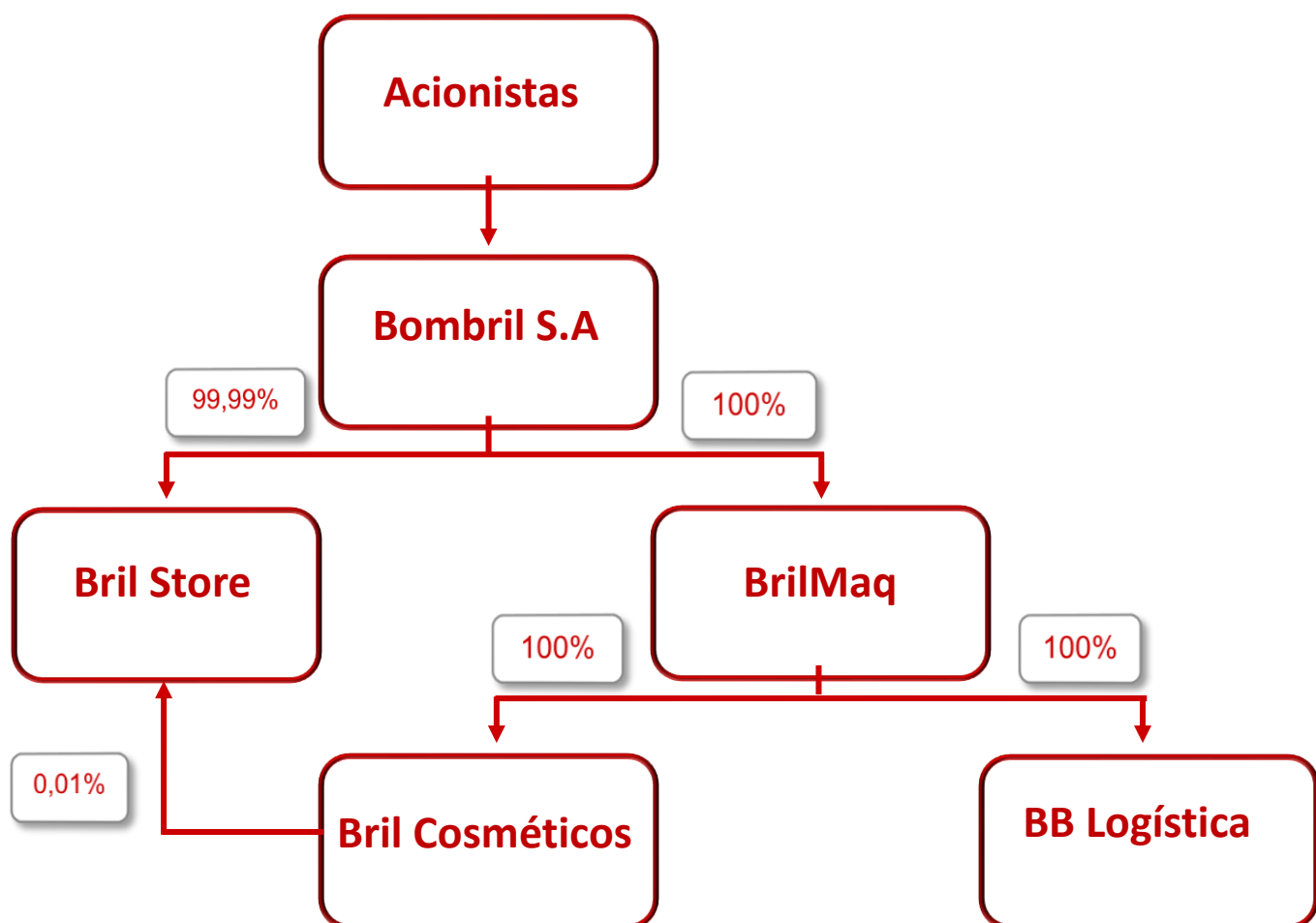
No Brasil, o maior destaque é a região Sudeste, que representa 46% da participação no mercado nacional.

### Mercado de Atuação Internacional

*Total de 19 países atendidos*



## Estrutura Societária





## Governança Corporativa

A Bombril vem aprimorando suas práticas de governança corporativa com base nos princípios de transparência, equidade e prestação de contas. Os seus principais órgãos de governança são o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária.

## Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pela estratégia de planejamento de longo prazo e pela supervisão do desempenho dos diretores.

É integrado por quatro conselheiros, que se reúnem a cada trimestre ordinariamente ou extraordinariamente, sempre que necessário.

Membros do Conselho de Administração			
Nome	Cargo	Data	
		Eleição	Término
Ronaldo Sampaio Ferreira	Presidente		
Célio de Melo Almada Neto	Conselheiro	Abril-18	Abril-20
Jonatas Giovinazzo Garcia			
Hagen Wolf de Albuquerque Schoof			

## Conselho Fiscal

Cabe ao órgão fiscalizar as demonstrações financeiras da companhia, indicar conclusões das análises aos acionistas e verificar o trabalho dos auditores externos. A composição do Conselho pode ser de no mínimo três e no máximo cinco membros titulares, além dos respectivos suplentes.

O Conselho Fiscal da Bombril é composto por três membros titulares e três suplentes.

Membros do Conselho Fiscal			
Nome	Conselheiro	Data	
		Eleição	Término
Marcelo Adilson Tavarone Torresi	Efetivo	Abril-19	Abril-20
Renata Nunes Guimarães Hubenet			
Erica Rodrigues Prado			
Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes	Suplente		
João da Silva Barreto			
José Donizetti de Souza			

## Diretoria Estatutária

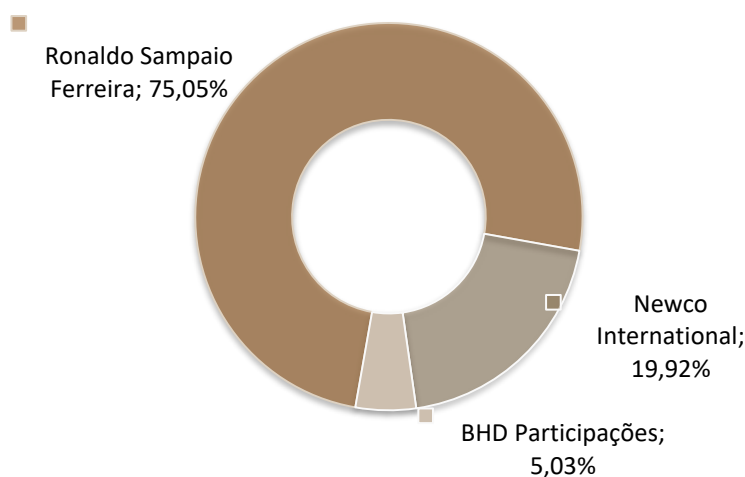
Eleita pelo Conselho de Administração, nossa diretoria possui mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Seus membros são responsáveis por proteger os resultados da companhia e garantir a execução das estratégias definidas pelo Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Estatutária			
Nome	Cargo	Data	
		Eleição	Término
Wagner Brilhante de Albuquerque	Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Mar-19	Mar-20
Marcus Fraga Rodrigues	Diretor Jurídico		

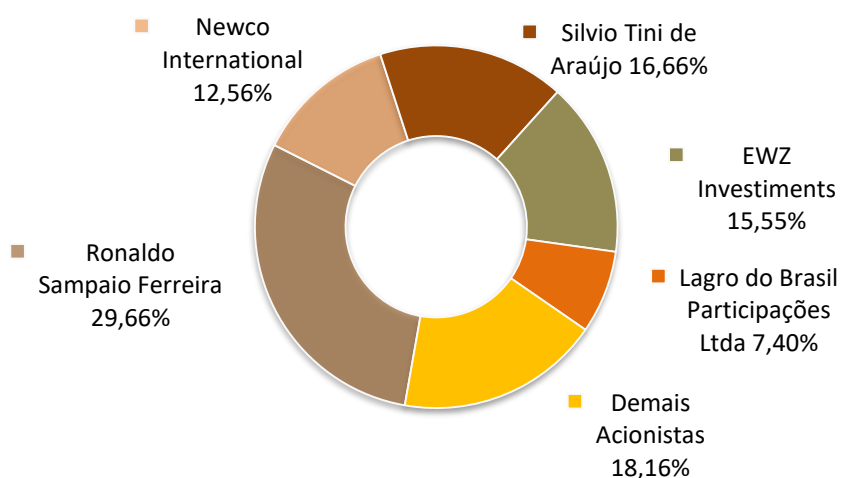
## O Mercado de Capitais

A Bombril é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários e listada na B3 S/A - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código BOBR4 (ações preferenciais). Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 879,8 milhões divididos em 137,6 milhões de ações ordinárias e 122,9 milhões de ações preferenciais, distribuídas a seguir:

**Distribuição das Ações Ordinárias = 137.615.317**  
**53% do total de ações**



**Distribuição das Ações Preferenciais = 122.894.462**  
**47% do total de ações**



## Eventos Extraordinários

### **Debêntures Conversíveis em Ações**

Em 05 de setembro de 2019, com rerratificação em 14 de novembro de 2019, a Companhia aprovou o aumento do seu capital social, no valor de R\$ 84.643 mil, em decorrência da conversão de 66.002.424 de debêntures emitidas e subscritas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debentures Conversíveis em Ações, com a consequente emissão de 117.615.317 novas ações ordinárias e 88.829.873 novas ações preferenciais, totalizando 206.445.190 novas ações distribuídas aos debenturistas na forma da Escrituração de Emissão.

### **Aquisição da empresa BB Logística Ltda (“BBLog”)**

Em 30 de agosto de 2019, a controlada Brilmaq adquiriu a BB Logística Ltda., empresa prestadora de serviços de transporte rodoviário de cargas, responsável, desde 2016, pela estrutura de “primarização” de frete da Bombril S.A.

A aquisição se deu após due diligence e profunda análise sobre o negócio, considerando aspectos financeiros, contábeis, previdenciários, trabalhistas, tecnológicos, jurídicos e fiscais, que subsidiaram a decisão com a máxima segurança e permitiu ainda a identificação de diversas oportunidades operacionais.

## Focos Estratégicos

A Bombril promoveu uma ampla revisão estratégica dos seus negócios em 2019, com foco no aumento das vendas, produtividade e preservação das margens. Entre as principais ações de destaque podemos citar:

### Inovação e Novos Produtos

Conforme mencionado em nossos destaques, as inovações e novos produtos estiveram presentes entre as ações de 2019 e serão reforçadas para 2020, como uma das ações estratégicas da Companhia. Repensar produtos e trazer inovações para os consumidores sempre fez parte da história da Bombril e retomar essa agenda faz parte do plano estratégico dessa Administração.

Foi criada e estruturada agenda específica para discussão de tendências de consumo, novos produtos e materiais, com o envolvimento de diversas áreas e gestores da Companhia, principalmente Marketing, Comercial, P&D e Suprimentos.

Somado aos pontos anteriores, vale ressaltar o investimento em capital humano e consequentemente estratégico nas frentes de digital e mídias sociais que estamos fazendo, retomando assim a vanguarda em comunicação que é uma marca registrada da Bombril em sua história de 72 anos.

### Presença na mídia

O DNA da empresa sempre foi de forte presença na mídia e estamos resgatando esse DNA com a implementação de diversas ações nesse sentido. O consumidor alterou a forma de interação e as mídias digitais já possuem mais alcance do que a mídia comum.

Estamos acompanhando esse novo mundo, procurando adaptar essa nova forma de comunicação com o nosso consumidor e investimos no final de 2019 na estruturação de uma área de Marketing Digital. Entre as ações implementadas nesse sentido, podemos destacar a ação *Stranger Antenna*, em conjunto com a Netflix para lançamento da temporada de sua série *Stranger Things*.

### Revisão de categorias

Entre as ações estratégicas mapeadas pela diretoria está a revisão das principais categorias da Companhia, com um fórum para revisão do posicionamento atual dos nossos produtos e definição

da tendência e estratégia para os próximos anos. Iniciada em 2019, será dada continuidade com muito foco ao longo de 2020, nos aproximando ainda mais dos consumidores que serão determinantes para nossa plataforma de inovação, que contará também com Focus Groups, pesquisas quantitativas e qualitativas, além do aprofundamento em tendências e movimentos que acontecem no Brasil e no mundo.

### **Produtividade operacional**

Parte das ações estratégicas está baseada no aumento da produtividade operacional, com melhora dos níveis de serviço da Companhia aos seus clientes. A disponibilidade de produtos e eficiência da logística são a chave para obtenção de sucesso nesse âmbito.

Entre os projetos já implementados em 2019, destacamos a aquisição da BBLog, empresa que atua no fornecimento de serviço de transporte rodoviário de cargas, sendo a responsável pela estrutura de “primarização” de frete da Companhia desde 2016. Essa ação visa melhora da qualidade do serviço, com aumento do controle das rotas e redução do custo do frete, possibilitando inclusive a ampliação do serviço para malhas que a empresa não atuava anteriormente.

## Desempenho Econômico-Financeiro

A Bombril apresenta seus indicadores de performance do quarto trimestre de 2019 (4T19) e o acumulado de doze meses (12M19). No âmbito dos esforços de crescimento nos mercados em que atua, a Bombril finaliza o período de 2019 com importantes evoluções dos seus indicadores e resultados, o que mais uma vez reforça que a estratégia adotada pela Companhia tem respondido de forma assertiva às necessidades do negócio.

As inovações vêm contribuindo para a boa performance da Companhia, onde se destacam: a categoria dos detergentes com o lançamento do Limpol Jabuticaba e Tangerina, em edições limitadas. Na categoria dos amaciantes para roupas, o Mon Bijou Intense de 2L e novas fragrâncias do concentrado nas versões Magia, Noite dos Sonhos e Mistério.

O volume dos produtos vendidos no período de doze meses de 2019 alcançou 471,9 mil toneladas, um aumento de 4,4%, frente ao mesmo período de 2018.

A receita líquida de vendas totalizou R\$ 1.059,7 milhões no 12M19, uma melhora de R\$ 85,5 milhões em comparação com 12M18, equivalente a um aumento de 8,8%, decorrente do aumento de volume, reposicionamento de preços, inovações e melhoria na execução de logística e comercial. O crescimento do resultado bruto no acumulado 12M19 alcançou 12,2%, com melhora de 1,2 p.p. na margem bruta ante o mesmo período do ano anterior.

Mais uma vez, o destaque deve ser dado ao EBITDA, que apresentou resultado positivo de R\$ 85,3 milhões no 12M19, com crescimento de 344,4%, contra a marca de R\$ 19,2 milhões em igual período de 2018.

Quando desconsiderados os eventos não recorrentes de 2019 no valor total de R\$ 47,1 milhões, relacionados aos efeitos da provisão de honorários de êxito decorrente da contratação de escritório de advocacia para as ações tributárias do T-Bills (R\$ 17,6 milhões), provisão de processos cíveis de períodos anteriores à 2010, cuja avaliação do risco de perda foi alterada durante o exercício de 2019 no montante de R\$ 12,0 milhões, baixa do ágio da marca Lysoform devido ao encerramento da fabricação e comercialização dos produtos vinculados à marca por transferência dos direitos à terceiros (R\$ 5,2 milhões) e outras despesas não recorrentes como despesas com consultoria estratégica contratada em 2019 para alavancagem de processos

operacionais, comerciais e de marketing e *impairment* de ativos imobilizados em desuso (R\$ 12,3 milhões), o EBITDA Pro-forma do período atinge R\$ 132,5 milhões, um crescimento de 120,0% em relação ao mesmo período de 2018, quando ajustado pelos efeitos não recorrentes daquele período no valor de R\$ 34,2 milhões, relativos à provisão de honorários de êxito, decorrente da troca do escritório de advocacia que patrocinava as ações Tributárias do T-Bills e R\$ 6,8 milhões de provisão de processo cível do Banco Santos, que atingiu R\$ 60,2 milhões.

Alinhados aos objetivos estratégicos, continuamos direcionando esforços para captura de oportunidades de reduções de custos e despesas. Trabalhamos para atingir e manter de forma plena, a rentabilidade do exercício de 2019 e de forma sustentável para os anos seguintes, atendendo aos interesses dos acionistas e demais stakeholders.

### Redução do endividamento e desalavancagem

Desde 2016, período da reestruturação financeira da Bombril, a Companhia vem honrando seus compromissos, com redução da dívida fiscal e com fornecedores nos montantes de R\$ 137,6 milhões e R\$ 71,4 milhões, respectivamente. Tal redução foi possível pela geração de caixa operacional, redução do ciclo financeiro, impactado principalmente pelo aumento do prazo de fornecedores, e aumento de empréstimos bancários e emissão de debênture.

<b>Endividamento Consolidado (em R\$ milhões)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Empréstimos e financiamentos	320,2	294,5
Parcelamentos fiscais	204,4	233,3
Renegociação fornecedores	0,3	10,5
<b>Dívida Bruta</b>	<b>524,9</b>	<b>538,3</b>
(-) Caixa, equivalentes de caixa	-13,2	-13,9
<b>Dívida Líquida</b>	<b>511,6</b>	<b>524,4</b>
EBITDA Pro-Forma	132,5	60,2
<b>Dívida Líquida/EBITDA Pro-Forma</b>	<b>3,9x</b>	<b>8,7x</b>



Essa redução do endividamento e aumento do EBITDA Pro-forma resultou em um índice de dívida líquida sobre EBITDA de 3,9x.

Em relação aos Empréstimos e Financiamentos, a Companhia tem demonstrado capacidade de rolagem da parcela de curto prazo e alongamento da dívida, reflexo da retomada da confiança do mercado na capacidade da empresa em honrar seus compromissos e sustentabilidade dos resultados operacionais. Em 2019, a parcela do longo prazo atingiu 19,7% do total de Empréstimos e Financiamentos.

<b>Empréstimos e Financiamentos (em R\$ milhões)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Curto prazo	257,2	270,4
Longo prazo	63,0	24,1
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>320,2</b>	<b>294,5</b>
% CP	80,3%	91,8%
% LP	19,7%	8,2%

## Quadro resumo dos principais resultados

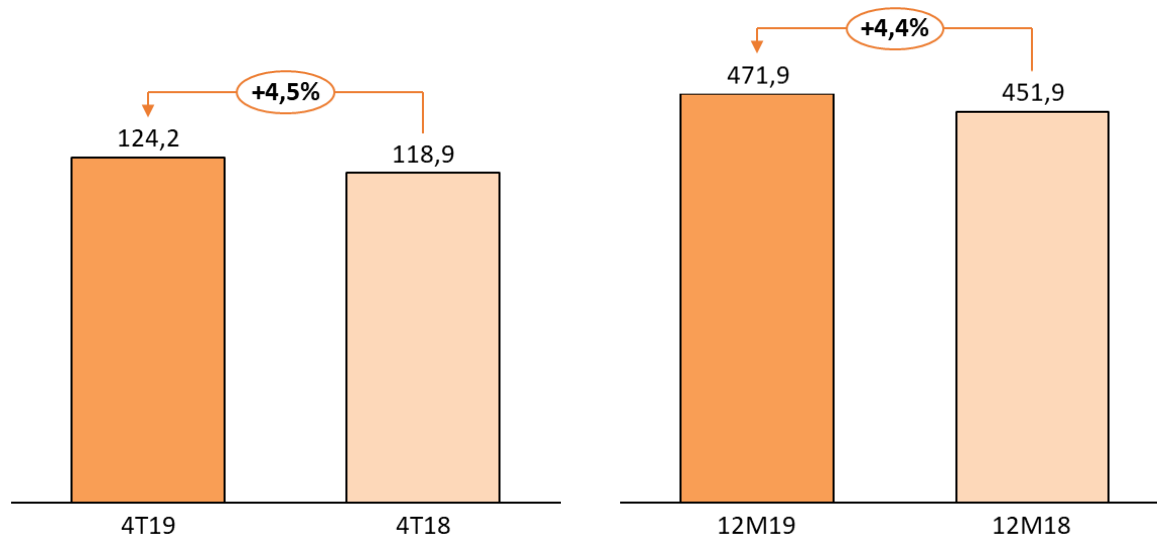
*Valores expressos em R\$ milhões*

EBITDA (em R\$ milhões)	12M19	%	12M18	%	4T19	%	4T18	%
Receita líquida	1.141,7		1.053,7		305,9		288,2	
(-) Ajuste de reclassificação - IFRS15	-82,0		-79,5		-82,0		-79,5	
Receita líquida	1.059,7		974,2		223,9		208,7	
(=) Lucro / Prejuízo do exercício	-40,5	-3,8%	70,2	7,2%	-5,4	-2,4%	-37,2	-17,8%
(-) IR / CS	-4,0	-0,4%	-2,5	-0,3%	-2,9	-1,3%	-0,4	-0,2%
(+/-) Resultado financeiro	105,4	10,0%	-72,4	-7,4%	32,7	14,6%	25,3	12,1%
(+) Depreciação/Amortização	24,4	2,3%	23,9	2,5%	4,0	1,8%	5,6	2,7%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>85,4</b>	<b>8,1%</b>	<b>19,2</b>	<b>2,0%</b>	<b>28,5</b>	<b>12,7%</b>	<b>-6,7</b>	<b>-3,2%</b>
(+) Processo T'Bills	17,6		34,2		0,0		0,0	
(+) Provisões de processos cíveis	12,0		6,8		1,4		6,8	
(+) Ágio marca Lysoform	5,2		0,0		5,2		0,0	
(+) Outras despesas não recorrentes	12,3		0,0		8,1		0,0	
<b>(=) EBITDA Pró-forma</b>	<b>132,5</b>	<b>12,5%</b>	<b>60,2</b>	<b>6,2%</b>	<b>43,1</b>	<b>19,3%</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1%</b>
Margem EBITDA pró-forma	12,5%		6,2%		19,3%		0,1%	

DRE (em R\$ milhões)	12M19	%	12M18	%	4T19	%	4T18	%
Receita Líquida	1.059,7		974,2		223,9		208,7	
(-) Custos dos Produtos Vendidos	-648,7	-61,2%	-607,7	-62,4%	-172,6	-77,1%	-167,6	-80,3%
<b>(=) Resultado Bruto</b>	<b>411,0</b>	<b>38,8%</b>	<b>366,5</b>	<b>37,6%</b>	<b>51,4</b>	<b>22,9%</b>	<b>41,1</b>	<b>19,7%</b>
(+/-) Despesas/Receitas Operacionais	-350,0	-33,0%	-371,2	-38,1%	-26,9	-12,0%	-53,4	-25,6%
(+/-) Resultado Financeiro Recorrente	-96,3	-9,1%	-83,6	-8,6%	-23,6	-10,6%	-25,3	-12,1%
(+/-) Resultado Financeiro Ñ-Rec	-9,1	-0,9%	156,0	16,0%	-9,1	-4,1%	0,0	0,0%
(-) IR / CS	4,0	0,4%	2,5	0,3%	2,9	1,3%	0,4	0,2%
<b>(=) Lucro / Prejuízo do exercício</b>	<b>-40,5</b>	<b>-3,8%</b>	<b>70,2</b>	<b>7,2%</b>	<b>-5,4</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-37,2</b>	<b>-17,8%</b>

## Volume de Vendas

*Em milhares de toneladas*

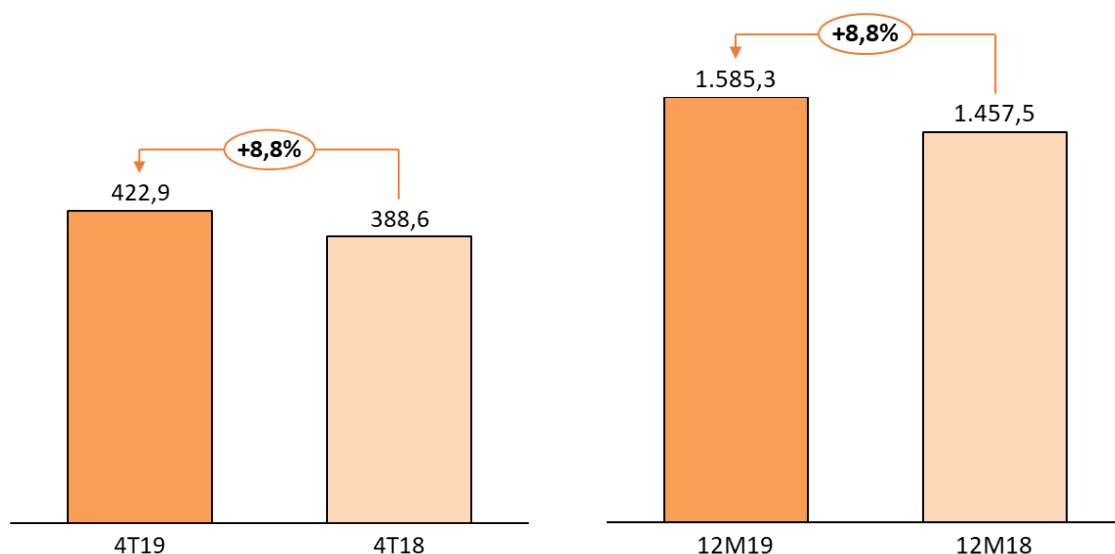


O volume de produtos vendidos no 4T19 foi de 124,2 mil toneladas, um aumento de 4,5% em comparação com o volume apresentado no mesmo período do exercício anterior. O crescimento é reflexo da melhoria na execução comercial e dos lançamentos do detergente líquido, Limpol Jabuticaba edição limitada e do amaciante Mon Bijou Intense 2L.

Já no 12M19 o volume alcançou 471,9 mil toneladas, representando um incremento de 4,4%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O crescimento está suportado por uma melhora operacional da execução comercial, mix de produtos e novos lançamentos nas categorias: (i) Detergente - Limpol Jabuticaba e Tangerina em edições limitadas e (ii) Amaciante para roupas - Mon Bijou Intense 2L e novas fragrâncias do Mon Bijou concentrado nas versões Magia, Noite dos Sonhos e Mistério.

## Receita Operacional Bruta

Valores expressos em milhares de reais



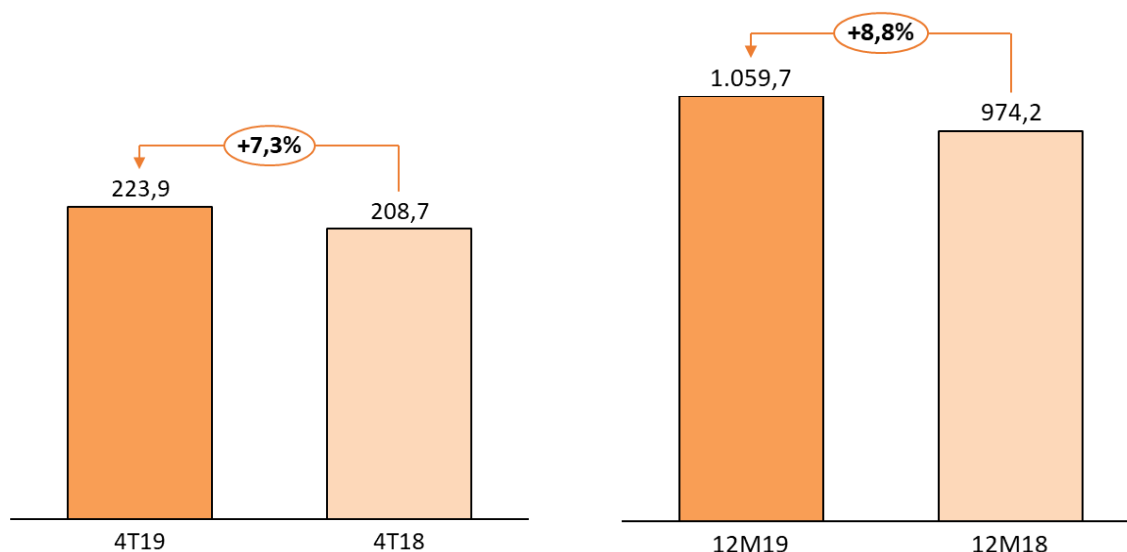
A receita operacional bruta no 4T19 atingiu R\$ 422,9 milhões, representando um aumento de 8,8% em comparação ao mesmo período do exercício anterior.

No 12M19, a Companhia alcançou a marca de R\$ 1.585,3 milhões, crescimento de 8,8%, que corresponde a R\$ 127,8 milhões superior em relação ao mesmo período de 2018 (R\$ 1.457,5 milhões), fruto de ações como: reposicionamento de preços implantado no primeiro trimestre de 2019, melhorias na execução comercial e das inovações nas categorias Detergente e Amaciante.

No segundo semestre, foi realizado novo reposicionamento de preço em determinadas categorias, visando minimizar o impacto na estrutura de custos de insumos indexados ao Dólar, com o objetivo de preservar as margens operacionais.

## Receita Líquida

Valores expressos em milhares de reais

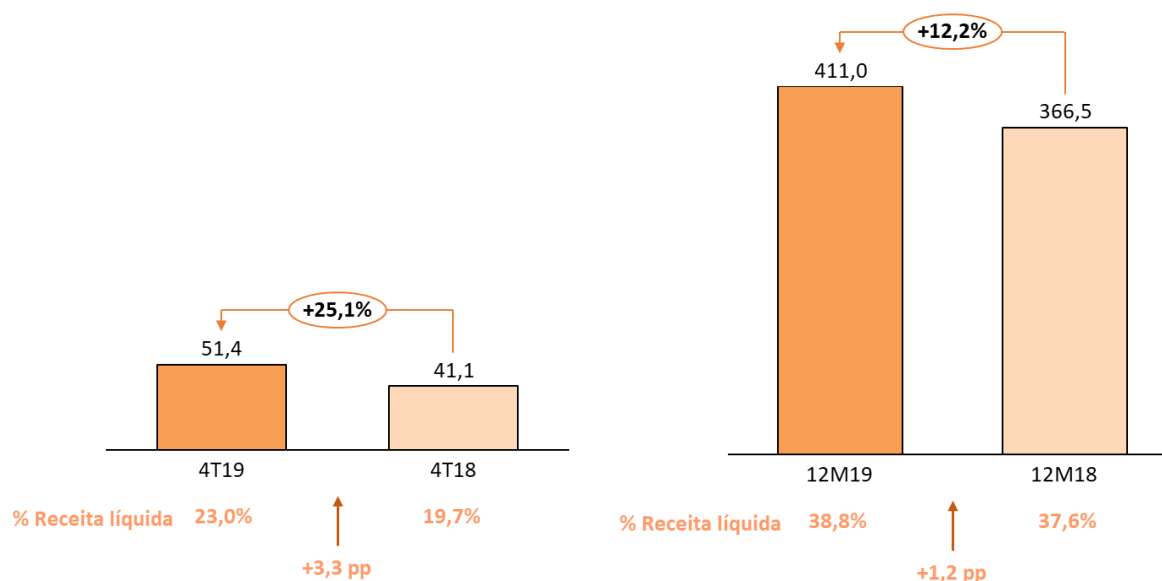


Em linha com os efeitos já comentados nos tópicos anteriores, a receita líquida do 4T19 foi de R\$ 223,9 milhões, um aumento de 7,3% em comparação ao 4T18. Cabe ressaltar que neste trimestre houve uma reclassificação contábil, para aprimorar a apresentação das bonificações comerciais, no valor de R\$ 82,0 milhões de Despesas Operacionais para a Receita Líquida de vendas (o mesmo foi feito para fins comparativos em 2018, no montante de R\$ 72,5 milhões). Mais detalhes podem ser vistos na Nota 2.5 às demonstrações financeiras.

No 12M19 atingimos o montante de R\$ 1.059,7 milhões, ante R\$ 974,2 milhões no 12M18, representando um aumento de 8,8%. Conforme mencionado acima, para atender melhor apresentação, foram reclassificados R\$ 82,0 milhões das Despesas Operacionais para a Receita Líquida (2018 - R\$ 72,5 milhões).

## Resultado Bruto

Valores expressos em milhares de reais



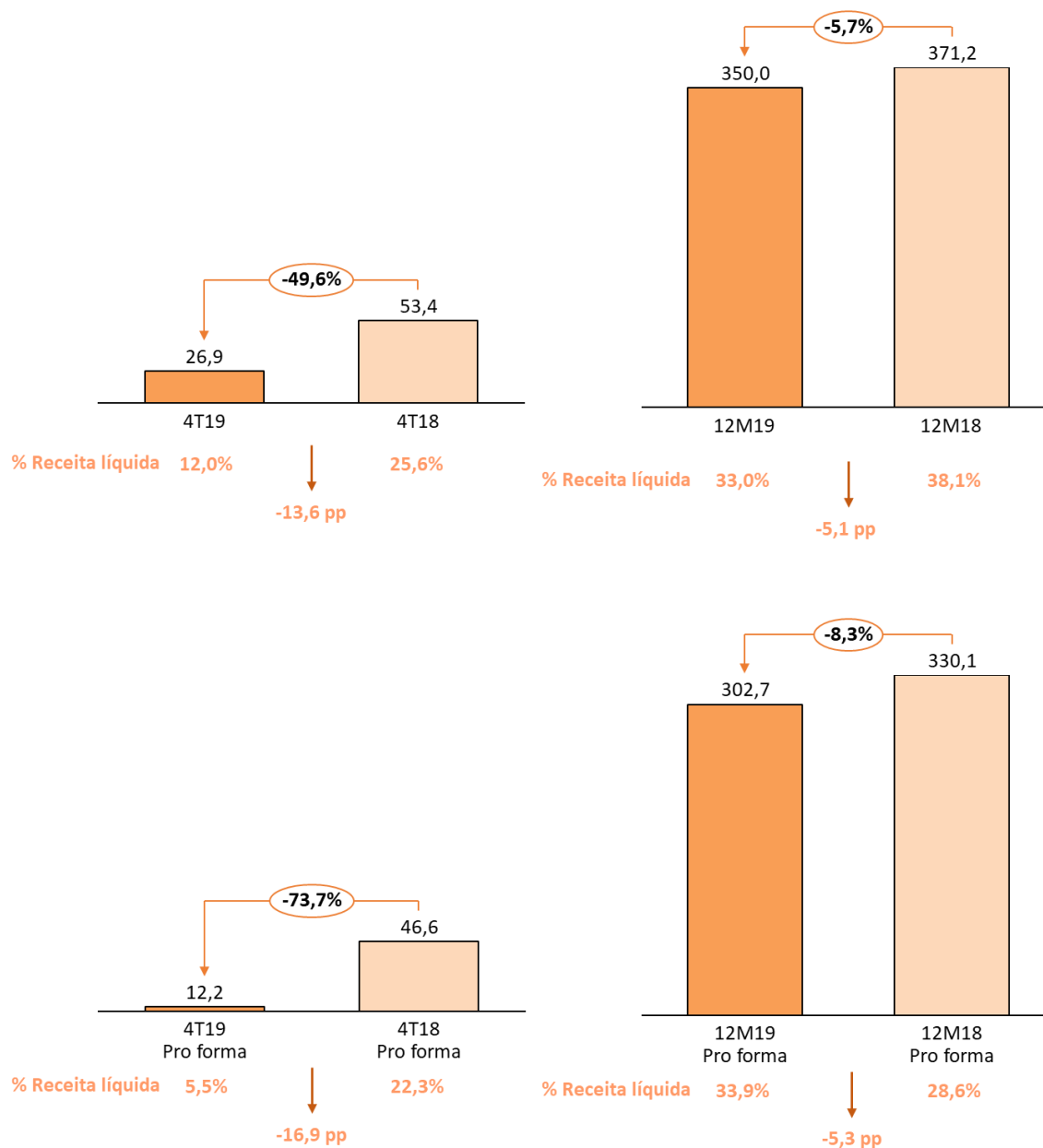
O resultado bruto do 4T19 foi de R\$ 51,4 milhões, representando uma melhora de 25,1% em relação ao 4T18.

No 12M19, o resultado bruto foi de R\$ 411,0 milhões ante R\$ 366,5 milhões do mesmo período do exercício anterior. Esse crescimento se deve ao reposicionamento de preços e aumento de volume, impulsionado pelo lançamento de novos produtos como o detergente líquido Limpol Jabuticaba e Tangerina, com edição limitada, e amaciante Mon Bijou Intense 2L e as novas fragrâncias do Mon Bijou concentrado nas versões Magia, Noite dos Sonhos e Mistério.

Mesmo com a desvalorização do real em relação ao dólar (R\$ 3,93 em 2019 vs R\$ 3,60 em 2018), que gerou pressão sobre os custos das principais matérias-primas da Companhia, foi implementada política de preços para preservar a rentabilidade bruta, atingindo um patamar de 38,8% sobre a receita líquida, melhora 1,2 p.p. sobre o mesmo período de 2018. Além disso, também foram feitas ações de otimização de despesas diretas e melhoria da eficiência fabril, para absorver custos e minimizar o repasse de preço aos nossos clientes.

## Despesas e Receitas Operacionais

Valores expressos em milhares de reais



As despesas operacionais do 4T19 alcançaram R\$ 26,9 milhões, representando uma redução de 49,6% comparado a igual período de 2018. Neste trimestre houve uma reclassificação contábil, para aprimorar à apresentação das bonificações comerciais, reclassificando R\$ 82,0 milhões das Despesas Operacionais (investimento comerciais) para a Receita Líquida (2018, no montante de R\$ 72,5 milhões), com mais detalhes na Nota 2.5 - das demonstrações financeiras.

As despesas operacionais no 4T19 foram afetadas no valor de R\$ 14,6 milhões por efeitos não recorrentes, relacionados à baixa do ágio da marca Lysoform devido ao encerramento da fabricação e comercialização dos produtos vinculados à marca por transferência dos direitos à terceiros (R\$ 5,2 milhões), provisão de processos cíveis de períodos anteriores à 2010, cuja avaliação do risco de perda foi alterada durante o exercício de 2019 (R\$ 1,4 milhões) e Outras despesas não-recorrentes como despesas com consultoria estratégica contratada em 2019 para alavancagem de processos operacionais, comerciais e de marketing e *impairment* de ativos imobilizados em desuso (R\$ 8,1 milhões).

No 4T18, contempla os efeitos não recorrentes no valor de R\$ 6,8 milhões, relativos à provisão de processo cível do Banco Santos.

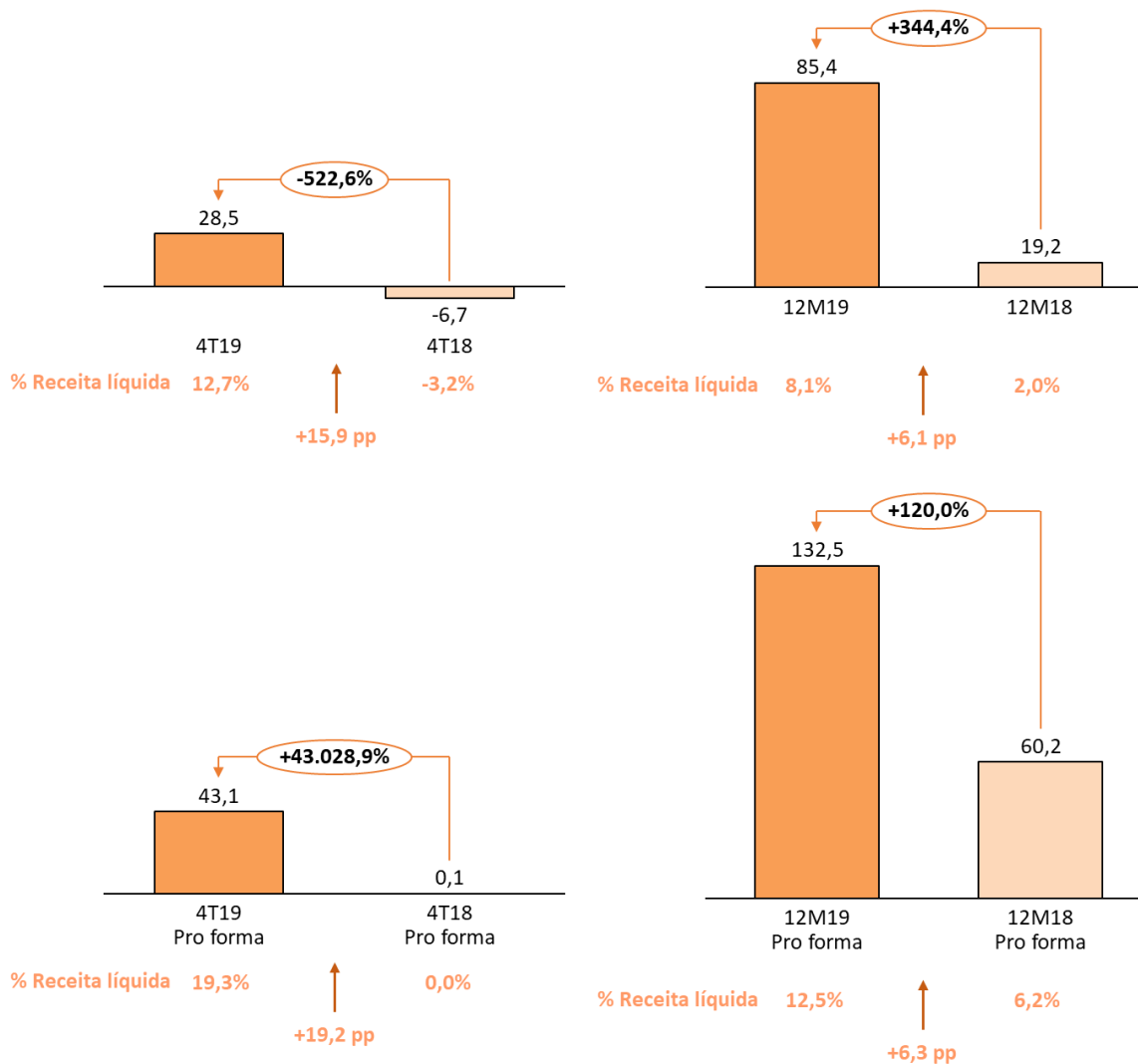
Excluindo esses efeitos não recorrentes, as despesas operacionais Pro-forma atingiram o montante de R\$ 12,2 milhões no 4T19, redução de 73,7% ante R\$ 46,6 milhões do 4T18, fato que reflete o rigor da administração da Companhia sobre a gestão de despesas.

No 12M19, as despesas e receitas operacionais alcançaram R\$ 350,0 milhões, uma redução de 5,7% em relação ao mesmo período de 2018. Visando garantir a comparabilidade das informações recorrentes, as despesas e receitas operacionais Pro-forma da Companhia totalizaram no 12M19 R\$ 302,7 milhões, demonstrando uma redução de 8,3% quando comparado ao mesmo período de 2018, já expurgados os efeitos não recorrentes do 12M19 no valor total de R\$ 47,1 milhões, relacionados à provisão de honorários de êxito decorrente da contratação de escritório de advocacia para as ações tributárias do T-Bills (R\$ 17,6 milhões), provisão de processos cíveis anteriores à 2010, cuja avaliação do risco de perda foi alterada durante o exercício de 2019 (R\$ 12,0 milhões), baixa do ágio da marca Lysoform (R\$ 5,2 milhões) e Outras despesas não recorrentes como despesas com consultoria estratégica contratada em 2019 para alavancagem de processos operacionais, comerciais e de marketing e *impairment* de ativos imobilizados em desuso (R\$ 12,3 milhões). No 12M18, os efeitos não recorrentes totalizaram R\$ 41,0 milhões, composto por provisão de honorários de êxito decorrente da troca do escritório de advocacia que patrocinava as ações Tributárias do T-Bills (R\$ 34,2 milhões) e provisão de processo cível do Banco Santos (R\$ 6,8 milhões).



## EBITDA

Valores expressos em milhares de reais



O EBITDA do 4T19 alcançou R\$ 28,5 milhões, um aumento de R\$ 35,2 milhões em relação ao 4T18, que apresentou EBITDA negativo de R\$ 6,7 milhões. Quando desconsiderados os eventos não recorrentes do 4T19 no valor total de R\$ 14,6 milhões, relacionados à baixa do ágio da marca Lysoform devido o encerramento da fabricação e comercialização dos produtos vinculados à marca por transferência dos direitos à terceiros (R\$ 5,2 milhões), provisão de processos cíveis de períodos anteriores à 2010, cuja avaliação do risco de perda foi alterada durante o exercício de 2019 (R\$ 1,4 milhões), e Outras despesas não-recorrentes como consultoria estratégica contratada em 2019 para alavancagem de processos operacionais, comerciais e de marketing e de *impairment* de ativos imobilizados em desuso (R\$ 8,1 milhões), assim como os efeitos do 4T18,

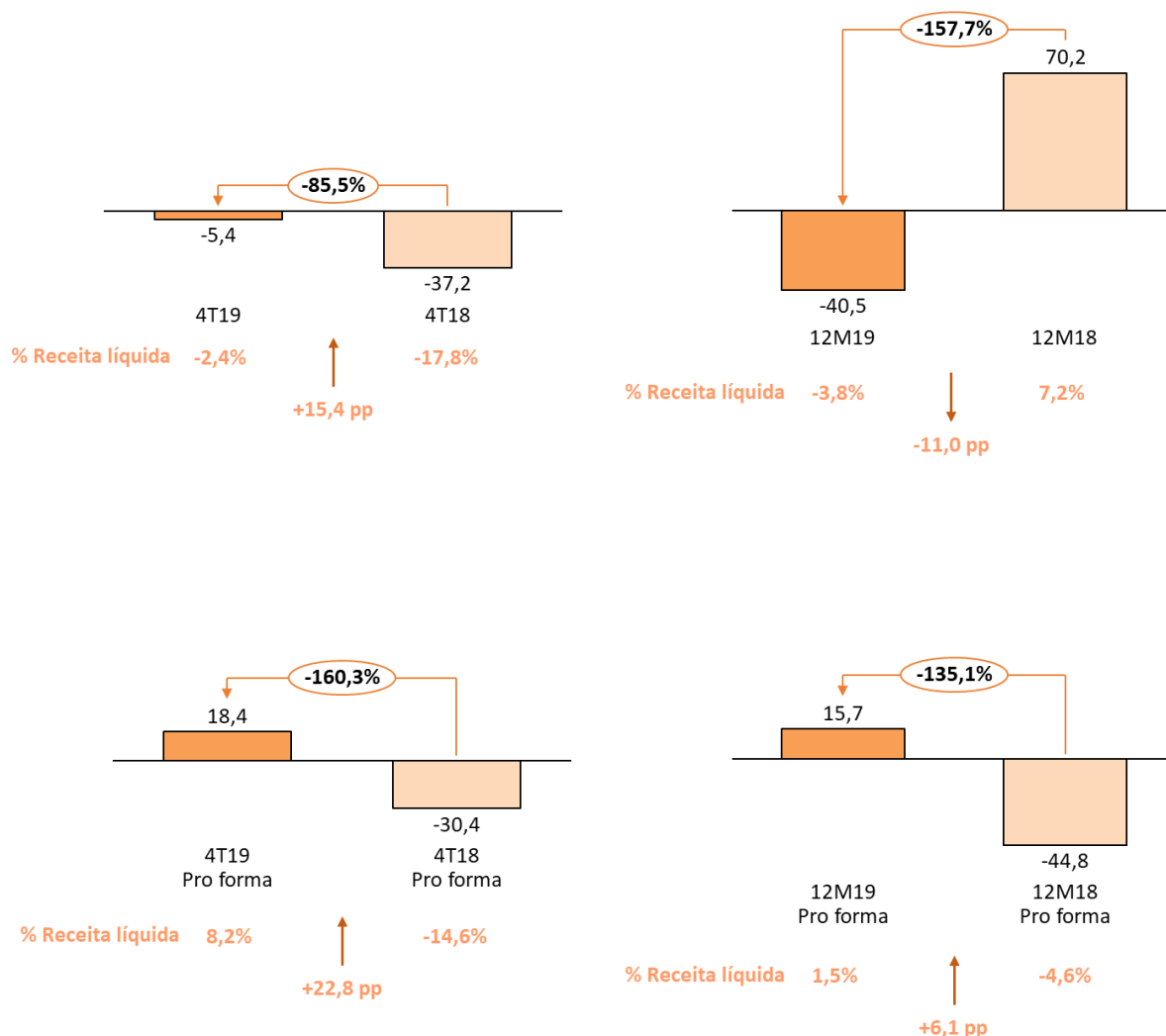
no valor de R\$ 6,8 milhões relativos à provisão de processo cível do Banco Santos, o EBITDA Pro-forma apresenta uma melhora de R\$ 43,0 milhões no período. Em relação à receita líquida, na mesma base comparativa, o EBITDA Pro-forma do 4T19 apresentou uma melhora de 19,2 p.p., atingindo 19,3%.

No 12M19, o EBITDA apresentou resultado positivo de R\$ 85,4 milhões, um crescimento de 344,4%, contra a marca de R\$ 19,2 milhões em igual período de 2018. Quando comparados os dois períodos na mesma base, desconsiderados os eventos não recorrentes de 2019 no valor total de R\$ 47,1 milhões, relacionados as provisões de honorários de êxito decorrente da contratação de escritório de advocacia para as ações tributárias do T-Bills (R\$ 17,6 milhões) e processos cíveis de períodos anteriores a 2010, cuja avaliação do risco de perda foi alterada durante o exercício de 2019 (R\$ 12,0 milhões), baixa efetiva do ágio da marca Lysoform (R\$ 5,2 milhões) e Outras despesas não recorrentes como de consultoria estratégica contratada em 2019 para alavancagem de processos operacionais, comerciais e de marketing e de *impairment* de ativos imobilizados em desuso (R\$ 12,3 milhões), assim como os efeitos de 2018 no valor de R\$ 41,0 milhões de provisões de honorários de êxito decorrente da troca do escritório de advocacia que patrocinava as ações Tributárias do T-Bills (R\$ 34,2 milhões) e de processo cível do Banco Santos (R\$ 6,8 milhões), o EBITDA Pro-forma atinge R\$ 132,5 milhões, um crescimento de 120,0% em relação ao 12M18.

A rentabilidade, em relação à receita líquida, na mesma base comparativa, apresentou uma melhora de 6,3 p.p., atingindo 12,5%. Este resultado expressa a eficiência das ações iniciadas em 2019.

## Resultado Líquido

Valores expressos em milhares de reais



O Resultado líquido da Companhia no 4T19 registrou prejuízo de R\$ 5,4 milhões, representando uma melhora de 85,5%, comparado ao prejuízo de R\$ 37,2 milhões do 4T18. Quando desconsiderados os efeitos não recorrentes de 2019, no valor de R\$ 23,8 milhões, relacionados aos efeitos de provisão de provisão de processos cíveis de períodos anteriores à 2010, cuja avaliação do risco de perda foi alterada durante o exercício de 2019 e respectiva atualização monetária (R\$ 10,5 milhões), baixa do ágio da marca Lysoform (R\$ 5,2 milhões) e Outras despesas não recorrentes como despesas com consultoria estratégica contratada em 2019 para alavancagem de processos operacionais, comerciais e de marketing e *impairment* de ativos imobilizados em desuso (R\$ 8,1 milhões), o resultado Pro-forma registra lucro de R\$ 18,4 milhões.

Em relação ao resultado 4T18 ao procedermos aos ajustes Pro-forma, observamos uma variação de R\$ 6,8 milhões, decorrente da exclusão da provisão de honorários de êxito, alcançando prejuízo de R\$ 30,4 milhões.

No acumulado do 12M19 o resultado líquido registrou prejuízo de R\$ 40,5 milhões, representando um recuo de 157,7%, quando comparado ao lucro de R\$ 70,2 milhões apresentados em igual período de 2018.

Quando desconsiderados os eventos não recorrentes do resultado líquido Pro-forma do 12M19, no valor de R\$ 56,2 milhões, relacionados aos efeitos das provisões de honorários de êxito decorrente da contratação de escritório de advocacia para as ações tributárias do T-Bills (R\$ 17,6 milhões) e de processos cíveis de períodos anteriores à 2010, cuja avaliação do risco de perda foi alterada durante o exercício de 2019 e respectiva atualização monetária (R\$ 21,1 milhões), baixa efetiva do ágio da marca Lysoform (R\$ 5,2 milhões) e Outras despesas não recorrentes de consultoria estratégica contratada em 2019 para alavancagem de processos operacionais, comerciais e de marketing e de *impairment* de ativos imobilizados em desuso (R\$ 12,3 milhões), apresenta um lucro de R\$ 15,7 milhões.

Em relação ao resultado 12M18, observamos eventos não recorrentes no montante de R\$ 115,0 milhões, decorrentes dos efeitos da baixa contábil da variação cambial da extinta Bombril Overseas, que trouxe um impacto contábil positivo de R\$ 156 milhões no resultado financeiro, seguido da provisão de honorários de êxito decorrente da troca do escritório de advocacia que patrocinava as ações Tributárias do T-Bills no valor de R\$ 34,2 milhões e provisão de processo cível do Banco Santos (R\$ 6,8 milhões), que quando desconsiderados, apresenta um prejuízo de R\$ 44,8 milhões.

Analisando o resultado líquido Pro-forma, o ano de 2019 apresentou um lucro de R\$ 15,7 milhões, em bases comparáveis, contra prejuízo de R\$ 44,8 milhões de 2018 (-135.1%). A rentabilidade, em relação à receita líquida, na mesma base comparativa, apresentou uma melhora de 6,1 p.p., atingindo 1,5%. Essa melhora é o reflexo das ações implementadas ao longo do ano, retomando o caminho de crescimento de volume e aumento da rentabilidade, tornando-se uma empresa mais eficiente.

## **Créditos**

### **Conselho Administrativo**

Ronaldo Sampaio Ferreira  
Célio de Melo Almada Neto  
Hagen Wolf de Albuquerque Schoof  
Jonatas Giovinazzo Garcia

### **Conselho Fiscal**

Erica Rodrigues Prado  
Renata Nunes Guimarães Hubenet  
Marcelo Adilson Tavarone Torresi

### **Diretoria Executiva**

Wagner Brilhante de Albuquerque  
CEO – Diretor Presidente  
CFO – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcus Fraga Rodrigues  
Diretor Jurídico

### **Contato**

Relações com Investidores  
+55 11 4366-1041

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS**

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO**

**Exercício findo em 31 de dezembro**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

<b>Balanço Patrimonial - Ativo</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	13.237	13.918	16.784
Títulos de Valores Mobiliários	5.271	9.312	8.428
Contas a receber de clientes	175.981	152.833	197.460
Estoques	54.484	78.092	57.857
Tributos a recuperar	7.327	7.931	27.622
Despesas antecipadas	1.334	2.242	336
Outros Ativos	12.560	16.272	12.725
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>270.194</b>	<b>280.600</b>	<b>321.212</b>
<b>Não Circulante</b>			
Contas a receber de clientes	-	-	4
Títulos de Valores Mobiliários	2.531	7.323	9.975
Tributos a recuperar	364	315	717
Partes relacionadas	-	-	-
Tributos diferidos	75.892	75.817	22.864
Depósitos judiciais	24.135	10.590	6.056
Despesas antecipadas			
Outros Ativos	8031	6717	6334
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>110.953</b>	<b>100.762</b>	<b>45.950</b>
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	267.475	283.510	305.538
Direito de uso	3.242	-	-
Intangível	5.729	12.633	12.666
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>387.399</b>	<b>396.905</b>	<b>364.154</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>657.593</b>	<b>677.505</b>	<b>685.366</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS**

**BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO**

**Exercício findo em 31 de dezembro**  
*(Valores expressos em R\$ mil)*

<b>Balanço Patrimonial - Passivo</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	111.665	125.031	120.710
Obrigações sociais e trabalhistas	21.513	18.967	24.646
Empréstimos e financiamentos	257.202	270.417	222.113
Passivos de arrendamentos	2.095	-	86.972
Obrigações tributárias a recolher	52.823	62.237	11.521
Provisões diversas	13.061	11.914	-
Outros passivos	11.670	27.210	17.286
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>470.029</b>	<b>515.776</b>	<b>483.248</b>
<b>Não Circulante</b>			
Fornecedores	-	264	9.875
Empréstimos e financiamentos	62.986	24.051	22.835
Passivos de arrendamentos	1.297	-	210.843
Obrigações tributárias a recolher	182.282	185.145	27.716
Partes relacionadas	28.904	27.712	431
Tributos diferidos	44.443	45.843	-
Outros passivos	487	459	64.552
Prov. para riscos fiscais, trab. e cíveis	83.791	68.694	-
Provisões diversas	68.491	50.950	12.494
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>472.681</b>	<b>403.118</b>	<b>348.746</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	879.785	795.142	795.142
Reservas de capital	6.745	94.629	94.629
Reservas de reavaliação	24.096	26.201	28.315
Ajustes acumulados de conversão	-	-	156.067
Ajustes de avaliação patrimonial (custo at	62.543	63.300	64.074
Prejuízos acumulados	(1.258.286)	(1.220.661)	(1.284.855)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(285.117)</b>	<b>(241.389)</b>	<b>(146.628)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>657.593</b>	<b>677.505</b>	<b>685.366</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADO - DRE**

Exercício findo em 31 de dezembro

*(Valores expressos em R\$ mil, exceto o lucro líquido do exercício por ação)*

<b>Dados Consolidados</b>			
<b>Demonstração do Resultado do Período</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b> <b>(reapresentado)</b>	<b>2017</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>1.059.746</b>	<b>974.190</b>	<b>1.096.718</b>
Custo dos produtos vendidos	(648.719)	(607.747)	(598.844)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>411.027</b>	<b>366.443</b>	<b>497.874</b>
Despesa com vendas	(224.192)	(227.028)	(304.526)
Despesas gerais e administrativas	(87.284)	(86.616)	(85.346)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(38.562)	(57.513)	70.705
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>60.989</b>	<b>(4.714)</b>	<b>178.707</b>
Receitas financeiras	1.785	159.663	12.980
Despesas financeiras	(107.231)	(87.272)	(89.591)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(105.446)</b>	<b>72.391</b>	<b>(76.611)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(44.457)</b>	<b>67.677</b>	<b>102.096</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	3.970	2.489	24.728
Resultado líquido das operações continuadas	(40.487)	70.166	126.824
<b>Lucro / Prejuízo do período</b>	<b>(40.487)</b>	<b>70.166</b>	<b>126.824</b>
Lucro / Prejuízo por ação (R\$) - Básico	(0,33672)	1,29782	1,61900
Lucro / Prejuízo por ação (R\$) - Díluido	(0,33672)	0,58439	0,96065



## **G - ANEXOS**

- Anexo I** Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia, itens 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência.
- Anexo II** Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.
- Anexo III** Proposta sobre a Remuneração dos Administradores – Informações indicadas nos itens 13.1 a 13.16 do Formulário de Referência.
- Anexo IV** Edital de Convocação
- Anexo V** Quadro Comparativo da Alteração Proposta do Artigo 5º do Estatuto Social
- Anexo VI.** Ata da Reunião do Conselho de Administração deliberada em 05 de setembro de 2019.
- Anexo VII.** Ata de Rerratificação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de novembro de 2019.
- Anexo VIII.** Proposta de Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
- Anexo IX** Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.
- Anexo X.** Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores.



## **ANEXO I**

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO  
FINANCEIRA DA BOMBRIL S/A  
ITENS 10.1 a 10.9 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

## **10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais.**

### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os comentários descritos neste documento, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Bombril S/A, são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

### **2019**

O ano de 2019 encerrou-se com otimismo em relação ao processo de recuperação gradual da economia brasileira, podendo destacar a redução da taxa de desemprego, inflação dentro do limite estipulado pelo Conselho Monetário Nacional e expectativa de crescimento do PIB pelo terceiro ano consecutivo. Esse cenário, adicionalmente a um ambiente externo favorável, resultou na menor taxa básica de juros da história, fortalecendo a expectativa de crescimento e estímulo à economia para 2020. Esse ambiente está ancorado na continuidade das reformas propostas pelo governo e ajustes necessários na economia.

Para a Companhia, 2019 foi um ano marcado pela retomada da Bombril. Atuamos fortemente para dar à Companhia uma estrutura que assegure seu crescimento em termos de receita e rentabilidade de modo sustentável. Nesse sentido, destacamos as ações implementadas nas áreas Comercial, Marketing, Cadeia de Suprimentos e Industrial. Todo esse trabalho teve como foco a visão de que devemos estar cada vez mais próximos de nossos clientes, oferecendo produtos cuja qualidade seja percebida e valorizada.

Com o apoio de uma consultoria estratégia especializada em estruturação de áreas de negócios, focada na alavancagem de processos operacionais, comerciais e de marketing, a Bombril revisou a estratégia de categorias, reposicionamento de preços, canais e concorrentes e, retomou a agenda de inovações, podendo citar como exemplo o lançamento da nova fragrância de detergente líquido “Jabuticaba”.

Apesar da desvalorização do real frente ao dólar de 2018 para 2019, que impactou o custo dos nossos insumos, a Companhia teve uma política de preços mais tempestiva, conseguindo repassar parte dessa perda, além dos esforços em redução de custos e despesas de forma sustentável, mantendo a

metodologia de Gestão Matricial de Despesas (GMD), obtendo ganhos para o negócio e protegendo a rentabilidade da Companhia.

Essas ações refletiram em um volume de vendas de 471,9 mil toneladas, aumento de 4,4% versus o ano anterior, resultando em uma receita líquida consolidada de R\$ 1.059,7 milhões. O EBITDA Pro-forma e a margem EBITDA Pro-forma consolidados atingiram R\$ 132,5 milhões e 12,5%, respectivamente, no ano de 2019, um incremento de 120% e 6,3p.p. em relação ao resultado de 2018, refletindo a retomada do crescimento principalmente em função do nosso reposicionamento e iniciativas estratégicas. Mesmo em um contexto ainda mais competitivo continuamos a busca de conquistar maior “market-share” nos nossos produtos, como detergente e amaciante e manter a liderança na lâ de aço.

Em relação ao endividamento da Companhia, pode-se destacar a liquidação das renegociações com fornecedores pactuadas entre 2015 e 2016 de mais de R\$ 120 milhões (uma única parcela de um fornecedor foi quitada em janeiro de 2020, respeitando o prazo acordado na renegociação), o alongamento dos empréstimos e financiamentos bancários e redução dos parcelamentos fiscais, com a quitação das parcelas do PRT firmadas em 2016 de 24 vezes.

A Companhia calcula a dívida bancária como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos (Debêntures, Capital de Giro, Finame, Operações de Fomento e Conta Garantida) não compondo as operações com cessões de duplicatas. No encerramento de 2019, o endividamento bancário atingiu R\$ 174,6 milhões, ante R\$ 166,0 milhões em 2018, aumento para suprir um pedaço da amortização das dívidas de períodos anteriores (parcelamentos fiscais e renegociação com fornecedores) e serviço da dívida.

Considerando o ciclo financeiro, a Companhia elevou prazo médio de pagamento dos fornecedores, retomando os patamares históricos da empresa e comparáveis de mercado.

Essas ações têm produzido melhorias de liquidez corrente da Companhia e situação de caixa mais favorável para o ano corrente, possibilitando uma reestruturação da estrutura de capital, com redução de custos e retomando a geração de caixa livre de forma a possibilitar a retomada de investimentos.

Considerando as ações implementadas ao longo do ano de 2019 e as demais em andamento, a Bombril S/A mantém a perspectiva de crescimento sustentável dos resultados para 2020 e anos subsequentes.

No âmbito societário, em 5 de setembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital social no valor de R\$ 84.643 mil em decorrência da conversão de 66.002.424 debêntures emitidas e subscritas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debentures Conversíveis em Ações, com a consequente emissão de 117.615.317 novas ações ordinárias e 88.829.873 novas ações preferenciais, totalizando 206.445.190 novas ações distribuídas aos debenturistas na forma da Escrituração de Emissão.

## **2018**

Durante o ano de 2018 observamos três grandes impactos econômicos que atingiram severamente a economia brasileira, ainda combatida pela crise, os quais estão de certa forma interligados, sendo os motivadores: (i) a corrida presidencial, que gerou estagnação dos investimentos enquanto aguardavam a definição do nome do novo presidente; (ii) a greve dos caminhoneiros, que trouxe pressão para os custos de frete, componente relevante na estrutura de custos de nossas operações; e (iii) a disparada do dólar, que alcançou preços muito superiores às expectativas de mercado, impactando os custos dos nossos insumos.

Esse conjunto de fatores e respectivos impactos, tornou o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ainda mais desafiador, nos obrigando a implementar ações para mitigar os riscos do negócio, através de aumentos de tabela de preços, além de esforços de reduções de custos e despesas. Caso as medidas de contenção não fossem implementadas tempestivamente, os impactos certamente teriam sido agravados.

Nossa capacidade de definição de estratégias claras e executadas de forma disciplinada por um time altamente engajado, foi fundamental para atravessarmos o ano de 2018 focados na estruturação das áreas de negócio e chegamos ao fim de mais um exercício com a empresa adimplente com seus compromissos fiscais, fornecedores e clientes.

Além disso, a Companhia deu continuidade à disciplina de controle de custos e despesas, da melhoria dos processos comerciais, visando a potencialização das categorias chave.

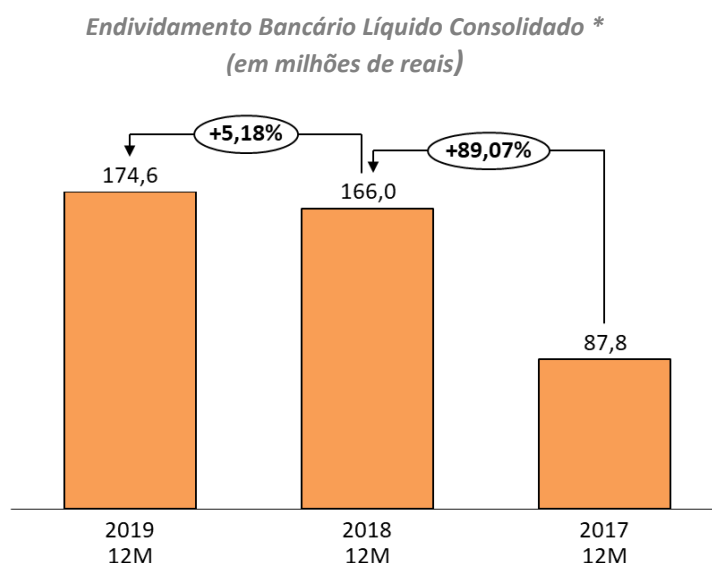
A Companhia calcula a dívida bancária líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos (Debêntures, Capital de Giro, Finame, Operações de Fomento e Conta Garantida), não compõe as operações com cessões de duplicatas, encerrando o ano de 2018 com o endividamento bancário líquido de R\$ 166,0 milhões ante R\$ 87,8 milhões em 2017.

## **2017**

A empresa renegociou em 2016 suas dívidas com fornecedores de matérias-primas, os quais estão sendo honrados rigorosamente em dia, e readequou suas linhas de créditos financeiros, a fim de garantir a saúde financeira da Companhia, gerando um fluxo de caixa de suas operações compatível às suas necessidades.

A Companhia encerrou o exercício de 2017 com o endividamento bancário líquido de R\$ 87,8 milhões, 13,3% maior quando comparado ao ano de 2016, contudo com uma forte redução do indicador “múltiplo de EBITDA” saindo de 1,08 em 2016 e 0,65 em 2017, já desconsiderando os eventos não recorrentes que impactaram o EBITDA nos dois anos comparados. A Companhia calcula a dívida bancária líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos (Debêntures, Capital de Giro, Finame, Operações de Fomento e Conta Garantida) não compõe as operações com cessões de duplicatas.

Apresentamos abaixo as evoluções de algumas informações e indicadores financeiros da Companhia, considerando suas demonstrações financeiras consolidadas.



\* No endividamento bancário apresentado acima, não contempla as cessões de duplicatas e as aplicações financeiras compromissadas.

**Caixa e Equivalentes de Caixa**  
**(em milhares de reais – R\$)**

	Consolidado		
	31.12.19	31.12.18	31.12.17
Caixa e Bancos	8.974	9.444	8.310
Aplicações Financeiras	4.263	4.474	9.998
<b>Total</b>	<b>13.237</b>	<b>13.918</b>	<b>18.308</b>

**Empréstimos e Financiamentos - Composição**  
**(em milhares de reais – R\$)**

	Taxa média	Consolidado		
	encargos %	31.12.19	31.12.18	31.12.17
<b>Em moeda local:</b>				
<b>(em milhares de reais)</b>				
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	0,37 a.m.	3.283	7.179	12.128
Capital de giro	1,37 a.m.	126.294	102.937	48.474
Debêntures não conversíveis	2,00 a.m.	38.808	30.600	20.000
Operação de Fomento (a)	2,40 a.m.	13.769	32.107	20.711
Cessão de duplicatas (b)	1,83 a.m.	132.318	114.493	138.867
Conta garantida (b)	1,30 a.m.	5.338	6.224	4.590
Arrendamento Mercantil (d)	1,16 a.m.	377	928	178
<b>Total</b>		<b>320.188</b>	<b>294.468</b>	<b>244.948</b>
Circulante		257.202	270.417	222.113
Não circulante		62.986	24.051	22.835

a) As operações com fomento são utilizadas para pagamento e adiantamento a fornecedores para compra de matéria-prima e com vencimento de 30 dias. A Companhia utiliza duplicatas a receber registradas em seu ativo para liquidação dessas operações.

(b) A Companhia realiza antecipação de seus recebíveis por meio de Cessão de Duplicatas junto às instituições financeiras como ferramenta de capital de giro.

(c) A conta garantida tem o prazo de vencimento indeterminado com reanálise de crédito para continuidade da operação a cada 180 dias.

(d) Trata-se de operações de arrendamento mercantil de itens de baixo valor, vencíveis em junho de 2021, e que não são registrados como Direitos de Uso, conforme isenção da norma contábil adotada pela Companhia

**Capital Circulante Líquido - CCL**

O capital circulante líquido passou de R\$ 235,2 milhões negativos em 2018 para R\$ 199,8 milhões negativos em 2019, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Indicador	Exercício Social findo em		
	2019	2018	2017
	em milhares de reais		
Ativo Circulante	270.194	280.600	321.212
Passivo Circulante	470.029	515.776	483.248
<b>Capital Circulante Líquido (CCL)</b>	<b>(199.835)</b>	<b>(235.176)</b>	<b>(162.036)</b>

\*dados consolidados

### Liquidez Corrente

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso índice de liquidez corrente (índice obtivo pela divisão do nosso ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 0,6x, comparado com a 0,5x em 31 de dezembro de 2018 e 0,7x em 31 de dezembro de 2017, conforme detalhado na tabela abaixo.

Indicador	Exercício Social findo em		
	2019	2018	2017
	em milhares de reais, exceto se outra forma indicado		
Ativo Circulante	270.194	280.600	321.212
Passivo Circulante	470.029	515.776	483.248
<b>Índice de Liquidez Corrente *</b>	<b>0,6x</b>	<b>0,5x</b>	<b>0,7x</b>

\*dados consolidados

### b) Estrutura de capital:

(em milhares de reais - R\$)

Estrutura de Capital	2019	2018	2017
Capital Social	879.785	795.142	795.142

(em milhões)

Quantidade de Ações	2019	2018	2017
ON	137.615	20.000	20.000
PN	122.894	34.065	34.065
<b>Total de Ações</b>	<b>260.510</b>	<b>54.065</b>	<b>54.065</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito integralizado é de 54.065 de ações, sendo 137,6 milhões de ações ordinárias e 122,9 milhões de ações preferenciais.



Em 5 de setembro de 2019, com rerratificação em 14 de novembro do mesmo ano, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital social no valor de R\$ 84.643 mil em decorrência da conversão de 66.002.424 debêntures emitidas e subscritas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, com a consequente emissão de 117.615.317 novas ações ordinárias e 88.829.873 novas ações preferenciais, totalizando 206.445.190 novas ações distribuídas aos debenturistas na forma da Escrituração de Emissão.

(em milhares de reais - R\$ )

	2019	% em relação ao total	2018 (reapresentado)	% em relação ao total	2017	% em relação ao total
Capital de Terceiros <sup>1</sup>	942.710	143,4%	918.894	135,6%	831.994	121,4%
Capital Próprio <sup>2</sup>	-285.117	-43,4%	-241.389	-35,6%	-146.628	-21,4%
<b>Total</b>	<b>657.593</b>	<b>100,0%</b>	<b>677.505</b>	<b>100,0%</b>	<b>685.366</b>	<b>100,0%</b>

(<sup>1</sup>) Capital de Terceiros corresponde à soma do Passivo Circulante e Passivo não Circulante ao final de cada exercício social.

(<sup>2</sup>) Capital Próprio corresponde ao Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social.

### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia deu continuidade à disciplina de controle de custos e despesas, além do foco na melhoria dos processos comerciais, implementou diversas iniciativas para recuperar as perdas de faturamento e, não havendo riscos de não honrar com os compromissos correntes e aqueles derivados de dívidas de parcelamentos contraídos com o fisco Estadual e Federal, instituições financeiras e fornecedores.

Desde 2016, período da reestruturação financeira da Bombril, a Companhia vem honrando seus compromissos, com redução da dívida fiscal e com fornecedores nos montantes de R\$ 137,6 milhões e R\$ 71,4 milhões, respectivamente. Tal redução foi possível pela geração de caixa operacional, redução do ciclo financeiro, impactado principalmente pelo aumento do prazo de fornecedores, e aumento de empréstimos bancários e emissão de debênture.

No quadro abaixo apresentado, a parcela de empréstimos e financiamentos está considerado cessão de duplicatas.

<b>Endividamento Consolidado (em R\$ milhões)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Empréstimos e financiamentos	320,2	294,5
Parcelamentos fiscais	204,4	233,3
Renegociação fornecedores	0,3	10,5
<b>Dívida Bruta</b>	<b>524,9</b>	<b>538,3</b>
(-) Caixa, equivalentes de caixa	-13,2	-13,9
<b>Dívida Líquida</b>	<b>511,6</b>	<b>524,4</b>
EBITDA Pro-Forma	132,5	60,2
<b>Dívida Líquida/EBITDA Pro-Forma</b>	<b>3,9x</b>	<b>8,7x</b>

Essa redução do endividamento e aumento do EBITDA Pro-forma resultou em um índice de dívida líquida sobre EBITDA de 3,9x.

Adicionalmente, a Companhia tem demonstrado capacidade de rolagem da parcela de curto prazo e alongamento da dívida, reflexo da retomada da confiança do mercado na capacidade da empresa em honrar seus compromissos e sustentabilidade dos resultados operacionais, buscando Companhia constantemente busca um perfil de endividamento com maior equilíbrio nos seus vencimentos, evitando concentrações de pagamentos em um determinado período.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.**

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamentos da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazo; (iii) emissão de dívida (debêntures).

Essas fontes de financiamentos são utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas da operação, redução do endividamento fiscal e com fornecedores, findado em janeiro de 2020 e das taxas de juros a ele atreladas (serviço da dívida).

A Companhia não efetuou investimentos relevantes em 2019, e continua focando na redução dos custos e taxas do endividamento bancário, aumento do prazo de pagamento com fornecedores e diminuição da necessidade de garantias das operações.

A Companhia permanecerá focada em capturar ações para a melhoria da rentabilidade, retomando os investimentos necessários para manutenção e ampliação do parque fabril, garantindo a produção para demanda de seus produtos, e segue na busca da otimização de sua dívida.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

A Companhia trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio financeiro e desenvolveu um melhor relacionamento com Instituições Financeiras durante o ano de 2019, com capacidade de rolagem e ampliação das linhas de financiamento bancário existentes.

Captamos recursos, quando necessário, de forma mais eficiente, com menor custo financeiro, prazo mais alongado e redução das exigências de garantias. A companhia utiliza a prática de antecipar seus recebíveis junto às instituições financeiras como recurso de financiamento do capital de giro.

Usando uma combinação de diferentes recursos de capital, tais como as receitas geradas a partir das atividades operacionais da Companhia, emissões de dívidas e condições estendidas aos seus fornecedores, tais recursos são empregados na operação para financiar o nosso crescimento sustentável, o qual acreditamos ser apropriado para o desempenho e continuidade de nossas atividades.

**f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando:**

Em 31 de dezembro de 2019 a dívida bruta (capital de giro, finames, cessão de duplicatas, operações de fomentos, conta garantida, arrendamento mercantil e debêntures não conversíveis em ações) totalizava R\$ 320,2 milhões.

A tabela a seguir mostra nosso endividamento em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

	Taxa média	Ano de	Consolidado		
	encargos %	Vencimento	31.12.19	31.12.18	31.12.17
<b>Em moeda local:</b>					
<b>(em milhares de reais)</b>					
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	0,37 a.m.	set/21	3.283	7.179	12.128
Capital de giro	1,37 a.m.	mai/22	126.294	102.937	48.474
Debêntures não conversíveis	2,00 a.m.	ago/22	38.808	30.600	20.000
Operação de Fomento (a)	2,40 a.m.	(a)	13.769	32.107	20.711
Cessão de duplicatas (b)	1,83 a.m.	(b)	132.318	114.493	138.867
Conta garantida (b)	1,30 a.m.	(c)	5.338	6.224	4.590
Arrendamento Mercantil (d)	1,16 a.m.	(d)	377	928	178
<b>Total</b>			<b>320.188</b>	<b>294.468</b>	<b>244.948</b>
Circulante			257.202	270.417	222.113
Não circulante			62.986	24.051	22.835

Os empréstimos em moeda local estão garantidos por máquinas e equipamentos da linha de produção de lâ de aço, e avais da Companhia. As operações da Companhia junto à fomentadora BS Fomento (a) acima, estão garantidas por Marcas (Kalipto e NO AR, Pinho Bril e Pinho Bril Plus) no montante de R\$ 11,0 milhões e uma lista pré-definida de estoque, no montante de R\$ 8,6 milhões.

**(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;**

Em 31 de dezembro de 2019 nossos empréstimos e financiamentos bancários de longo prazo totalizaram R\$ 62,9 milhões, e estão distribuídos conforme tabela abaixo:

**Parcela não circulante de Empréstimos e Financiamentos**

Ano de Vencimento	Consolidado		
	31.12.19	31.12.18	31.12.17
2021	49.587	20.142	4.482
2022	13.399	3.909	-
2023	-	-	-
<b>Total</b>	<b>62.986</b>	<b>24.051</b>	<b>4.482</b>

**(iii) grau e subordinação entre as dívidas;**

A Companhia informa nos exercícios sociais findos em 2019, 2018 e 2017, não possui grau de subordinação entre dívidas entre elas, tendo, portanto, direitos iguais de pagamentos.

**(iv) eventuais restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratações de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alteração de controle societário).**

Não há restrições impostas a Companhia. Nos 03 últimos exercícios sociais, a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não contém cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Companhia e de suas controladas.

**g) Os limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Os limites para contratação dos financiamentos passam por aprovação do corpo diretivo antecedente a formalização junto às Instituições financeiras.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

Abaixo a comparação das principais contas das Demonstrações Financeiras Consolidadas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

**Ativo Circulante**

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Em 31 de dezembro de 2019 encerramos com saldo de R\$ 13,3 milhões, apresentando uma pequena redução de 4,9%, comparado a 31 de dezembro de 2018 R\$ 13,9 milhões. Em 2017 fechou com saldo de R\$ 8,3 milhões.
- **Aplicações Financeiras** – Em 31 de dezembro de 2019, encerramos com R\$ 5,3 milhões apresentando uma redução de R\$ 4,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018 que foi de R\$ 9,3 milhões, utilizado para constituição do capital de giro da Companhia. Em 2017 a Companhia encerrou com saldo de R\$ 10,0 milhões.
- **Contas receber de clientes** – Os valores a receber de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 176,0 milhões, o que representa um acréscimo de 15,1 % em relação a 31 de dezembro de 2018 que foi de R\$ 152,8 milhões, impulsionado por uma melhor performance nas operações comerciais.

### **Passivo Circulante e Passivo não circulante**

- **Fornecedores** – Em 31 de dezembro de 2019, encerramos com R\$ 111,7 milhões apresentando uma redução de 10,9% em relação a 31 de dezembro de 2018 no montante R\$ 125,3 milhões, essa redução se deu pela liquidação de parcelamentos com fornecedores (R\$ 10,2 milhões) provenientes de exercícios anteriores e redução nos estoques de matéria-prima, a empresa evoluiu no prazo médio de pagamentos com fornecedores em 10 dias no exercício. Em 2017 o saldo era de R\$ 130,6 milhões.
- **Obrigações Tributárias a recolher** – Em 31 de dezembro de 2019, encerramos com saldo de R\$ 52,2 milhões no curto prazo e R\$ 182,2 milhões no longo prazo que totalizam R\$ 234,4 milhões, uma redução de 16,3%, no curto prazo e uma redução de 1,6% no longo prazo, comparado com o ano de 2018 (R\$ 247,3 milhões), decorrente das amortizações dos parcelamentos. Em 2017 encerramos com R\$ 297,8 milhões
- **Provisões Diversas** – Em 31 de dezembro de 2019, encerrou com saldo de R\$ 81,6 milhões, um aumento de 29,7% em comparação com o ano de 2018, proveniente principalmente da provisão de honorários advocatícios sobre os processos de compra e venda de títulos e tributação sobre os lucros de controlada no exterior que passaram a ser mensurados através de *success fee*.
- **Patrimônio Líquido** – O patrimônio líquido da Companhia teve uma redução em 17,8% passando para R\$ 285,2 milhões negativos ante R\$ 241,4 milhões negativos em 31 de dezembro de 2018. Essa redução é reflexo do aumento das contingências e provisão de honorários advocatícios. Em 2017 o patrimônio era de R\$ 146,7 milhões.

Os balanços patrimoniais consolidado levantados em 2019, 2018 e 2017, bem como as respectivas demonstrações do resultado consolidado, foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As informações a seguir, devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia ([ri.bombril.com.br](http://ri.bombril.com.br)), e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

### Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Balanço Patrimonial - Ativo	Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos milhares de reais)						Var.	
	Dados Consolidados						2019 x 2018	2018 x 2017
	2019	AV <sup>1</sup>	2018 (reapresentado)	AV <sup>1</sup>	2017	AV <sup>1</sup>		
<b>ATIVO</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	13.237	2,0%	13.918	2,1%	16.784	2,4%	-4,9%	-17,1%
Títulos de Valores Mobiliários	5.271	0,8%	9.312	1,4%	8.428	1,2%	-43,4%	100,0%
Contas a receber de clientes	175.981	26,8%	152.833	22,6%	197.460	28,8%	15,1%	-22,6%
Estoques	54.484	8,3%	78.092	11,5%	57.857	8,4%	-30,2%	35,0%
Tributos a recuperar	7.327	1,1%	7.931	1,2%	27.622	4,0%	-7,6%	-71,3%
Despesas antecipadas	1.334	0,2%	2.242	0,3%	336	0,0%	-40,5%	567,3%
Outros Ativos	12.560	1,9%	16.272	2,4%	12.725	1,9%	-22,8%	27,9%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>270.194</b>	<b>41,1%</b>	<b>280.600</b>	<b>41,4%</b>	<b>321.212</b>	<b>46,9%</b>	<b>-3,7%</b>	<b>-12,6%</b>
<b>Não Circulante</b>								
Contas a receber de clientes	-	0,0%	-	0,0%	4	0,0%	0,0%	-100,0%
Títulos de Valores Mobiliários	2.531	0,4%	7.323	1,1%	9.975	1,5%	-65,4%	-26,6%
Tributos a recuperar	364	0,1%	315	0,0%	717	0,1%	15,6%	-56,1%
Tributos diferidos	75.892	11,5%	75.817	11,2%	22.864	3,3%	0,1%	231,6%
Depósitos judiciais	24.135	3,7%	10.590	1,6%	6.056	0,9%	127,9%	74,9%
Outros Ativos	8.031	1,2%	6.717	1,0%	6.334	0,9%	19,6%	100,0%
Realizável a Longo Prazo	<b>110.953</b>		<b>100.762</b>		<b>45.950</b>			
Imobilizado	267.475	40,7%	283.510	41,8%	305.538	44,6%	-5,7%	-7,2%
Direito de uso	3.242	0,5%	-	0,0%	-			
Intangível	5.729	0,9%	12.633	1,9%	12.666	1,8%	-54,7%	-0,3%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>387.399</b>	<b>58,9%</b>	<b>396.905</b>	<b>58,6%</b>	<b>364.154</b>	<b>53,1%</b>	<b>-2,4%</b>	<b>9,0%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>657.593</b>	<b>100,0%</b>	<b>677.505</b>	<b>100,0%</b>	<b>685.366</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2,9%</b>	<b>-1,1%</b>

AV<sup>1</sup>(Análise Vertical)

Proposta da Administração  
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – 27/04/2020



Exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em R\$ mil)

Dados Consolidados								
Balanco Patrimonial - Passivo	2019	AV <sup>1</sup>	2018	AV <sup>1</sup>	2017	AV <sup>1</sup>	Var. 2019 x 2018	Var. 2018 x 2017
<b>PASSIVO</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	111.665	18,2%	125.031	19,8%	120.710	17,6%	-10,7%	3,6%
Obrigações sociais e trabalhistas	21.513	3,5%	18.967	3,0%	24.646	3,6%	13,4%	-23,0%
Empréstimos e financiamentos	257.202	41,9%	270.417	42,8%	222.113	32,4%	-4,9%	21,7%
Passivos de arrendamentos	2.095	0,3%	-	0,0%	86.972	12,7%	100,0%	-100,0%
Obrigações tributárias a recolher	52.129	8,5%	62.237	9,9%	11.521	1,7%	-16,2%	440,2%
Provisões diversas	13.060	2,1%	11.914	1,9%	-	0,0%	0,0%	100,0%
Outros passivos	11.672	1,9%	27.210	4,3%	17.286	2,5%	-57,1%	57,4%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>469.336</b>	<b>76,5%</b>	<b>515.776</b>	<b>81,7%</b>	<b>483.248</b>	<b>70,5%</b>	<b>-9,0%</b>	<b>6,7%</b>
<b>Não Circulante</b>								
Fornecedores	-	0,0%	264	0,0%	9.875	1,4%	-100,0%	-97,3%
Empréstimos e financiamentos	62.986	10,3%	24.051	3,8%	22.835	3,3%	161,9%	5,3%
Passivos de arrendamentos	1.297	0,2%	-	0,0%	210.843	30,8%	100,0%	-100,0%
Obrigações tributárias a recolher	182.282	29,7%	185.145	29,3%	27.716	4,0%	-1,5%	568,0%
Partes relacionadas	28.904	4,7%	27.712	4,4%	431	0,1%	4,3%	6329,7%
Outros passivos	487	0,1%	459	0,1%	64.552	9,4%	6,1%	-99,3%
Prov. para riscos fiscais, trab. e cíveis	83.791	13,7%	68.694	10,9%	-	0,0%	22,0%	100,0%
Provisões diversas	68.491	11,2%	50.950	8,1%	12.494	1,8%	34,4%	307,8%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>428.238</b>	<b>69,8%</b>	<b>357.275</b>	<b>56,6%</b>	<b>348.746</b>	<b>50,9%</b>	<b>19,9%</b>	<b>2,4%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>								
Capital social	879.785	143,5%	795.142	125,9%	795.142	116,0%	10,6%	0,0%
Reservas de capital	6.745	1,1%	94.629	15,0%	94.629	13,8%	-92,9%	0,0%
Reservas de reavaliação	24.096	3,9%	26.201	4,1%	28.315	4,1%	-8,0%	-7,5%
Ajustes acumulados de conversão	-	0,0%	-	0,0%	156.067	22,8%	0,0%	-100,0%
Ajustes de avaliação patrimonial (custo at	62.543	10,2%	63.300	10,0%	64.074	9,3%	-1,2%	-1,2%
Prejuízos acumulados	(1.257.593)	-205,1%	(1.220.661)	-193,2%	(1.284.855)	-187,5%	3,0%	-5,0%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(284.424)</b>	<b>-46,4%</b>	<b>(241.389)</b>	<b>-38,2%</b>	<b>(146.628)</b>	<b>-21,4%</b>	<b>17,8%</b>	<b>64,6%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>613.150</b>	<b>100,0%</b>	<b>631.662</b>	<b>100,0%</b>	<b>685.366</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2,9%</b>	<b>-7,8%</b>

AV <sup>1</sup>(Análise Vertical)

## Análise Comparativa das Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro em 2019, 2018 e 2017  
(Valores expressos em R\$ mil, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

Dados Consolidados							
Demonstração do Resultado do Período	2019	AV <sup>1</sup>	2018	AV <sup>1</sup>	2017	Var % 2019 x 2018	Var % 2018 x 2017
			(reapresentado)				
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>1.059.746</b>	<b>100%</b>	<b>974.190</b>	<b>100%</b>	<b>1.096.718</b>	8,8%	-11,2%
Custo dos produtos vendidos	(648.719)	61,2%	(607.747)	62,4%	(598.844)	6,7%	1,5%
<b>Resultado bruto</b>	<b>411.027</b>	<b>38,8%</b>	<b>366.443</b>	<b>162,4%</b>	<b>497.874</b>	<b>12,2%</b>	<b>-26,4%</b>
<b>Despesas / Receitas Operacionais</b>	<b>(350.038)</b>	<b>33,0%</b>	<b>(371.157)</b>	<b>38,1%</b>	<b>(319.167)</b>	<b>-5,7%</b>	<b>16,3%</b>
Despesa com vendas	(224.192)	21,2%	(227.028)	23,3%	(304.526)	-1,2%	-25,4%
Despesas gerais e administrativas	(87.284)	8,2%	(86.616)	8,9%	(85.346)	0,8%	1,5%
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	(38.562)	3,6%	(57.513)	5,9%	70.705	-33,0%	-181,3%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>60.989</b>	<b>-5,8%</b>	<b>(4.714)</b>	<b>-0,5%</b>	<b>178.707</b>	<b>-1393,8%</b>	<b>-102,6%</b>
Receitas financeiras	1.784	0,2%	159.663	16,4%	12.980	-98,9%	1130,1%
Despesas financeiras	(107.231)	10,1%	(87.272)	9,0%	(89.591)	22,9%	-2,6%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(105.447)</b>	<b>-10,0%</b>	<b>72.391</b>	<b>-7,4%</b>	<b>(76.611)</b>	<b>-245,7%</b>	<b>-194,5%</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(44.458)</b>	<b>-4,2%</b>	<b>67.677</b>	<b>6,9%</b>	<b>102.096</b>	<b>-165,7%</b>	<b>-33,7%</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	4.664	0,4%	2.489	0,3%	24.728	87,4%	-89,9%
Resultado líquido das operações continuadas	(39.794)	-3,8%	70.166	7,2%	126.824	-156,7%	-44,7%
<b>Lucro / Prejuízo do período</b>	<b>(39.794)</b>	<b>-3,8%</b>	<b>70.166</b>	<b>7,2%</b>	<b>126.824</b>	<b>-156,7%</b>	<b>-44,7%</b>
Lucro / Prejuízo por ação (R\$) - Básico	(0,33672)		1,29782		2,34579		
Lucro / Prejuízo por ação (R\$) - Diluído	(0,33672)		0,58439		0,96065		

AV <sup>1</sup>(Análise Vertical)



## **10.2 - Os diretores devem comentar.**

- (a) Resultados das operações do emissor, em especial.**
  - (i) descrição de quaisquer componentes da receita**

### **Volume de Produtos Vendidos**

Em 2019, o volume alcançou 471,9 mil toneladas, representando um incremento de 4,4%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O crescimento está suportado por uma melhora operacional da execução comercial, mix de produtos e novos lançamentos nas categorias: (i) Detergente - Limpol Jabuticaba e Tangerina em edições limitadas e (ii) Amaciante para roupas - Mon Bijou Intense 2L e novas fragrâncias do Mon Bijou concentrado nas versões Magia, Noite dos Sonhos e Mistério.

### **Receita Líquida de Vendas**

Em 2019, a receita líquida consolidada apresentou um aumento de 1,2%, atingindo a marca de R\$ 1.059,7 milhões representando um aumento de 8,8%, frente ao ano de 2018 (R\$ 974,2 milhões), frutos de ações como: reposicionamento de preços implantado no primeiro trimestre de 2019, melhorias na execução comercial e das inovações nas categorias Detergente e Amaciante.

No segundo semestre, foi realizado novo reposicionamento de preço em determinadas categorias, visando minimizar o impacto na estrutura de custos de insumos indexados ao Dólar, com o objetivo de preservar as margens operacionais. Em 2017, nossa receita líquida de vendas encerrou com R\$ 1.096,7 milhões.

### **Custo de Produtos Vendidos (CPV consolidado)**

No exercício social de 31 de dezembro de 2019, o custo de produtos vendidos totalizou R\$ 648,7 milhões, alta de 6,7% comparado com o ano anterior (2018), explicado principalmente pelo aumento do volume de vendas e pela variação cambial do Real contra Dólar Norte Americano. Apesar do aumento absoluto, o CPV sobre a Receita Líquida teve uma redução de 1,2 pp, com melhora da rentabilidade da Companhia. Em 2017 o custo de produtos e mercadorias vendidas totalizou R\$ 598,8 milhões.

### **Lucro Bruto**

O lucro bruto foi de R\$ 411,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, uma redução

de 12,2% em relação ao mesmo período em 2018 (R\$ 366,4 milhões). Esse crescimento se deve ao reposicionamento de preços e aumento de volume, impulsionado pelo lançamento de novos produtos como o detergente líquido Limpol Jabuticaba e Tangerina, com edição limitada, e amaciante Mon Bijou Intense 2L e as novas fragrâncias do Mon Bijou concentrado nas versões Magia, Noite dos Sonhos e Mistério. Em 2017 o lucro bruto foi de R\$ 497,9 milhões.

### **Vendas, Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 350,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 5,7% em relação aos R\$ 371,2 milhões registrados em 2018, decorrente da reclassificação contábil para adequação à norma CVM - 762/16 (CPC47 das normas contábeis equivalente ao IFRS15 das normas internacionais de contabilidade), reclassificando R\$ 82,0 milhões das Despesas Operacionais (investimento comerciais) para a Receita Líquida (2018 foi reapresentado, no montante de R\$ 72,5 milhões), com mais detalhes na Nota 2.5 - Reapresentação de informações anteriormente apresentadas das Demonstrações Contábeis. Em 2017 essas despesas foram de R\$ 319,2 milhões.

### **Lucro Líquido/Prejuízo) do Período**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encerrou o ano com prejuízo líquido de R\$ 40,5 milhões, apresentando uma piora em relação ao exercício anterior (2018) o qual apresentou um lucro líquido de R\$ 70,2 milhões decorrentes principalmente pelo efeito da baixa contábil da variação cambial da extinta Bombril Overseas, que trouxe um impacto positivo de R\$ 156 milhões no resultado financeiro, seguido da provisão de honorários de êxito decorrente da troca do escritório de advocacia que patrocinava as ações Tributárias do T-Bills no valor de R\$ 34,2 milhões e provisão de processo cível do Banco Santos (R\$ 6,8 milhões). Em 2016 a Companhia encerrou o ano com lucro líquido de R\$ 126,8 milhões.

#### **(i) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

O ano de 2019 foi marcado pela retomada do crescimento da Bombril. Atuamos fortemente para dar à Companhia uma estrutura que assegure seu crescimento em termos de receita e rentabilidade de modo sustentável, ações que trouxeram aumento de volume e reposicionamento de preço, que alavancaram a receita da Companhia. Nesse sentido, destacamos as ações implementadas nas áreas Comercial, Marketing, Cadeia de Suprimentos e Industrial. Todo esse trabalho teve como foco a visão

de que devemos estar cada vez mais próximos de nossos clientes, oferecendo produtos cuja qualidade seja percebida e valorizada.

### **Focos Estratégicos**

A Bombril promoveu uma ampla revisão estratégica dos seus negócios em 2019, com foco no aumento das vendas, produtividade e preservação das margens. Entre as principais ações de destaque podemos citar:

- Inovação e Novos Produtos:
- Presença na mídia
- Revisão de categorias
- Produtividade operacional

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia alcançou uma Receita Bruta de R\$ 1.585,3 milhões, crescimento de 8,8%, que corresponde a R\$ 127,8 milhões superior em relação ao mesmo período de 2018 (R\$ 1.457,5 milhões), fruto de ações como: reposicionamento de preços implantado no primeiro trimestre de 2019, melhorias na execução comercial e das inovações nas categorias Detergente e Amaciante.

O resultado líquido registrou prejuízo de R\$ 40,5 milhões, representando um recuo de 157,7%, quando comparado ao lucro de R\$ 70,2 milhões apresentados em igual período de 2018.

Quando desconsiderados os eventos não recorrentes do resultado líquido Pro-forma do 12M19, no valor de R\$ 56,2 milhões, relacionados aos efeitos das provisões de honorários de êxito decorrente da contratação de escritório de advocacia para as ações tributárias do T-Bills (R\$ 17,6 milhões) e de processos cíveis de períodos anteriores à 2010, cuja avaliação do risco de perda foi alterada durante o exercício de 2019 e respectiva atualização monetária (R\$ 21,1 milhões), baixa efetiva do ágio da marca Lysoform (R\$ 5,2 milhões) e Outras despesas não recorrentes de consultoria estratégica contratada em 2019 para alavancagem de processos operacionais, comerciais e de marketing e de impairment de ativos imobilizados em desuso (R\$ 12,3 milhões), apresenta um lucro de R\$ 15,7 milhões.

Em relação ao resultado 12M18, observamos eventos não recorrentes no montante de R\$ 115,0 milhões, decorrentes dos efeitos da baixa contábil da variação cambial da extinta Bombril Overseas, que trouxe um impacto contábil positivo de R\$ 156 milhões no resultado financeiro, seguido da

provisão de honorários de êxito decorrente da troca do escritório de advocacia que patrocinava as ações Tributárias do T-Bills no valor de R\$ 34,2 milhões e provisão de processo cível do Banco Santos (R\$ 6,8 milhões), que quando desconsiderados, apresenta um prejuízo de R\$ 44,8 milhões.

Analisando o resultado líquido Pro-forma, o ano de 2019 apresentou um lucro de R\$ 15,7 milhões, em bases comparáveis, contra prejuízo de R\$ 44,8 milhões de 2018 (-135.1%). A rentabilidade, em relação à receita líquida, na mesma base comparativa, apresentou uma melhora de 6,1 p.p., atingindo 1,5%. Essa melhora é o reflexo das ações implementadas ao longo do ano, retomando o caminho de crescimento de volume e aumento da rentabilidade, tornando-se uma empresa mais eficiente.

Em 31 de dezembro de 2018, o conjunto de fatores como: (i) a corrida presidencial, que gerou estagnação dos investimentos enquanto aguardavam a definição do nome do novo presidente; (ii) a greve dos caminhoneiros, que trouxe pressão para os custos de frete, componente relevante na estrutura de custos de nossas operações; e (iii) a disparada do dólar, que alcançou preços muito superiores as expectativas de mercado, impactaram o resultado, tornou o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ainda mais desafiador, nos obrigando a implementar ações para mitigar os riscos do negócio, através de aumentos de tabela de preços, além de esforços de reduções de custos e despesas. Caso as medidas de contenção não fossem implementadas tempestivamente, os impactos certamente teriam sido agravados.

**(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

O volume de produtos vendidos totalizou 471,9 mil toneladas em 2019, contra 451,9 mil toneladas em 2018. Em 2017 o volume de vendas foi de 479,8 mil toneladas.

Em 2019, a Companhia alcançou a marca de R\$ 1.585,3 milhões de Receita Bruta, crescimento de 8,8%, que corresponde a R\$ 127,8 milhões superior em relação ao mesmo período de 2018 (R\$ 1.457,5 milhões), fruto de ações como: reposicionamento de preços implantado no primeiro trimestre de 2019, melhorias na execução comercial e das inovações nas categorias Detergente e Amaciante.

No segundo semestre, foi realizado novo reposicionamento de preço em determinadas categorias, visando minimizar o impacto na estrutura de custos de insumos indexados ao Dólar, com o objetivo de preservar as margens operacionais.

A Receita Líquida de Vendas, atingiu o montante de R\$ 1.059,7 milhões, ante R\$ 974,2 milhões no 12M18, representando um aumento de 8,8%. Cabe ressaltar que houve uma reclassificação contábil, para aprimorar a apresentação das bonificações comerciais, no valor de R\$ 82,0 milhões de Despesas Operacionais para a Receita Líquida de vendas (o mesmo foi feito para fins comparativos em 2018, no montante de R\$ 72,5 milhões).

**(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

**Inflação**

O resultado da Companhia é afetado pela inflação. Uma parte de nossos custos e despesas é incorrida em Reais e é impactada quando nossos fornecedores e prestadores de serviços aumentam seus preços.

**Câmbio**

Os resultados operacionais e financeiros da Companhia, são afetados pela variação cambial entre o Real contra Dólar Norte Americano, visto que uma parte relevante dos custos de matérias primas e embalagens estão indexados ao Dólar Norte Americano. Esse tipo de risco pode afetar positivamente ou negativamente o custo do produto vendido.

**Taxa de juros**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a queda da taxa de juros teve impacto positivo nas despesas financeiras da Companhia, com redução das taxas pós-fixadas atreladas ao Certificado de Depósito Bancário (CDI) e SELIC.

De forma proporcionalmente menor, teve impacto negativo na receita financeira da Companhia, uma vez que suas aplicações financeiras estão atreladas ao Certificado de Depósito Bancário (CDI).

O risco da taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

**10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia.**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional;**

Não aplicável para a Companhia nos 3 últimos exercício sociais.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária;**

Aquisição da empresa BB Logística Ltda (“BBLog”)

Em 30 de agosto de 2019, a controlada Brilmaq adquiriu 100% do capital da BB Logística Ltda. (“BBLog”), representando a decisão da Companhia de internalizar o processo de logística e, consequentemente, reduzir o custo da operação de distribuição.

O preço de aquisição foi determinado levando em consideração (i) o valor da opção de compra estabelecido no contrato de prestação de serviços firmado junto a Agrega Soluções e Apoio Ltda. e (ii) preço da transferência da estrutura de primarização.

A mensuração e reconhecimento da participação da Brilmaq na BBLog foi realizada com base nas informações contábeis intermediárias de 30 de agosto de 2019.

O valor contábil dos ativos e passivos identificáveis da BB Log na data da aquisição é representado por:

	Base da Aquisição 30/8/2019
Ativos Circulantes	2.374
Ativos não circulantes	-
Passivos circulantes	(1.925)
Passivos não circulantes	(154)
Valor justo provisório da participação nos ativos líquidos identificáveis	295
Preço de aquisição estimado	290
Deságio	5
Valor a pagar	290
	290

A combinação de negócio acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição.

O investimento na BB Log é mensurado usando-se o método da equivalência patrimonial por estar classificado como investimento em controlada pela Brilmaq. A data de reporte das demonstrações contábeis da BB Log é coincidente com a da controladora. As informações da BB Log em 30 de agosto de 2019 são representadas por:

	30/8/2019
Caixa e equivalentes de caixa	228
Outros ativos circulantes	2.146
Ativos Circulantes	<b>2.374</b>
Ativos não circulantes	
Ativo total	<b>2.374</b>
Passivos financeiros circulantes	(449)
Outros passivos circulantes	(1.476)
Passivos circulantes	(1.925)
Passivos financeiros não circulantes	-
Outros passivos não circulantes	(154)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(295)</b>

Não existem compromissos não reconhecidos que podem dar origem a uma saída futura de caixa ou de outros recursos.

**c) eventos ou operações não usuais;**

Em 27 de setembro de 2019, a Companhia concluiu o plano de reestruturação societária que consistiu na contratação PricewaterhouseCoopers (PwC) das British Virgin Islands (BVI) para atuar como “Liquidante” no processo de encerramento da Bombril Overseas Inc, aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2017, cujos objetivos foram a racionalização e simplificação de processos, redução de custos e gestão eficiente da estrutura societária do Grupo Bombril.

Na última etapa da reestruturação societária restou um passivo de R\$17.911 da Brilmaq com a Bril Cosméticos S.A. (“Bril”), que foi compensado por meio da redução do capital social da Bril, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Bombril na supracitada data.

**10.4 - Os diretores devem comentar:**

**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

**31/12/2019 (data da implementação da norma)**

**Operações de Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16**

A norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) foi adotada em 1º de janeiro de 2019 com o objetivo de unificar o modelo de contabilização do arrendamento, os quais os arrendatários reconhecem os passivos

assumidos em contrapartida dos ativos de direito de uso. A Companhia realizou a aplicação desta norma conforme quadro sumário a seguir:

	Controladora	Consolidado
	01/01/2019	01/01/2019
	Direito de uso	Direito de uso
Edifícios	1.774	-
Máquinas e equipamentos	4.257	963
Veículos	5.095	5.095
<b>Total</b>	<b>11.126</b>	<b>6.058</b>

**IFRIC 23 – Incerteza em relação a Tratamentos Tributários sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)**

A nova interpretação vigente estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro. A Administração aplicou a nova interpretação desde 1º. de janeiro de 2019 e não identificou qualquer impacto em suas demonstrações financeiras.

**01/01/2018 (data da implementação da norma)**

**IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

A Companhia adotou o IFRS 9/CPC48 com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2018 o IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros substitui a IAS 39– Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros:

**Classificação e mensuração – ativos e passivos financeiros**

O IFRS 9 / CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

**Redução ao valor recuperável (*impairment*) – ativos financeiros e ativos contratuais**

A norma substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros



mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

O impacto da adoção inicial do novo modelo prospectivo de apuração da provisão para perdas esperadas resultou no seguinte ajuste, reconhecido contra prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2018:

	<b>Ajuste de adoção inicial IFRS 9</b>
Perdas de crédito esperadas	(3.512)
Impostos diferidos	1.194
<b>Total reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido</b>	<b>(2.318)</b>

#### **IFRS 15 / CPC 47 – Receitas de contratos com clientes**

A IFRS 15 / CPC 47, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

**Os impactos da adoção da nova norma foram:**

- (a) Direito de devolução, abatimentos e descontos

	<b>Ajuste de adoção inicial IFRS 15</b>
Deduções da receita	(9.914)
Impostos diferidos	3.371
<b>Total reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido</b>	<b>(6.543)</b>

#### **b) efeitos significativos nas práticas contábeis;**

Os impactos das mudanças das práticas contábeis estão apresentados no tópico anterior.

#### **(b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os auditores externos emitiram relatório de auditoria em 26 de março de 2019 e concluíram sem ressalvas o exame de auditoria das demonstrações financeiras de 2019, conforme a seguir:

“Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bombril S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Bombril S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).”

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$40.847 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo total da Companhia excedeu o ativo total em R\$285.117 mil. Esses eventos e condições e o histórico de prejuízos operacionais indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.”

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: previsões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis.

As políticas contábeis adotadas são:

#### **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

#### **Contas a receber de clientes**

São apresentadas ao valor de realização e ao valor presente, se relevante. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise individual dos créditos, incluindo a avaliação de risco de crédito para cada faixa de valor vencido, classificação de risco do cliente e o histórico de perdas, e foi considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, a Companhia e suas controladas adotam o procedimento de cobrança direta junto aos clientes, terceirização da cobrança e, em alguns casos, cobrança judicial.

#### **Provisão para perdas do valor recuperável de ativos**

Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

#### **Provisões Gerais**

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos

para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida e qualquer reembolso.

#### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **Julgamento, Estimativas e Premissas. Contábeis Significativas**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

#### **(i) Imposto de renda e contribuição social**

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e créditos fiscais consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da Administração.

**(ii) Teste de redução do valor recuperação de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem as unidades geradoras de caixa identificáveis separadamente.

**(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

**10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) os ativos e passivos detidos do emissor, direta ou indiretamente, não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**

Nos últimos 03 exercícios sociais, a Companhia não possui ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas.

**ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**

A Companhia informa que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais mantinha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas nos balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

**iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;**

Nos 03 últimos exercícios sociais, não houve contrato de futura compra e venda de produtos e serviços pela Companhia que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas.

**iv) contratos de construção não terminada.**

Não existiam contratos de construção não terminada pela Companhia não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

**v) Contratos de recebimentos futuros de financiamento.**

Não existiam contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras;**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

**10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem nas demonstrações financeiras consolidadas.

**(b) natureza a propósito da operação;**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

**(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem nas demonstrações financeiras consolidadas.

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) Investimentos incluindo:**

**i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

A Companhia permanecerá focada em capturar ações para melhoria da rentabilidade, prevendo para o ano apenas os investimentos necessários para a manutenção da linha de produção de seus produtos, uma vez que as linhas de produção estão dimensionadas para suportar aumentos dos volumes planejados para 2020, em todas as linhas de produtos comercializadas pela Companhia.

**ii) fontes de financiamento dos investimentos.**

Durantes os 3 últimos exercícios, as principais fontes de financiamento foram sua geração de caixa operacional e captação de recursos mediante empréstimos ou financiamentos via Instituições Financeiras.

**iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

A Companhia, com frequência, avalia oportunidades de otimização de seus ativos com a visão estratégica de gerar maior retorno aos seus negócios e objetivando adequar duas capacidades de produção aos novos patamares de demanda no mercado me que atua. Não há desinvestimentos relevantes em andamento e ou previstos.

**b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**

Em 2019 a Companhia não investiu materialmente no aumento da capacidade produtiva, uma vez que as linhas de produção estão dimensionadas para suportar aumentos dos volumes planejados para 2020, em todas as linhas de produtos comercializadas pela Companhia.

**c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços; (iii) projetos em desenvolvimentos já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos e serviços;**



No exercício findo em 2019, a Companhia encerrou o ano com 16 marcas e com 262 itens em seu portfólio. No ano de 2018 a Companhia encerrou com 16 marcas e 264 itens e no ano de 2017, encerrou com 17 marcas e 260 itens em seu portfólio, como forma de atualização permanente do mix de produtos, com vistas à melhoria da rentabilidade.

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentado nos demais itens desta seção.**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido informados nesta seção “10”.



## **ANEXO II**

**COMENTÁRIOS SOBRE OS CANDIDATOS A MEMBROS DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL  
ITENS 12.5 a 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela, nome, data de nascimento, profissão, CPF ou número do passaporte, cargo eletivo ocupado, data de eleição, data da posse, prazo do mandato, outros cargos ou funções exercidos no emissor, indicação se foi eleito pelo controlador ou não, se é membro independente e, em caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência, número de mandatos consecutivos. Administradores – Conselho de Administração e Fiscal**

Segue abaixo a lista dos candidatos a serem indicados ao Conselho de Administração.

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Candidato(a)	Data de eleição *	Data da Posse	Prazo do Mandato **	Outros Cargos ou funções	Indicado pelo controlador	Numero de mandatos consecutivos
Ronaldo Sampaio Ferreira	25/11/1946	Industrial	069.111.708-00	Presidente do Conselho Administração	27/04/2020	27/04/2020	27/04/2022	Não	Sim	8
Jonatas Giovinnazzo Garcia	16/01/1984	Engenheiro	311.194.818-80	Membro do Conselho de Administração	27/04/2020	27/04/2020	27/04/2022	Não	Sim	2
Celio de Melo Almada Neto	08/06/1975	Advogado	255.588.078-06	Membro do Conselho de Administração	27/04/2020	27/04/2020	27/04/2022	Não	Não	4
Hagen Wolf de Albuquerque Schoof	18/10/1983	Engenheiro	325.929.598-40	Membro do Conselho de Administração	27/04/2020	27/04/2020	27/04/2022	Não	Sim	3

(\*) Data da eleição, caso o candidato venha a ser eleito.

(\*\*) Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito.

### **Currículos dos Membros do Conselho de Administração**

#### **Ronaldo Sampaio Ferreira**

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie- (1968-1971)

Desde 2006 - Presidente do Conselho de Administração da Bombril S.A.

Desde 1986 - Diretor da Quilombo Empreendimentos e Participações Ltda.

De 1971 a 1986 - Vice-Presidente da Bombril S.A.

De 1968 a 1971 - Corretor de Valores Mobiliários da Soletre Financeira

De 1967 a 1968 - Estagiário na McCann Erickson Publicidade

### **Hagen Wolf de Albuquerque Schoff**

Graduado em Engenharia Elétrica com Ênfase em Telecomunicações.

MBA-FGV em Finanças na Função Getúlio Vargas – junho de 2011.

MBA- INSEAD em Master of Bussines Administration - agosto de 2015.

Gerente de Wealth Management e Planejamento Estratégico na Quilombo Empreendimentos S/A de 01/08 até hoje.

### **Jonatas Giovinnazzo Garcia**

Graduação: Escola Politécnica - Universidade de São Paulo, Engenharia Naval, Conclusão: 2007

Pós-Graduação: Politécnico de Torino – Itália, Master of Science (MSc) em Engenharia de Produção e Gestão, Conclusão: 2008

Monteviso Capital (out/17 – atual) – consultoria de finanças corporativas

Cargo: Sócio

Gelato Diletto (jan/16 – set/17) – indústria brasileira no mercado de sorvetes premium

Cargo: CFO

GO Eyewear - (mar/15 – dez/15) - Empresa brasileira no mercado óptico

Cargo: Head of PMI e Controller

Evoke Eyewear - (ago/13 – set/15) – Empresa brasileira do mercado óptico

Cargos: CEO (ago/14 – set/15) CFO (ago/13 – jul/14)

K2 Investimentos (jan/11 – jul/13) – Assessoria financeira de Fusões e Aquisições

Cargo: Gerente de projetos

The Boston Consulting Group – (jan/09 – dez/10) - Consultoria internacional de gestão estratégica  
cargo: Consultor Associado

### **Celio de Melo Almada Neto**

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, turma de 1998. Especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

É sócio da **MELO ALMADA ADVOGADOS ASSOCIADOS**. e membro do Conselho de Administração da Bombril S.A., tendo sido membro do Conselho Fiscal da Construtora Beter S.A., membro do Conselho Fiscal da Brasil Ecodiesel (atual Terra Santa Agro), membro do Conselho Fiscal da Gerdau S.A., membro do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A., membro do Conselho Fiscal da JSL Logística S.A. e membro do Conselho Fiscal da Azevedo e Travassos.

Nome	Principais experiências profissionais dos últimos 5 anos: Nome da empresa	Setor de atividade da empresa	Cargo	Integra o grupo econômico do emissor ou se é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.
Ronaldo Sampaio Ferreira	Bombril S/A	Higienie e Limpeza	Presidente do Conselho de Administração	Sim
Jonatas Giovino Garcia	Monteviso Capital	Financeiro	Sócio	Não
Celio de Melo Almada Neto	Melo Almada Advogados Associados	Escritório de Advocacia	Sócio	Não
Hagen Wolf de Albuquerque Schoof	Quilombo Empreendimentos e Participações S/A	Agronegócio	Gerente de Wealth Management	Não

### **Currículos dos Membros do Conselho Fiscal**

#### **Renata Nunes Guimarães (Membro do Conselho Fiscal - Efetivo)**

Graduada em Engenharia de Produção – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Diretora de Projetos - K2 Consultoria - Ago/14 até o momento - Empresa de consultoria de gestão empresarial focada nas indústrias de Mídia e Serviços Contínuos.

Desenvolvimento de projeto de estratégia de crescimento, e posterior implementação, para empresa líder no setor de automação de utilidades e segurança predial.

Diretora Geral – Quilombo Empreendimentos e Participações – Mar/06 a Dez/12 é responsável por toda a gestão do patrimônio, controlando e direcionando os negócios em andamento e novos investimentos e a gestão dos recursos líquidos Onshore e Offshore (Asset management) e todas as áreas de suporte (TI, RH, controladoria, financeiro, planejamento estratégico) das empresas do grupo;

Atuação junto a advisors independente e advogados na estruturação e otimização dos assuntos societários, tributários e fiscais.

CEO - Chief Executive Officer – Actionline do Brasil – Mai/05 a Mar/06 - Empresa multinacional terceirizada de serviços de Telemarketing e de Data Base Marketing – 500 PAs/1.000 funcionários. A Actionline possui operações no Chile e Argentina e faz parte do Grupo WPP, uns dos maiores grupos de comunicação do mundo.

**Erica Rodrigues Prado (Membro do Conselho Fiscal – Efetivo)**

Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Paraná.

Diretora Administrativa Financeira - Quilombo Empreendimentos e Participações S/A – 09/07 até o momento.

Gerente de Serviços Compartilhados na Bebida das Américas – Ambev – 07/97 a 09/07.

Coordenadora de Administração de Vendas na Vocal Comércio de Veículos – 1994 a 1997.

**Marcelo Adilson Tavarone Torresi (Membro do Conselho Fiscal – Efetivo)**

É Diretor Geral da Torresi & Associados, membro do Conselho de Administração do Banco Pan S/A, membro do Conselho Fiscal da Parapanema, membro do Conselho Fiscal da Bombril e membro do Conselho Fiscal (suplente) da Terra Santa Agro. Tendo sido Diretor Geral da Pilotage Investimentos, membro titular do Conselho de Administração da Vikstar Contact Center, membro do Conselho de Administração da SOCICAM, membro do Conselho Fiscal (suplente) da Azevedo & Travassos, membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos, Diretor Geral do Banco Paulista & Socopa, Diretor Geral do Banco Pecúnia, Professor Assistente do LARC/USP - Laboratório de Arquitetura e Redes de Computadores da POLI/USP e Professor Assistente da BSP - Business School São Paulo. Formado em Engenharia de Eletricidade - modalidade Sistemas Digitais - pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Especialista em Gestão Estratégica pela FGV - Fundação Getúlio Vargas -, Especialista em Gestão Estratégica de FGV; Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela FGV; Especialista em Gestão Estratégica de Operações e Logística pela FGV; e Especialista, Gestão Estratégica de Marketing pela FGV.

**João da Silva Barreto (Membro do Conselho Fiscal – Suplente)**

Bacharel em Contabilidade – Faculdade Luzwell (1988)

Assistente de Diretoria na Quilombo Participações Ltda – Set/98 a Nov/08.

Gerente de Crédito e Cobrança na Akzo Industria e Comercio Ltda - Mai/73 a Jan/07.

**José Donizetti de Souza (Membro do Conselho Fiscal - Suplente)**

Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Paulista (UNIP 2009).

Técnico em Contabilidade – Colégio Dimensão.

Experiência em toda rotina de folha de pagamento;

Controle de Frota de Veículos (manutenção, venda e compra);

Segurança orgânica, implantação e acompanhamento de processos junto à polícia federal e Civil;  
Apuração de PIS/COFINS/ISS/IRRF/CSLL;  
Escrituração do livro de Apuração do Lucro Real;  
Análise de Balanço; Contas a pagar, recebimento, lançamento e controle de notas para provisões junto à contabilidade, análise para retenções de tributos;  
Rotina de departamento fiscal, escriturações em livros de entrada, saída e ICMS;  
Consultor Família Sampaio Ferreira (Acionistas da Quilombo) - Mar/14 até o momento.  
Gerente Adm/RH - Quilombo Empreend. Participações S/A - 1988 a 2014.  
Caixa/Tesoureiro - Itaú Unibanco S/A - (1985 a 1988)  
Analista Contábil/Financeiro - Akopol Import Ind. Com. Ltda - (1985 a 1985)  
Gerente Administrativo no Banco Unibanco/Nacional S.A - (1978 a 1984).

**Carlos Augusto Reis De Athayde Fernandes (Membro do Conselho Fiscal - Suplente)**

Advogado. Bacharel em Direito pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Kursou LLM em Direito Societário pelo Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa. Realizou os Cursos de Conselho Fiscal na Prática e Secretaria de Governança Corporativa pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Foi estagiário e advogado em escritórios de advocacia de renome. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo. Associado da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). É membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A. e Terra Santa Agro S.A. É membro do Comitê de Auditoria da Alpargatas S.A. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A., dos Comitês de Inovação e de Auditoria da Terra Santa Agro S.A. É membro do Comitês de Gente e de Governança e Assuntos Jurídicos da Terra Santa Agro S.A. Foi secretário do Conselho de Administração da Mineração Buritirama S.A. Foi membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Paranapanema S.A. e atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Bombril S.A. Ocupa o cargo de Advogado da Bonsucex Holding S.A.

### Conselho Fiscal

Nome	Principais experiências profissionais dos últimos 5 anos: Nome da empresa	Setor de atividade da empresa	Cargo	Integra o grupo econômico do emissor ou se é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.
Renata Nunes Guimarães (membro efetivo)	Actionline do Brasil	Otimização de Gestão de processos	Chief Executive Officer	Não
Erica Rodrigues Prado (membro efetivo)	Quilombo Empreendimentos e Participações S/A	Agronegócio	Diretora Administrativa Financeira	Não
Marcelo Adilson Tavarone Torresi (membro efetivo)	Torresi & Associados	Assessoria Empresarial	Diretor Geral	Não
João da Silva Barreto (membro suplente)	Quilombo Empreendimentos e Participações S/A	Agronegócio	Gerente de compras	Não
José Donizetti de Souza (membro suplente)	Bonsucex Holding S.A	Holding	Advogado	Não
Carlos Augusto Reis De Athayde Fernandes (membro suplente)	Bonsucex Holding S.A	Holding	Advogado	Não

**Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos cinco anos:**

**(i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

Nenhum dos candidatos a membros do Conselho de Administração da Companhia e Conselho Fiscal da Companhia sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**



<b>Conselho de Administração</b>	<b>Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse</b>	<b>Participação</b>
Ronaldo Sampaio Ferreira	18	100%
Jonatas Giovino Garcia	19	100%
Celio de Melo Almada Neto	19	100%
Hagen Wolf de Albuquerque Schoof	19	100%

<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse (*)</b>	<b>Participação</b>
Renata Nunes Guimarães	13	100%
Erica Rodrigues Prado	13	100%
Marcelo Adilson Tavarone Torresi	13	100%
João da Silva Barreto	13	0%
José Donizetti de Souza	13	0%
Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes	13	0%

**12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

A Companhia não possui comitês estatutários, auditoria, financeiro e de remuneração.

**12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

A Companhia não possui comitês estatutários, auditoria, financeiro e de remuneração.

**12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco.**

**a) administradores da companhia.**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia.

**b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, direta ou indiretas, da Companhia.**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre Administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas, da Companhia.

**c) (i) administradores da companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

**d) (i) administradores da companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da companhia.**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

A Diretoria executiva da Companhia também exerce as mesmas funções nas controladas Bril Cosméticos S/A. e Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S/A.



### **ANEXO III**

#### **REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração:**

A prática de remuneração visa dotar os gestores de uma ferramenta gerencial na administração de seus Recursos Humanos servindo como fator potencializado à sua atração, retenção e desenvolvimento, privilegiando as condições econômicas e estratégicas da Empresa, estabelecendo diretrizes capazes de criar clima organizacional favorável para a prática de uma política salarial sistemática, clara, equânime e eficaz. A política de remuneração da administração da Companhia é composta por uma parcela fixa e uma parcela variável. A parcela fixa é composta por um salário base e é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral Ordinária. A parcela variável é baseada pelo cumprimento de metas de crescimento de resultado da Companhia aprovadas por seu Conselho de Administração

**b) composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; (iv) razões que justificam a composição da remuneração e (v) existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.**

**Conselho de Administração**

- a)** Remuneração 100% fixa.
- b)** Benefício: reembolso de despesas de locomoção

**Conselho Fiscal**

- a)** Remuneração 100% fixa.

**Diretoria Estatutária - remuneração composta de:**

- a)** Salário base mensal, composto de treze remunerações mensais ao ano fixas, de acordo com a média praticada pelo mercado (empresas do mesmo segmento e porte).

b) Pacote de benefícios opcional que inclui plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida, combustível, vale alimentação e veículo com assistência somente para o cargo de Diretor Presidente.

c) Remuneração variável paga anualmente atribuída em função de indicadores de resultados globais da Companhia, sendo que esta remuneração variável pode atingir até quatorze (12) salários para toda a Diretoria Estatutária.

**Proporção dos componentes de remuneração reconhecidos em 31 de dezembro de 2019.**

	Salário e Pró-Labore	Benefícios	Participação em Comitês	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseadas em ações	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	66,1%	5,2%	0%	0%	0%	0%	28,7%	100%

**Proporção dos componentes de remuneração reconhecidos em 31 de dezembro de 2018.**

	Salário e Pró-Labore	Benefícios	Participação em Comitês	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseadas em ações	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	95,3%	4,7%	0%	0%	0%	0%	0,0%	100%

**Proporção dos componentes de remuneração reconhecidos em 31 de dezembro de 2017.**

	Salário e Pró-Labore	Benefícios	Participação em Comitês	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseadas em ações	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	50,9%	1,7%	0%	0%	0%	0%	47,4%	100%

**Estatutária.**

A política de remuneração fixa da Companhia visa estimular o alinhamento dos nossos objetivos, a produtividade e a eficiência dos membros de nossa Diretoria Estatutária, bem como manter a competitividade no mercado em que atuamos. A política de concessão de benefícios da Companhia aos membros de nossa Diretoria Estatutária tem como objetivo proporcionar maior segurança econômica e bem-estar social aos nossos executivos.

A política de remuneração variável da Companhia destinada aos membros de nossa Diretoria Estatutária tem como principais objetivos (i) atrair executivos altamente qualificados, por meio de instrumentos em linha com as melhores práticas do mercado; (ii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais; e (iii) incentivar o desempenho e favorecer a retenção dos nossos executivos.

O reajuste da parcela fixa da remuneração dos membros da administração da Companhia é definido anualmente em Assembleia Geral de Acionistas, que deliberam sobre a proposta da administração, elaborada com base no salário médio de mercado obtido mediante pesquisa anual efetuada por seu departamento de recursos humanos.

A determinação da parcela variável da remuneração da Diretoria Estatutária é estabelecida por avaliação anual realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, realizada com base na verificação do efetivo cumprimento dos indicadores pelos diretores, em suas respectivas áreas de competência.

**c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

Os indicadores utilizados para avaliar o desempenho e calcular a remuneração variável da Diretoria são o EBITDA e metas individuais por área.

**d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

Há uma avaliação anual para validar se os indicadores de performance foram atingidos. Sendo o parâmetro de comparação o orçamento anual deliberado em Conselho.

**e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:**

A remuneração fixa acompanha as práticas do mercado, já a remuneração variável acompanha a estratégia de crescimento definida e alinhada com os Acionistas e Conselho de Administração.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladoras diretas ou indiretas da Companhia, de forma que a remuneração de todos os administradores é realizada única e diretamente pela Companhia.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia, ou alienação de ativo da Companhia:**

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia. Na hipótese da superveniência de desafio para a administração neste sentido, está remuneração será previamente deliberada pelo órgão competente.

**h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;**

O conselho de administração participa do processo decisório da remuneração da Diretoria, através de acompanhamento anual de aprovação dos valores, assim como no momento da decisão pelo nome do indicado para assumir a posição, definem os valores que serão praticados;

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.**

Os critérios de remuneração levam em conta, quando necessário, pesquisa de mercado, fora desta são praticados os reajustes anuais conforme indicadores inflacionários.

**(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

O conselho avalia anualmente as práticas de remuneração da administração, no momento da aprovação do valor anual para esta finalidade.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, propomos a seguinte tabela:**

Exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020. Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4,00	2,50	3,00	<b>9,50</b>
Número de membros remunerados	4,00	2,50	3,00	<b>9,50</b>
<b>Remuneração fixa anual (em R\$)</b>	<b>3.078.701,00</b>	<b>3.362.347,00</b>	<b>403.164,00</b>	<b>6.844.212,00</b>
Salário ou pró-labore	3.078.701,00	3.206.347,00	403.164,00	<b>6.688.212,00</b>
Benefícios diretos e indiretos	-	156.000,00	-	<b>156.000,00</b>
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável (em R\$)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do	-	-	-	-
<b>Total da Remuneração</b>	<b>3.078.701,00</b>	<b>3.362.347,00</b>	<b>403.164,00</b>	<b>6.844.212,00</b>



<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Valores anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de membros	4,00	2,08	3,00	<b>9,08</b>
Número de membros remunerados	4,00	2,08	3,00	<b>9,08</b>
<b>Remuneração fixa anual (em R\$)</b>	<b>2.512.524,00</b>	<b>1.941.709,14</b>	<b>329.040,00</b>	<b>4.783.273,14</b>
Salário ou pró-labore	2.512.524,00	1.799.008,00	329.040,00	<b>4.640.572,00</b>
Benefícios diretos e indiretos	-	142.701,14	-	<b>142.701,14</b>
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável (em R\$)</b>	<b>-</b>	<b>781.014,00</b>	<b>-</b>	<b>781.014,00</b>
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	781.014,00	-	781.014,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.	-	-	-	-
<b>Total da Remuneração</b>	<b>2.512.524,00</b>	<b>2.722.723,14</b>	<b>329.040,00</b>	<b>5.564.287,14</b>

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4,00	2,00	3,00	9,00
Número de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	9,00
<b>Remuneração fixa anual (em R\$)</b>	<b>2.458.024,00</b>	<b>2.386.650,00</b>	<b>329.040,00</b>	<b>5.173.714,00</b>
Salário ou pró-labore	2.458.024,00	2.274.248,00	329.040,00	5.061.312,00
Benefícios diretos e indiretos	-	112.402,00	-	112.402,00
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável (em R\$)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.	-	-	-	-
<b>Total da Remuneração</b>	<b>2.458.024,00</b>	<b>2.386.650,00</b>	<b>329.040,00</b>	<b>5.173.714,00</b>

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4,00	2,00	3,00	9,00
Número de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	9,00
<b>Remuneração fixa anual (em R\$)</b>	<b>2.490.209,00</b>	<b>2.175.618,00</b>	<b>283.531,00</b>	<b>4.949.358,00</b>
Salário ou pró-labore*	2.490.209,00	2.106.154,00	283.531,00	4.879.894,00
Benefícios diretos e indiretos	-	69.464,00	-	69.464,00
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável (em R\$)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.	-	-	-	-
<b>Total da Remuneração</b>	<b>2.490.209,00</b>	<b>2.175.618,00</b>	<b>283.531,00</b>	<b>4.949.358,00</b>

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Exercício Social á se encerrar em 31 de dezembro de 2020. Valores anuais				
Orgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4,00	2,50	3,00	<b>9,50</b>
Número de membros remunerados	4,00	2,50	3,00	<b>9,50</b>
<b>Bônus (em R\$)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados (em RS)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.156.161,00	-	<b>2.156.161,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	1.848.138,00	-	<b>1.848.138,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
<b>Total da Remuneração</b>	-	-	-	-

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Valores anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de membros	4,00	2,08	3,00	<b>9,08</b>
Número de membros remunerados	4,00	2,08	3,00	<b>9,08</b>
<b>Bônus (em R\$)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados (em RS)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.401.820,00	-	<b>1.401.820,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	1.201.560,00	-	<b>1.201.560,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	781.014,00	-	<b>781.014,00</b>
<b>Total da Remuneração</b>	-	-	-	-

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Valores anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de membros	4,00	2,00	3,00	<b>9,00</b>
Número de membros remunerados	3,75	2,08	3,00	<b>8,83</b>
<b>Bônus (em R\$)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados (em RS)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.380.756,00	-	<b>2.380.756,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	2.040.748,00	-	<b>2.040.748,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
<b>Total da Remuneração</b>	-	-	-	-

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017 Valores anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de membros	4,00	2,00	3,00	<b>9,00</b>
Número de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	<b>9,00</b>
<b>Bônus (em R\$)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados (em RS)</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.324.658,00	-	<b>2.324.658,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	1.992.564,00	-	<b>1.992.564,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	1.963.326,00	-	<b>1.963.326,00</b>
<b>Total da Remuneração</b>	-	-	-	-

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

Não existe um plano de remuneração baseado em ações.

**a) termos e condições gerais:**

Não se aplica à Companhia

**b) principais objetivos do plano:**

Não se aplica à Companhia

**c) forma como o plano contribui para esses objetivos:**

Não se aplica à Companhia

**d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

Não se aplica à Companhia

**e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo.**

Não se aplica à Companhia

**f) número máximo de ações abrangidas**

Não se aplica à Companhia

**g) número máximo de opções a serem outorgadas**

Não se aplica à Companhia

**h) condições de aquisição de ações**



Não se aplica à Companhia

**i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Não se aplica à Companhia

**j) critérios para fixação do prazo de exercício**

Não se aplica à Companhia

**k) forma de liquidação**

Não se aplica à Companhia

**l) restrições à transferência das ações**

Não se aplica à Companhia

**m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.**

Não se aplica à Companhia

**n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não se aplica à Companhia

**13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

Não houve remuneração baseada em ações e não há remuneração baseada em ações para o exercício corrente.

**13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

Não se aplica à Companhia

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 03 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não se aplica à Companhia

**13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens (13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):**

**a) modelo de precificação**

Não se aplica à Companhia.

**b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Não se aplica à Companhia.

**c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não se aplica à Companhia.

**d) forma de determinação da volatilidade esperada**

Não se aplica à Companhia.

**e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não se aplica à Companhia.

**13.9. Ações ou cotas diretas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidas pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:**

31/12/2019				
Acionistas	Ações Ordinárias	% ON	Ações Preferenciais	% PN
Conselho de Administração	137.615.317	100%	51.901.989	42,23%
Conselho Fiscal*	0	0%	0	0,00%
Diretoria*	0	0%	0	0,00%
<b>Total de Ações</b>	<b>137.615.317</b>		<b>51.901.989</b>	

\* Os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria, não detêm ações da Companhia.

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

Não há Plano de Previdência opcional em favor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	-	-	-
Número de membros remunerados	-	-	-
Nome do plano	-	-	-
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-
Condições para se aposentar antecipadamente	-	-	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	-
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	-	-

**13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	2,08	2,08	2,00	4,00	4,00	4,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,08	2,08	2,00	4,00	3,75	4,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	774.679,00	1.383.843,00	1.343.203,00	1.972.524,00	1.972.524,00	1.972.524,00	109.680,00	109.680,00	90.417,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	393.676,00	712.824,00	663.669,00	180.000,00	180.000,00	135.970,00	109.680,00	109.680,00	90.417,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros)	863.523,84	1.093.387,00	1.003.436,00	628.131,00	655.473,00	595.108,00	109.680,00	109.680,00	90.417,00

**Diretoria Executiva**

Para o valor médio, foi considerado remuneração fixa dividido pelo número de membros.  
Para menor remuneração foram excluídos membros dos órgãos que deixaram os cargos.

**Conselho de Administração**

Para o valor médio, foi considerado remuneração fixa dividido pelo número de membros.  
Para menor remuneração foram excluídos membros dos órgãos que deixaram os cargos.

**Conselho Fiscal**

Para o valor médio, foi considerado remuneração fixa dividido pelo número de membros.  
Para menor remuneração foram excluídos membros dos órgãos que deixaram os cargos.

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):**

Não há qualquer remuneração baseada em contratos, apólices de seguro ou outros instrumentos.

**13.13. Em relação aos 03 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que seja partes relacionadas aos controladores, diretos e indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019</b>	
Conselho de Administração	78,5%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018</b>	
Conselho de Administração	80%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017</b>	
Conselho de Administração	83%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

**13.14. Em relação aos 03 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Não houve pagamento de remuneração para membros da administração por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15. Em relação aos 03 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

Não houve pagamento de remuneração para membros da administração reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

**13.16. Outras informações relevantes:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



**ANEXO IV**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**BOMBRIL S.A.**  
CNPJ nº 50.564.053/0001-03  
NIRE 35.3.0009971-1

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas da Bombril S.A., com sede na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09696-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.3.0009971-1 e no CNPJ sob o nº 50.564.053/0001-03, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 12190 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de abril de 2020, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Apreciar o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para, então, (i.a) deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e (i.b) deliberar sobre as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- (iii) Deliberar sobre o número de assentos do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato e eleger os seus membros;
- (iv) Deliberar sobre o número de assentos do Conselho Fiscal da Companhia para o próximo mandato e eleger os seus membros e respectivos suplentes; e
- (v) Deliberar sobre a fixação do montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) Deliberar sobre a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir o aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração em 05 de setembro de 2019 e rratificado em 14 de novembro do mesmo ano, em virtude da conversão de debêntures de emissão da Companhia em ações.

**Informações Gerais:**

Nos termos do artigo 24, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia e do artigo 126 da Lei das S.A., para participar da AGOE os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a.1) quando pessoa natural: cópias autenticadas do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que



contenham foto de seu titular); (a.2) quando pessoa jurídica: cópias autenticadas do instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição do Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGOE ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem a pessoa jurídica na AGOE; e (a.3) quando fundo de investimento: cópias autenticadas do regulamento do fundo e do estatuto social ou do contrato social do administrador ou do gestor do fundo, conforme estabeleça o correspondente regulamento, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGOE ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem o fundo de investimentos na AGOE; (b) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração da Companhia ou pelo depositário central, conforme o caso, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da AGOE; e (c) na hipótese de representação do acionista por meio de procuradores, procuração original ou cópia autenticada, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano da data da AGOE, além de indicar o lugar onde foi celebrada, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo que a assinatura do outorgante ou de seu(s) representante(s) legal(is) deverá ser autenticada.

Aos acionistas que têm a intenção de se fazer representar por meio de procuradores na AGOE, solicita-se o envio dos documentos indicados no parágrafo acima com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da AGOE. Os documentos deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Os acionistas poderão participar da AGOE ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentarem tais documentos na abertura da AGOE, conforme o disposto no artigo 5º, § 2º, da Instrução CVM 481.

A Companhia informa, ainda, que adotará o sistema de votação à distância nos termos da Instrução CVM nº 481, permitindo que os acionistas participem da AGOE mediante a entrega do boletim de voto a distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia em até 07 (sete) dias antes da realização da AGOE. Para informações adicionais, deve-se observar as regras previstas na Instrução CVM 481 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia e no item 12.2 do seu Formulário de Referência.

Para os efeitos do que dispõe o art. 141 da LSA e a Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, bem como o artigo 4º da Instrução CVM 481, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo na assembleia geral ordinária é de 5% (cinco por cento).

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia ([ri.bombril.com.br](http://ri.bombril.com.br)), na página da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGOE, conforme artigo 133 da Lei das S.A. e artigo 6º da Instrução CVM 481.

São Bernardo do Campo, 27 de março de 2020.

**Ronaldo Sampaio Ferreira**  
Presidente do Conselho de Administração



## **ANEXO VI**

### **QUADRO COMPARATIVO DA ALTERAÇÃO PROPOSTA NO ARTIGO 5º DO ESTATUTO SOCIAL**



ESTATUTO SOCIAL ATUAL	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
<b>CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO</b>		
<b>Artigo 1º:</b> BOMBRI S.A. é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais pertinentes.	<b>Artigo 1º:</b> BOMBRI S.A. é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais pertinentes.	Sem alterações, apenas referência
<b>Artigo 2º:</b> A Companhia tem sua sede social e seu foro jurídico na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, podendo, por resolução da Diretoria, alterar o endereço de sua sede social, abrir ou extinguir filiais, agências, depósitos, escritórios, departamentos, bem como nomear representantes em qualquer parte do território nacional ou do exterior.	<b>Artigo 2º:</b> A Companhia tem sua sede social e seu foro jurídico na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, podendo, por resolução da Diretoria, alterar o endereço de sua sede social, abrir ou extinguir filiais, agências, depósitos, escritórios, departamentos, bem como nomear representantes em qualquer parte do território nacional ou do exterior.	Sem alterações, apenas referência
<b>Artigo 3º:</b> A Companhia tem por objeto: (a) a indústria e comércio, por conta própria ou de terceiros, de saneantes domissanitários e afins, tais como lã e palha de aço; de preparos e substâncias para alvear, perfumar, limpar, polir, desgordurar, esmerilhar, desentupir; de produtos químicos industriais, de ferramentas, artefatos de arame, ferro e aço em geral; de máquinas industriais em geral; de papelão e plásticos; de embalagem em geral;  (b) a impressão gráfica e litográfica em geral;  (c) as atividades de limpeza, conservação e tratamento de materiais;  (d) a indústria e o comércio de produtos de higiene pessoal e tocador, na forma líquida, pastosa ou cremosa;  (e) a importação e exportação, bem como a compra e venda no mercado nacional, por conta própria ou de terceiros, de produtos industriais, agropecuários e minerais em geral;	<b>Artigo 3º:</b> A Companhia tem por objeto: (a) a indústria e comércio, por conta própria ou de terceiros, de saneantes domissanitários e afins, tais como lã e palha de aço; de preparos e substâncias para alvear, perfumar, limpar, polir, desgordurar, esmerilhar, desentupir; de produtos químicos industriais, de ferramentas, artefatos de arame, ferro e aço em geral; de máquinas industriais em geral; de papelão e plásticos; de embalagem em geral;  (b) a impressão gráfica e litográfica em geral;  (c) as atividades de limpeza, conservação e tratamento de materiais;  (d) a indústria e o comércio de produtos de higiene pessoal e tocador, na forma líquida, pastosa ou cremosa;  (e) a importação e exportação, bem como a compra e venda no mercado nacional, por conta própria ou de terceiros, de produtos industriais, agropecuários e minerais em geral;	Sem alterações, apenas referência



(f) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros ou de qualquer forma permitida por lei; e	(f) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros ou de qualquer forma permitida por lei; e	
(g) a participação em outras sociedades como sócia ou acionista.	(g) a participação em outras sociedades como sócia ou acionista.	
<b>Artigo 4º:</b> O prazo de duração da Companhia é indeterminado.	<b>Artigo 4º:</b> O prazo de duração da Companhia é indeterminado.	Sem alterações, apenas referência
<b>ESTATUTO SOCIAL AUTAL</b>	<b>PROPOSTA DE ALTERAÇÃO</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
<b>CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E SUA DISTRIBUIÇÃO</b>		
<p><b>Artigo 5º:</b> O Capital Social subscrito e integralizado, dentro do limite do capital autorizado, consoante o disposto no parágrafo único deste artigo, é de R\$ 795.142.427,64, representado por 54.064.589 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.589 ações preferenciais, todas sem valor nominal.</p> <p><b>Parágrafo Único:</b> A Companhia está autorizada a proceder a aumento do capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 60.000.000 de ações, este dividido em 20.000.000 de ações ordinárias e 40.000.000 de ações preferenciais.</p>	<p><b>“Artigo 5º:</b> O Capital Social subscrito e integralizado, dentro do limite do capital autorizado, consoante o disposto no parágrafo único deste artigo, é de R\$ <del>795.142.427,64</del> R\$ 879.784.955,67, representado por <del>54.064.589</del> 260.509.779 ações, sendo <del>20.000.000</del> 137.615.317 ações ordinárias e <del>34.064.588</del> 122.894.462 ações preferenciais, todas sem valor nominal.”</p> <p><b>Parágrafo Único:</b> A Companhia está autorizada a proceder a aumento do capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 60.000.000 de ações, este dividido em 20.000.000 de ações ordinárias e 40.000.000 de ações preferenciais.</p>	<p>Atualização do capital social conforme Ata de Rerratificação do Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de novembro de 2019.</p> <p>Sem alterações, apenas referência.</p>
<b>Artigo 6º:</b> Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.	<b>Artigo 6º:</b> Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.	Sem alterações, apenas referência
<b>Artigo 7º:</b> As ações preferenciais não têm direito a voto, gozando, contudo, das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (b) prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório; e (c) garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior	<b>Artigo 7º:</b> As ações preferenciais não têm direito a voto, gozando, contudo, das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (b) prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório; e (c) garantia de um dividendo 10% (dez por	Sem alterações, apenas referência

<p>ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.</p> <p><b>Parágrafo Único:</b> Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá emitir, até o limite de 2/3 (dois terços) do total de ações emitidas, novas ações preferenciais em classes diferenciadas, inclusive com cláusula de resgate ou amortização, vedada a conversão em ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá, dentro do limite do capital autorizado, propor a emissão de ações preferenciais de qualquer classe e tipo, de acordo com este Estatuto Social.</p>	<p>cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.</p> <p><b>Parágrafo Único:</b> Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá emitir, até o limite de 2/3 (dois terços) do total de ações emitidas, novas ações preferenciais em classes diferenciadas, inclusive com cláusula de resgate ou amortização, vedada a conversão em ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá, dentro do limite do capital autorizado, propor a emissão de ações preferenciais de qualquer classe e tipo, de acordo com este Estatuto Social.</p>	
<p><b>Artigo 8º:</b> Nos aumentos de capital, mediante subscrição ou conversão de títulos ou créditos em ações, a Assembleia Geral poderá estabelecer dividendos calculados pro rata tempore às novas ações subscritas.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar e estabelecer as condições gerais de emissão de novas ações, mediante subscrição pública ou particular.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, poderá deliberar emitir, sem direito de preferência para os atuais acionistas, ou com a previsão de prazo para a exercício do direito de preferência inferior a 30 (trinta) dias, ações e debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle da companhia</p>	<p><b>Artigo 8º:</b> Nos aumentos de capital, mediante subscrição ou conversão de títulos ou créditos em ações, a Assembleia Geral poderá estabelecer dividendos calculados pro rata tempore às novas ações subscritas.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar e estabelecer as condições gerais de emissão de novas ações, mediante subscrição pública ou particular.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, poderá deliberar emitir, sem direito de preferência para os atuais acionistas, ou com a previsão de prazo para a exercício do direito de preferência inferior a 30 (trinta) dias, ações e debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle da companhia</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
<p><b>Artigo 9º:</b> As ações ordinárias e preferenciais serão emitidas pelo regime de ações escriturais.</p>	<p><b>Artigo 9º:</b> As ações ordinárias e preferenciais serão emitidas pelo regime de ações escriturais.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>

<b>Parágrafo Único:</b> Os custos e as despesas referentes aos serviços de administração e transferência de propriedade das ações serão de responsabilidade da emitente.	<b>Parágrafo Único:</b> Os custos e as despesas referentes aos serviços de administração e transferência de propriedade das ações serão de responsabilidade da emitente.	
<b>Artigo 10º:</b> A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir suas próprias ações para cancelamento, permanência em tesouraria o posterior compra ou alienação desde que até o valor do saldo de lucros e reservas, exceto a legal, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.	<b>Artigo 10º:</b> A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir suas próprias ações para cancelamento, permanência em tesouraria o posterior compra ou alienação desde que até o valor do saldo de lucros e reservas, exceto a legal, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.	Sem alterações, apenas referência
<b>Artigo 11:</b> As condições de resgate ou de amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais deverão ser submetidas à aprovação da maioria dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, e deverão ser ratificadas em assembleias Especial dos acionistas das espécies e classes atingidas no prazo de 1 (um) ano.	<b>Artigo 11:</b> As condições de resgate ou de amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais deverão ser submetidas à aprovação da maioria dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, e deverão ser ratificadas em assembleias Especial dos acionistas das espécies e classes atingidas no prazo de 1 (um) ano.	Sem alterações, apenas referência
<b>ESTATUTO SOCIAL AUTAL</b>	<b>PROPOSTA DE ALTERAÇÃO</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
<b>CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>Artigo 12:</b> A administração da Companhia cabe ao Conselho de Administração, como órgão de deliberação colegiada e à Diretoria como órgão executivo, cujos membros serão pessoas naturais. Os membros do Conselho de Administração devem ser acionistas, residentes no país ou no exterior. Os membros da Diretoria podem ser acionistas ou não, mas devem ser residentes no país. <b>Parágrafo 1º:</b> Os membros da Administração serão investidos em seus cargos por meio de termo de posse lavrado e assinado em livro próprio e permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. <b>Parágrafo 2º:</b> O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade, a	<b>Artigo 12:</b> A administração da Companhia cabe ao Conselho de Administração, como órgão de deliberação colegiada e à Diretoria como órgão executivo, cujos membros serão pessoas naturais. Os membros do Conselho de Administração devem ser acionistas, residentes no país ou no exterior. Os membros da Diretoria podem ser acionistas ou não, mas devem ser residentes no país. <b>Parágrafo 1º:</b> Os membros da Administração serão investidos em seus cargos por meio de termo de posse lavrado e assinado em livro próprio e permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. <b>Parágrafo 2º:</b> O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade, a	Sem alterações, apenas referência

<p>indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão.</p> <p><b>Parágrafo 3º:</b> A Assembleia geral fixará a remuneração global a ser atribuída aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. O Conselho de Administração distribuirá, em reunião, a remuneração entre os membros de cada órgão da administração.</p>	<p>indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão.</p> <p><b>Parágrafo 3º:</b> A Assembleia geral fixará a remuneração global a ser atribuída aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. O Conselho de Administração distribuirá, em reunião, a remuneração entre os membros de cada órgão da administração.</p>	
<p><b>Artigo 13:</b> O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 13 (treze) membros, domiciliados ou não no país, todos com mandato de 2 (dois) anos, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a reeleição.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> O Conselho de Administração terá um Presidente eleito por seus pares, em reunião.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> Em suas ausências ou impedimentos temporários o Presidente do Conselho de Administração será substituído por um Conselheiro por ele indicado.</p> <p><b>Parágrafo 3º:</b> Ocorrendo vacância no cargo de Conselheiro, será nomeado um substituto pelos Conselheiros remanescentes. Ocorrendo vacância na maioria dos cargos, será convocada assembleia Geral para preenchimento dos cargos vagos.</p> <p><b>Parágrafo 4º:</b> O Conselheiro deve Ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembleia Geral, aquele que: I - ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscais; e II - tiver interesse conflitante com o da Companhia.</p>	<p><b>Artigo 13:</b> O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 13 (treze) membros, domiciliados ou não no país, todos com mandato de 2 (dois) anos, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a reeleição.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> O Conselho de Administração terá um Presidente eleito por seus pares, em reunião.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> Em suas ausências ou impedimentos temporários o Presidente do Conselho de Administração será substituído por um Conselheiro por ele indicado.</p> <p><b>Parágrafo 3º:</b> Ocorrendo vacância no cargo de Conselheiro, será nomeado um substituto pelos Conselheiros remanescentes. Ocorrendo vacância na maioria dos cargos, será convocada assembleia Geral para preenchimento dos cargos vagos.</p> <p><b>Parágrafo 4º:</b> O Conselheiro deve Ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembleia Geral, aquele que: I - ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscais; e II - tiver interesse conflitante com o da Companhia.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>



<p><b>Parágrafo 5º:</b> A comprovação do cumprimento das condições previstas no parágrafo anterior deste artigo será efetuada por meio de declaração, firmada pelo Conselheiro eleito, nos termos definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.</p>	<p><b>Parágrafo 5º:</b> A comprovação do cumprimento das condições previstas no parágrafo anterior deste artigo será efetuada por meio de declaração, firmada pelo Conselheiro eleito, nos termos definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.</p>	
<p><b>Artigo 14:</b> Compete ao Presidente do Conselho de Administração:</p> <p>(a) representar o Conselho de Administração; e</p> <p>(b) instalar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração.</p>	<p><b>Artigo 14:</b> Compete ao Presidente do Conselho de Administração:</p> <p>(a) representar o Conselho de Administração; e</p> <p>(b) instalar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
<p><b>Artigo 15:</b> O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes por ano, dentro dos quatro primeiros meses e no primeiro mês do terceiro trimestre, e, extraordinariamente, sempre que for convocado.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas pelo seu Presidente, em caso de impedimento ou ausência, por seu substituto estatutário, ou por quaisquer 2 (dois) Conselheiros.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> A convocação das reuniões do Conselho de Administração far-se-á por escrito, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, por carta, telegrama, ou telefax, que além de mencionar o local, data e horário da reunião, deverá conter um resumo da ordem do dia.</p> <p><b>Parágrafo 3º:</b> O Conselho de Administração deliberará exclusivamente a respeito das matérias constantes do resumo da ordem do dia, a menos que todos os membros do Conselho de Administração, presentes ou representados, decidam unanimemente pela inclusão de novas matérias.</p>	<p><b>Artigo 15:</b> O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes por ano, dentro dos quatro primeiros meses e no primeiro mês do terceiro trimestre, e, extraordinariamente, sempre que for convocado.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas pelo seu Presidente, em caso de impedimento ou ausência, por seu substituto estatutário, ou por quaisquer 2 (dois) Conselheiros.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> A convocação das reuniões do Conselho de Administração far-se-á por escrito, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, por carta, telegrama, ou telefax, que além de mencionar o local, data e horário da reunião, deverá conter um resumo da ordem do dia.</p> <p><b>Parágrafo 3º:</b> O Conselho de Administração deliberará exclusivamente a respeito das matérias constantes do resumo da ordem do dia, a menos que todos os membros do Conselho de Administração, presentes ou representados, decidam unanimemente pela inclusão de novas matérias.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>



<p><b>Parágrafo 4º:</b> As formalidades previstas nos parágrafos 1º a 3º deste artigo poderão ser dispensadas quando comparecerem à reunião, ou nela se fizerem representar, todos membros do Conselho de Administração.</p> <p><b>Parágrafo 5º:</b> O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração, em primeira convocação, é de 80% (oitenta por cento) de seus membros em exercício. Na falta desse quórum em primeira convocação, poderá haver uma segunda convocação, a ser efetivada na mesma data da reunião frustrada pela falta de quórum. Em segunda convocação, a reunião do Conselho de Administração deverá ser realizada após o transcurso de pelo menos 5 (cinco) dias e no máximo 8 (oito) dias, a contar da data da reunião frustrada pela falta de quórum, e poderá ser instalada com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração em exercício.</p> <p><b>Parágrafo 6º:</b> Considerar-se-á presente à reunião qualquer Conselheiro que enviar o seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração, antes do início da reunião. Considerar-se-á também presente à reunião o Conselheiro representado por outro integrante do Conselho de Administração, desde que devidamente nomeado por instrumento específico de mandato.</p> <p><b>Parágrafo 7º:</b> O Conselheiro que estiver representando outro membro do Conselho de Administração proferirá voto em nome próprio e em nome do Conselheiro que o tiver nomeado.</p> <p><b>Parágrafo 8º:</b> As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros em exercício presentes à reunião, salvo no caso de quórum especial, exigido, por lei ou por este Estatuto. Caberá a cada Conselheiro um voto e, em caso de empate, caberá ao</p>	<p><b>Parágrafo 4º:</b> As formalidades previstas nos parágrafos 1º a 3º deste artigo poderão ser dispensadas quando comparecerem à reunião, ou nela se fizerem representar, todos membros do Conselho de Administração.</p> <p><b>Parágrafo 5º:</b> O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração, em primeira convocação, é de 80% (oitenta por cento) de seus membros em exercício. Na falta desse quórum em primeira convocação, poderá haver uma segunda convocação, a ser efetivada na mesma data da reunião frustrada pela falta de quórum. Em segunda convocação, a reunião do Conselho de Administração deverá ser realizada após o transcurso de pelo menos 5 (cinco) dias e no máximo 8 (oito) dias, a contar da data da reunião frustrada pela falta de quórum, e poderá ser instalada com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração em exercício.</p> <p><b>Parágrafo 6º:</b> Considerar-se-á presente à reunião qualquer Conselheiro que enviar o seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração, antes do início da reunião. Considerar-se-á também presente à reunião o Conselheiro representado por outro integrante do Conselho de Administração, desde que devidamente nomeado por instrumento específico de mandato.</p> <p><b>Parágrafo 7º:</b> O Conselheiro que estiver representando outro membro do Conselho de Administração proferirá voto em nome próprio e em nome do Conselheiro que o tiver nomeado.</p> <p><b>Parágrafo 8º:</b> As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros em exercício presentes à reunião, salvo no caso de quórum especial, exigido, por lei ou por este Estatuto. Caberá a cada Conselheiro um voto e, em caso de empate, caberá ao</p>	
---	---	--

<p>Presidente do Conselho de Administração, além do seu próprio voto, o voto de qualidade.</p> <p><b>Parágrafo 9º:</b> Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas em livro próprio, as quais deverão ser assinadas por todos os Conselheiros presentes ou representados. As atas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no registro do comércio e publicadas na imprensa.</p>	<p>Presidente do Conselho de Administração, além do seu próprio voto, o voto de qualidade.</p> <p><b>Parágrafo 9º:</b> Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas em livro próprio, as quais deverão ser assinadas por todos os Conselheiros presentes ou representados. As atas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no registro do comércio e publicadas na imprensa.</p>	
<p><b>Artigo 16:</b> Compete ao Conselho de Administração: (a) fixar a orientação geral dos negócios sociais; (b) eleger e destituir os Diretores, fixando-lhes os poderes, limites de alçada, as atribuições e a forma pela qual representarão a Companhia, observadas as disposições legais e do presente Estatuto; (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (d) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente; (e) fixar o nível máximo de endividamento da Companhia; (f) aprovar orçamento anual, bem como qualquer modificação, nele introduzida perante o exercício social; (g) manifestar-se, ao final de cada exercício social, sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; (h) escolher e destituir auditores independentes; (i) aprovar a emissão, aos atuais acionistas ou a terceiros, de ações da Companhia ou de qualquer de suas controladas e coligadas, bem como com exceção da emissão decorrente da capitalização das contas de reserva de correção monetária do capital social e das demais reservas compulsórias, além de deliberar e autorizar a emissão e colocação de ações e quaisquer outros valores mobiliários; (j) autorizar a</p>	<p><b>Artigo 16:</b> Compete ao Conselho de Administração: (a) fixar a orientação geral dos negócios sociais; (b) eleger e destituir os Diretores, fixando-lhes os poderes, limites de alçada, as atribuições e a forma pela qual representarão a Companhia, observadas as disposições legais e do presente Estatuto; (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (d) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente; (e) fixar o nível máximo de endividamento da Companhia; (f) aprovar orçamento anual, bem como qualquer modificação, nele introduzida perante o exercício social; (g) manifestar-se, ao final de cada exercício social, sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; (h) escolher e destituir auditores independentes; (i) aprovar a emissão, aos atuais acionistas ou a terceiros, de ações da Companhia ou de qualquer de suas controladas e coligadas, bem como com exceção da emissão decorrente da capitalização das contas de reserva de correção monetária do capital social e das demais reservas compulsórias, além de deliberar e autorizar a emissão e colocação de ações e quaisquer outros valores mobiliários; (j) autorizar a</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>

<p>aquisição de ações e quaisquer outros valores mobiliários de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, seu cancelamento ou sua posterior alienação; (k) manifestar-se sobre a aquisição, bem como alienação ou transferência, a qualquer título, de ações ou quotas de outras sociedades detidas pela Companhia; (l) autorizar a emissão de notas promissórias destinadas à oferta pública; (m) autorizar a contratação de instituição financeira administradora de ações escriturais; (n) autorizar a alienação, compra, cessão e oneração, inclusive a transferência, a qualquer título, de marcas, patentes, "know-how" e tecnologia, bem como a aquisição de bens de outras sociedades integrantes de seus ativos; (o) autorizar operações nos mercados de futuros, opções e derivativos; (p) autorizar a alienação ou oneração, a qualquer título, de bens do ativo permanente, bem como investimentos não previstos em orçamento aprovado, de valor igual ou superior, no seu todo ou em parte, a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); (q) autorizar a oneração de bens e concessão de garantias em favor de terceiros, tais como licenças, avais, hipotecas, cauções e penhores, exceção feita a avais em operações financeiras casadas, conta garantida e "hot money", de valor igual ou superior, no seu todo ou em parte, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e quaisquer outras garantias concedidas para garantir obrigações de sociedades coligadas, ligadas, controladas e controladoras, conforme estabelecido no parágrafo único do Artigo 22 deste Estatuto; (r) estabelecer a política de pagamento de dividendos ou juros a título de remuneração do capital próprio, da Companhia e das sociedades por ela controladas e coligadas, e determinar o pagamento de dividendo ou pagamento de juros a título de</p>	<p>aquisição de ações e quaisquer outros valores mobiliários de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, seu cancelamento ou sua posterior alienação; (k) manifestar-se sobre a aquisição, bem como alienação ou transferência, a qualquer título, de ações ou quotas de outras sociedades detidas pela Companhia; (l) autorizar a emissão de notas promissórias destinadas à oferta pública; (m) autorizar a contratação de instituição financeira administradora de ações escriturais; (n) autorizar a alienação, compra, cessão e oneração, inclusive a transferência, a qualquer título, de marcas, patentes, "know-how" e tecnologia, bem como a aquisição de bens de outras sociedades integrantes de seus ativos; (o) autorizar operações nos mercados de futuros, opções e derivativos; (p) autorizar a alienação ou oneração, a qualquer título, de bens do ativo permanente, bem como investimentos não previstos em orçamento aprovado, de valor igual ou superior, no seu todo ou em parte, a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); (q) autorizar a oneração de bens e concessão de garantias em favor de terceiros, tais como licenças, avais, hipotecas, cauções e penhores, exceção feita a avais em operações financeiras casadas, conta garantida e "hot money", de valor igual ou superior, no seu todo ou em parte, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e quaisquer outras garantias concedidas para garantir obrigações de sociedades coligadas, ligadas, controladas e controladoras, conforme estabelecido no parágrafo único do Artigo 22 deste Estatuto; (r) estabelecer a política de pagamento de dividendos ou juros a título de remuneração do capital próprio, da Companhia e das sociedades por ela controladas e coligadas, e determinar o pagamento de dividendo ou pagamento de juros a título de</p>	
--	--	--

remuneração do capital próprio, semestral, e/ou de períodos intermediários, em qualquer exercício; (s) autorizar a reestruturação e o refinanciamento dos títulos emitidos pela Companhia; (t) autorizar a venda ou a aquisição de ativos da Companhia e/ou sociedades coligadas e controladas, em valor substancial e quando não previstas no orçamento anual; (u) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, bem como sobre a época e as condições de vencimento, amortização e resgate, além do modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debêntures.	remuneração do capital próprio, semestral, e/ou de períodos intermediários, em qualquer exercício; (s) autorizar a reestruturação e o refinanciamento dos títulos emitidos pela Companhia; (t) autorizar a venda ou a aquisição de ativos da Companhia e/ou sociedades coligadas e controladas, em valor substancial e quando não previstas no orçamento anual; (u) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, bem como sobre a época e as condições de vencimento, amortização e resgate, além do modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debêntures.	
<b>Artigo 17:</b> A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 12 (doze) membros, todos com mandato de 1 (um) ano, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição. Dentre os Diretores, um será designado Diretor Presidente, outro será designado Diretor Superintendente e os demais terão a designação que lhes for atribuída pelo Conselho de Administração, se este entender conveniente.	<b>Artigo 17:</b> A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 12 (doze) membros, todos com mandato de 1 (um) ano, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição. Dentre os Diretores, um será designado Diretor Presidente, outro será designado Diretor Superintendente e os demais terão a designação que lhes for atribuída pelo Conselho de Administração, se este entender conveniente.	Sem alterações, apenas referência
<b>Artigo 18:</b> O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Superintendente em suas ausências ou impedimentos temporários. Os demais Diretores substituir-se-ão mútua e cumulativamente no desempenho de suas funções na ocorrência de ausências e/ou impedimentos temporários. <b>Parágrafo Único:</b> Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração deverá proceder a uma nova eleição no prazo de até 5 (cinco) dias contados do evento. Ocorrendo vaga nos demais cargos de Diretor, caberá ao Conselho de Administração optar pelo exercício de cargo cumulativo entre os Diretores	<b>Artigo 18:</b> O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Superintendente em suas ausências ou impedimentos temporários. Os demais Diretores substituir-se-ão mútua e cumulativamente no desempenho de suas funções na ocorrência de ausências e/ou impedimentos temporários. <b>Parágrafo Único:</b> Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração deverá proceder a uma nova eleição no prazo de até 5 (cinco) dias contados do evento. Ocorrendo vaga nos demais cargos de Diretor, caberá ao Conselho de Administração optar pelo exercício de cargo cumulativo entre os Diretores	Sem alterações, apenas referência

remanescentes ou proceder a uma nova eleição.	remanescentes ou proceder a uma nova eleição.	
<p><b>Artigo 19:</b> Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia, de acordo com que fixar, em reunião, o Conselho de Administração.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> Os Diretores terão as atribuições, as funções, os poderes e alçada que lhes forem fixados, em reunião, pelo Conselho de Administração.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> Compete, ainda, à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou por este Estatuto, de competência da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para:</p> <p>(a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto;</p> <p>(b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais, nas Reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;</p> <p>(c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais;</p> <p>(d) deliberar sobre a mudança de endereço da sede social, abertura e encerramento de filiais, depósitos, agências, etc, e</p> <p>(e) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos.</p>	<p><b>Artigo 19:</b> Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia, de acordo com que fixar, em reunião, o Conselho de Administração.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> Os Diretores terão as atribuições, as funções, os poderes e alçada que lhes forem fixados, em reunião, pelo Conselho de Administração.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> Compete, ainda, à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou por este Estatuto, de competência da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para:</p> <p>(a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto;</p> <p>(b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais, nas Reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;</p> <p>(c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais;</p> <p>(d) deliberar sobre a mudança de endereço da sede social, abertura e encerramento de filiais, depósitos, agências, etc, e</p> <p>(e) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos.</p>	Sem alterações, apenas referência
<p><b>Artigo 20:</b> A Diretoria reunir-se-á quando convocada pelo Diretor Presidente, por quaisquer dois Diretores ou pelo Conselho de Administração,</p>	<p><b>Artigo 20:</b> A Diretoria reunir-se-á quando convocada pelo Diretor Presidente, por quaisquer dois Diretores ou pelo Conselho de Administração,</p>	Sem alterações, apenas referência

<p>através de carta protocolada, a qual será dispensada se presentes todos os Diretores.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> A Diretoria deliberará com a presença da maioria simples de seus membros e suas decisões também serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Diretor Presidente ou seu substituto, além do voto comum, o de qualidade.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> Qualquer Diretor poderá ser representado nas reuniões por outro Diretor, devidamente constituído como se procurador, ou poderá votar por carta, telex ou fac-símile, telegrama ou qualquer outra forma escrita, sendo considerados presentes os Diretores que optarem por essa modalidade.</p> <p><b>Parágrafo 3º:</b> Das reuniões da Diretoria serão lavradas e assinadas atas em livro próprio. As atas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas na imprensa.</p>	<p>através de carta protocolada, a qual será dispensada se presentes todos os Diretores.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> A Diretoria deliberará com a presença da maioria simples de seus membros e suas decisões também serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Diretor Presidente ou seu substituto, além do voto comum, o de qualidade.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> Qualquer Diretor poderá ser representado nas reuniões por outro Diretor, devidamente constituído como se procurador, ou poderá votar por carta, telex ou fac-símile, telegrama ou qualquer outra forma escrita, sendo considerados presentes os Diretores que optarem por essa modalidade.</p> <p><b>Parágrafo 3º:</b> Das reuniões da Diretoria serão lavradas e assinadas atas em livro próprio. As atas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas na imprensa.</p>	
<p><b>Artigo 21:</b> A Companhia poderá constituir procuradores, devendo constar dos respectivos instrumentos de mandato os atos e as operações que poderão ser praticados, bem como o prazo de duração do mandato, o qual no entanto não poderá ultrapassar 1 (um) ano, exceto quando se tratar de poderes ad judicia ou para a defesa dos interesses da Companhia em processos administrativos. Na constituição de procuradores a Companhia será sempre representada por dois Diretores.</p>	<p><b>Artigo 21:</b> A Companhia poderá constituir procuradores, devendo constar dos respectivos instrumentos de mandato os atos e as operações que poderão ser praticados, bem como o prazo de duração do mandato, o qual no entanto não poderá ultrapassar 1 (um) ano, exceto quando se tratar de poderes ad judicia ou para a defesa dos interesses da Companhia em processos administrativos. Na constituição de procuradores a Companhia será sempre representada por dois Diretores.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
<p><b>Artigo 22:</b> São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer diretores, procuradores ou empregados, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas a seu objeto social, tais como fianças, avais, hipotecas,</p>	<p><b>Artigo 22:</b> São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer diretores, procuradores ou empregados, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas a seu objeto social, tais como fianças, avais, hipotecas,</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>



<p>cauções, penhores, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração, em reunião, conforme estabelecido na alínea "q" do artigo 16 deste Estatuto.</p> <p><b>Parágrafo Único:</b> Não se inclui nesta proibição a prestação de garantias a sociedades controladas, coligadas ou pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia, ou a transações em que esta ou suas controladas, coligadas ou empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico tenham qualquer interesse, mesmo que indireto.</p>	<p>cauções, penhores, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração, em reunião, conforme estabelecido na alínea "q" do artigo 16 deste Estatuto.</p> <p><b>Parágrafo Único:</b> Não se inclui nesta proibição a prestação de garantias a sociedades controladas, coligadas ou pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia, ou a transações em que esta ou suas controladas, coligadas ou empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico tenham qualquer interesse, mesmo que indireto.</p>	
<p><b>Artigo 23:</b> O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter permanente, e será integrado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.</p> <p><b>Parágrafo Primeiro:</b> Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes terão mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos por meio de termo de posse lavrado e assinado em livro próprio e permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.</p> <p><b>Parágrafo Segundo:</b> A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto na Lei.</p> <p><b>Parágrafo Terceiro:</b> O Conselho Fiscal aprovará Regimento Interno para estabelecer as normas e condições do seu funcionamento.</p>	<p><b>Artigo 23:</b> O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter permanente, e será integrado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.</p> <p><b>Parágrafo Primeiro:</b> Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes terão mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos por meio de termo de posse lavrado e assinado em livro próprio e permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.</p> <p><b>Parágrafo Segundo:</b> A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto na Lei.</p> <p><b>Parágrafo Terceiro:</b> O Conselho Fiscal aprovará Regimento Interno para estabelecer as normas e condições do seu funcionamento.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
<p><b>ESTATUTO SOCIAL AUTAL</b></p>	<p><b>PROPOSTA DE ALTERAÇÃO</b></p>	<p><b>JUSTIFICATIVA</b></p>
<p><b>CAPÍTULO IV ASSEMBELIA GERAL</b></p>		

<p><b>Artigo 24:</b> A Assembleia Geral Ordinária deverá ocorrer dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano, a contar do término do exercício social e a Assembleia Geral Extraordinária deverá ocorrer sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> As Assembleias Gerais serão convocadas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu procurador ou por um substituto por ele indicado, que escolherá um secretário. Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração ou de seu procurador u de seu substituto, o Presidente e o Secretário da Assembleia serão escolhidos pelos acionistas presentes.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> A Companhia poderá suspender as transferências de ações antes da realização de Assembleias Gerais, pelo prazo previsto na Lei.</p> <p><b>Parágrafo 3º:</b> O acionista poderá ser representado por procurador que deposite na sede da Companhia o respectivo instrumento de mandato pelo menos 3 (três) dias antes da data marcada para a Assembleia Geral.</p>	<p><b>Artigo 24:</b> A Assembleia Geral Ordinária deverá ocorrer dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano, a contar do término do exercício social e a Assembleia Geral Extraordinária deverá ocorrer sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.</p> <p><b>Parágrafo 1º:</b> As Assembleias Gerais serão convocadas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu procurador ou por um substituto por ele indicado, que escolherá um secretário. Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração ou de seu procurador u de seu substituto, o Presidente e o Secretário da Assembleia serão escolhidos pelos acionistas presentes.</p> <p><b>Parágrafo 2º:</b> A Companhia poderá suspender as transferências de ações antes da realização de Assembleias Gerais, pelo prazo previsto na Lei.</p> <p><b>Parágrafo 3º:</b> O acionista poderá ser representado por procurador que deposite na sede da Companhia o respectivo instrumento de mandato pelo menos 3 (três) dias antes da data marcada para a Assembleia Geral.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
ESTATUTO SOCIAL AUTAL	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO V EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINALÇÃO DO ÇUCRO LÍQUIDO		
<p><b>Artigo 25:</b> O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício a Diretoria elaborará as Demonstrações Financeiras previstas em lei.</p>	<p><b>Artigo 25:</b> O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício a Diretoria elaborará as Demonstrações Financeiras previstas em lei.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
<p><b>Artigo 26:</b> Do resultado do exercício social anual, semestral ou de períodos menores, serão deduzidas as seguintes parcelas, apurando-se o lucro líquido:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>os prejuízos acumulados; e</li> </ul>	<p><b>Artigo 26:</b> Do resultado do exercício social anual, semestral ou de períodos menores, serão deduzidas as seguintes parcelas, apurando-se o lucro líquido:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>os prejuízos acumulados; e</li> </ul>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>



<ul style="list-style-type: none"> <li>a provisão para o imposto de renda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a provisão para o imposto de renda.</li> </ul>	
<p><b>Artigo 27:</b> O lucro líquido deverá Ter a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) deverão ser destinados à constituição da Reserva Legal, que não deverá exceder a 20% (vinte por cento) do Capital Social; (b) 25% (vinte e cinco por cento), ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, deverão ser distribuídos e pagos aos acionistas a título de dividendo obrigatório legal, ou, por proposta dos órgãos da administração como juros, a título de remuneração do capital próprio; (c) 10% (dez por cento), no máximo, deverão ser destinados à constituição da reserva para futuros investimentos, a qual tem por finalidade fomentar os investimentos da Companhia em novos produtos e na ampliação das linhas de produção da Companhia, sendo que o valor constante desta reserva não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do capital social; e (d) o saldo deverá Ter o destino deliberado pela Assembleia Geral.</p>	<p><b>Artigo 27:</b> O lucro líquido deverá Ter a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) deverão ser destinados à constituição da Reserva Legal, que não deverá exceder a 20% (vinte por cento) do Capital Social; (b) 25% (vinte e cinco por cento), ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, deverão ser distribuídos e pagos aos acionistas a título de dividendo obrigatório legal, ou, por proposta dos órgãos da administração como juros, a título de remuneração do capital próprio; (c) 10% (dez por cento), no máximo, deverão ser destinados à constituição da reserva para futuros investimentos, a qual tem por finalidade fomentar os investimentos da Companhia em novos produtos e na ampliação das linhas de produção da Companhia, sendo que o valor constante desta reserva não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do capital social; e (d) o saldo deverá Ter o destino deliberado pela Assembleia Geral.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
<p><b>Artigo 28:</b> A Companhia fará elaborar demonstrações financeiras semestrais, podendo distribuir dividendos intermediários ou proceder ao pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio com base em tais demonstrações, mediante a aprovação do Conselho de Administração.</p> <p><b>Parágrafo Único:</b> A Companhia poderá distribuir dividendos intermediários ou pagar juros a título de remuneração do capital próprio à conta de lucros acumulados ou reservas de lucro existente no último balanço anual ou semestral, mediante a aprovação do Conselho de Administração.</p>	<p><b>Artigo 28:</b> A Companhia fará elaborar demonstrações financeiras semestrais, podendo distribuir dividendos intermediários ou proceder ao pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio com base em tais demonstrações, mediante a aprovação do Conselho de Administração.</p> <p><b>Parágrafo Único:</b> A Companhia poderá distribuir dividendos intermediários ou pagar juros a título de remuneração do capital próprio à conta de lucros acumulados ou reservas de lucro existente no último balanço anual ou semestral, mediante a aprovação do Conselho de Administração.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
<p><b>Artigo 29:</b> O pagamento dos dividendos e/ou dos juros e/ou bonificações em</p>	<p><b>Artigo 29:</b> O pagamento dos dividendos e/ou dos juros e/ou bonificações em</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>



<p>dinheiro distribuídos, será efetuado, salvo deliberação contrária da Assembleia Geral, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral que deliberar sobre a destinação do lucro líquido d exercício e sobre a distribuição de dividendos e, em qualquer caso, dentro do exercício social.</p>	<p>dinheiro distribuídos, será efetuado, salvo deliberação contrária da Assembleia Geral, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral que deliberar sobre a destinação do lucro líquido d exercício e sobre a distribuição de dividendos e, em qualquer caso, dentro do exercício social.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
<p><b>Artigo 30:</b> O direito de reclamar dividendos prescreve em 3 (três) anos, contados da data da aprovação da sua distribuição.</p>	<p><b>Artigo 30:</b> O direito de reclamar dividendos prescreve em 3 (três) anos, contados da data da aprovação da sua distribuição.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
<p><b>ESTATUTO SOCIAL AUTAL</b></p>	<p><b>PROPOSTA DE ALTERAÇÃO</b></p>	<p><b>JUSTIFICATIVA</b></p>
<p><b>CAPÍTULO VI</b> <b>LÍQUIDAÇÃO E CASOS OMÍSSOS</b></p>		
<p><b>Artigo 31:</b> A Companhia liquidar-se-á nos casos e na forma prevista em lei.</p>	<p><b>Artigo 31:</b> A Companhia liquidar-se-á nos casos e na forma prevista em lei.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
<p><b>Artigo 32:</b> Os casos omissos do presente Estatuto serão regulados pela legislação vigente.</p>	<p><b>Artigo 32:</b> Os casos omissos do presente Estatuto serão regulados pela legislação vigente.</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>
<p><b>ESTATUTO SOCIAL AUTAL</b></p>	<p><b>PROPOSTA DE ALTERAÇÃO</b></p>	<p><b>JUSTIFICATIVA</b></p>
<p><b>CAPÍTULO VII</b> <b>ACORDO DE ACIONISTAS</b></p>		
<p><b>Artigo 33:</b> Os acordos de acionistas sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito a voto, ou do poder de controle deverão ser observados pela Companhia quando arquivado em sede."</p>	<p><b>Artigo 33:</b> Os acordos de acionistas sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito a voto, ou do poder de controle deverão ser observados pela Companhia quando arquivado em sede."</p>	<p>Sem alterações, apenas referência</p>



**ANEXO VI**

**BOMBRIL S.A.**

CNPJ/MF nº 50.564.053/0001-03  
NIRE 3530009971-1  
Companhia Aberta

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2019**

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 05 de setembro de 2019, às 10:00 horas, na sede da Bombril S.A. ("Companhia"), localizada no município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, Via Anchieta, km 14, s/n, Rudge Ramos, CEP 09696-000.

**2. PRESENCAS:** Presentes os Srs. conselheiros Ronaldo Sampaio Ferreira, Célio de Melo Almada Neto, Jonatas Giovinazzo Garcia e Hagen Schoof. Presentes, também, o Sr. Wagner Brilhante de Albuquerque, Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, e o Sr. Marcus Fraga Rodrigues, Diretor Jurídico da Companhia.

**3. MESA DIRIGENTE:** Presidente: Ronaldo Sampaio Ferreira, nos termos do artigo 14, item "b", do Estatuto Social. Secretário: Marcus Fraga Rodrigues, indicado pelo Sr. Presidente para secretariar a reunião.

**4. CONVOCAÇÃO:** Dispensada, na forma do artigo 15, §4º, do Estatuto Social da Companhia.

**5. ORDEM DO DIA:** (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 87.884.056,75 (oitenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos), em decorrência da conversão de 66.002.424 (sessenta e seis milhões, duas mil, quatrocentas e vinte e quatro) debêntures emitidas e subscritas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Bombril S.A. ("Debêntures da 1ª Emissão" e "Escritura de Emissão"), em ações da Companhia, com a consequente emissão de 122.178.367 (cento e vinte e duas milhões, cento e setenta e oito mil, trezentas e sessenta e sete) novas ações ordinárias e 92.172.991 (noventa e duas milhões, cento e setenta e duas mil, novecentas e noventa e uma) novas ações preferenciais, totalizando 214.351.358 (duzentas e catorze milhões, trezentas e cinquenta e uma mil, trezentas e cinquenta e oito) novas ações a serem atribuídas aos debenturistas na forma da Escritura de Emissão; (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação da deliberação referida no item "i" da ordem do dia.

**6. DELIBERAÇÕES:**



**6.1.** Com relação ao item “i” da ordem do dia, os conselheiros presentes, por unanimidade, nos termos do artigo 166, inciso III, da Lei nº 6.404/76, em decorrência da conversão da totalidade das Debêntures da 1ª Emissão, aprovada em assembleia geral de debenturistas realizada em 17 de julho de 2019, aprovaram o aumento de capital da Companhia e a emissão de novas ações, nos termos da Escritura de Emissão.

**6.1.1.** Na sequência do item “6.1” acima, os conselheiros presentes aprovaram, por maioria, com abstenção do conselheiro Célio de Melo Almada Neto, o montante do referido aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 87.884.056,75 (oitenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos), mediante a emissão de 214.351.358 (duzentas e catorze milhões, trezentas e cinquenta e uma mil, trezentas e cinquenta e oito) novas ações, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.178.367 (cento e vinte e duas milhões, cento e setenta e oito mil, trezentas e sessenta e sete) novas ações ordinárias e 92.172.991 (noventa e duas milhões, cento e setenta e duas mil, novecentas e noventa e uma) novas ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 0,41 (quarenta e um centavos) por ação, conforme definido na Escritura de Emissão, aprovada em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 10 de junho de 2014.

Em virtude da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 795.142.427,64 (setecentos e noventa e cinco milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos), representado por 54.064.589 (cinquenta e quatro milhões, sessenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e nove) ações, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ações ordinárias e 34.064.589 (trinta e quatro milhões, sessenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e nove) ações preferenciais, todas sem valor nominal, para R\$ 883.026.484,39 (oitocentos e oitenta e três milhões, vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos), representado por 268.415.947 (duzentas e sessenta e oito milhões, quatrocentas e quinze mil, novecentas e quarenta e sete) ações, sendo 142.178.367 (cento e quarenta e dois milhões, cento e setenta e oito mil, trezentas e sessenta e sete) ações ordinárias e 126.237.580 (cento e vinte e seis milhões, duzentas e trinta e sete mil, quinhentas e oitenta) ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações emitidas resultantes da conversão das Debêntures da 1ª Emissão conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e prerrogativas atribuídos às demais ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia, conforme o caso, sem quaisquer restrições.

**6.1.2.** Fica aprovado, por unanimidade, pelos conselheiros presentes, que o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia deverá ser ajustado na primeira assembleia geral subsequente à presente reunião do Conselho de Administração, de forma a refletir o aumento de capital ora homologado, sem prejuízo dos efeitos de tal aumento, que passam a incidir a partir desta data, na forma da lei. Fica igualmente consignado que o aumento de capital ora homologado não confere aos acionistas da Companhia direito de preferência, conforme o disposto na parte final do artigo 171, §3º, da Lei nº 6.404/76.



**6.1.3.** O conselheiro Célio de Melo Almada Neto justifica sua abstenção ao item "6.1.1.", no que tange à análise e verificação dos números apresentados pela Diretoria relativos ao aumento de capital social ora aprovado, por entender que cabe ao agente escriturador tal incumbência, como ato de simples execução da Escritura de Emissão.

**6.2.** Ato contínuo, com relação ao item "ii" da ordem do dia, os conselheiros presentes, por unanimidade, deliberaram autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para dar cumprimento à deliberação constante do item 6.1 acima, incluindo, sem limitar, para apresentar a documentação exigida pelo agente escriturador das ações da Companhia, para que proceda aos respectivos registros, cumprindo-se assim o prazo estabelecido na assembleia geral de debenturistas realizada em 17 de julho de 2019 para implementação da conversão das Debêntures da 1ª Emissão em ações.

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Certifico que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.

São Bernardo do Campo, 05 de setembro de 2019.

Mesa:

**Ronaldo Sampaio Ferreira**

**Presidente**

**Marcus Fraga Rodrigues**

**Secretário**

Membros do Conselho de Administração presentes:

**Ronaldo Sampaio Ferreira**

**Célio de Melo Almada Neto**

**Jonatas Giovinnazzo Garcia**

**Hagen Shoof**



## **ANEXO VII**

### **BOMBRIL S.A.**

CNPJ/MF nº 50.564.053/0001-03

NIRE 3530009971-1

Companhia Aberta

### **ATA DE RERRATIFICAÇÃO DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2019**

- 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 14 de novembro de 2019, às 9:00 horas, na sede da Bombril S.A. ("Companhia"), localizada no município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, Via Anchieta, km 14, s/n, Rudge Ramos, CEP 09696-000.
- 2. PRESENCAS:** Presentes os Srs. Conselheiros Hagen Schoof e Célio de Melo Almada Neto. Presentes também, na forma do art. 15, §6º do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros Ronaldo Sampaio Ferreira e Jonatas Giovinazzo Garcia, devidamente representados por procuração outorgada ao Conselheiro Hagen Schoof. Igualmente, consignou-se a presença dos membros da Diretoria da Companhia, Sr. Wagner Brilhante de Albuquerque, Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores; e Sr. Marcus Fraga Rodrigues, Diretor Jurídico.
- 3. MESA DIRIGENTE:** Presidente: Hagen Schoof, nos termos do artigo 14, item "b", do Estatuto Social. Secretário: Marcus Fraga Rodrigues, indicado pelo Sr. Presidente para secretariar a reunião.
- 4. CONVOCAÇÃO:** Dispensada, na forma do artigo 15, §4º, do Estatuto Social da Companhia.
- 5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** a retificação da deliberação deste Conselho de Administração, em reunião realizada em 05 de setembro de 2019 ("RCA 07/19"), que aprovou o aumento de capital social no valor de R\$87.884.056,75 (oitenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos), em decorrência da conversão de 66.002.424 (sessenta e seis milhões, duas mil, quatrocentas e vinte e quatro) debêntures emitidas e subscritas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Bombril S.A. ("Debêntures" e "Escritura de Emissão"), em virtude da não realização de retenção, pela Companhia, de parte do valor referente à remuneração das Debêntures relativa ao imposto de renda retido na fonte devido pela Companhia, a fim de corrigir a cifra do aumento do capital social, com o consequente cancelamento de 3.343.118 (três milhões, trezentas e quarenta e três mil, cento e dezoito) ações preferenciais e 4.563.050 (quatro milhões, quinhentas e sessenta e três mil e cinquenta) ações ordinárias de emissão da Companhia, emitidas em excesso; **(ii)** a ratificação de todas as demais deliberações tomadas na RCA 07/19; e **(iii)** a autorização da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações referidas nos itens anteriores.

## **6. DELIBERAÇÕES:**

**6.1.** Com relação ao item “i” da ordem do dia, os conselheiros presentes registram que tomaram conhecimento da não realização de retenção, pela Companhia, de parte do valor relativo à remuneração das Debêntures, conforme cláusulas 4.5.4 e 4.13.2 da Escritura de Emissão, para fins de retenção de imposto de renda na fonte, na forma dos artigos 45 e ss. da Instrução Normativa nº 1.585, de 31 de agosto de 2015, na implementação da conversão das Debêntures em ações, de modo que a cifra do aumento de capital aprovado na RCA 07/19 deve ser alterada para R\$84.642.528,03 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e três centavos), mediante a emissão de 88.829.873 (oitenta e oito milhões, oitocentas e vinte e nove mil, oitocentas e setenta e três) ações preferenciais e 117.615.317 (cento e dezessete milhões, seiscentas e quinze mil, trezentas e dezessete) ações ordinárias, devendo, por conseguinte, ser canceladas 3.343.118 (três milhões, trezentas e quarenta e três mil, cento e dezoito) ações de preferenciais e 4.563.050 (quatro milhões, quinhentas e sessenta e três mil e cinquenta) ações ordinárias emitidas em excesso, pelo motivo indicado. O acionista controlador, Sr. Ronaldo Sampaio Ferreira, concordou que o cancelamento recaia apenas sobre ações de sua titularidade. Após discutirem sobre o assunto, os conselheiros presentes, por maioria, com abstenção dos Conselheiros Sr. Ronaldo Sampaio Ferreira e Célio de Melo Almada Neto, aprovaram a retificação da deliberação tomada na RCA 07/19 a fim de alterar a cifra do aumento de capital, que constou equivocadamente como R\$ 87.884.056,75 (oitenta e sete milhões, oitocentas e oitenta e quatro mil, cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos), sendo o valor correto do aumento de capital R\$84.642.528,03 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e três centavos), com a emissão de 206.445.190 (duzentas e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, cento e noventa) novas ações, escriturais e sem valor nominal, sendo 117.615.317 (cento e dezessete milhões, seiscentas e quinze mil, trezentas e dezessete) ações ordinárias e 88.829.873 (oitenta e oito milhões, oitocentas e vinte e nove mil, oitocentas e setenta e três) ações preferenciais e, por conseguinte, o cancelamento de 3.343.118 (três milhões, trezentas e quarenta e três mil, cento e dezoito) ações de preferenciais e 4.563.050 (quatro milhões, quinhentas e sessenta e três mil e cinquenta) ações ordinárias de emissão da Companhia emitidas em excesso, sendo que o cancelamento deverá recair somente sobre ações de titularidade do Sr. Ronaldo Sampaio Ferreira.

Em virtude da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$883.026.484,39 (oitocentos e oitenta e três milhões, vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos), representado por 268.415.947 (duzentas e sessenta e oito milhões, quatrocentas e quinze mil, novecentas e quarenta e sete) ações, sendo 142.178.367 (cento e quarenta e duas milhões, cento e setenta e oito mil, trezentas e sessenta e sete) ações ordinárias e 126.237.580 (cento e vinte e seis milhões, duzentas e trinta e sete mil, quinhentas e oitenta) ações preferenciais, todas sem valor nominal, para R\$ 879.784.955,67 (oitocentos e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), representado por 260.509.779 (duzentas e sessenta milhões, quinhentas e nove mil, setecentas e setenta e nove) ações, sendo 137.615.317 (cento e trinta e sete milhões, seiscentas e quinze mil, trezentas e dezessete) ações ordinárias e 122.894.462 (cento e vinte e duas milhões, oitocentas e noventa e quatro mil, quatrocentas e sessenta e duas) ações preferenciais, todas sem valor nominal.



**6.2.** Com relação ao item "ii" da ordem do dia, os conselheiros presentes aprovaram, por maioria, com abstenção dos Srs. Ronaldo Sampaio Ferreira e Célio de Melo Almada Neto, sem qualquer ressalva, a ratificação das demais deliberações da RCA 07/09 que não foram modificadas pela presente reunião, as quais permanecem em pleno vigor e inalteradas.

**6.3.** Ato contínuo, com relação ao item "iii" da ordem do dia, os conselheiros presentes, por maioria, com abstenção dos Srs. Ronaldo Sampaio Ferreira e Célio de Melo Almada Neto, deliberaram autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para dar cumprimento à deliberação constante dos itens acima, incluindo, sem limitar, apresentar a documentação exigida pelo agente escriturador das ações da Companhia para que proceda ao cancelamento de ações na forma indicada.

**6.4.** O Conselheiro Célio de Melo Almada Neto justifica sua abstenção de voto nos mesmos termos já expostos na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 05 de setembro de 2019.

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Certifico que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.

São Bernardo do Campo, 14 de novembro de 2019.

*(As assinaturas constam da próxima página)*





*(Página de assinaturas relativas à Reunião do Conselho de Administração da Bombril S.A. realizada em 14 de novembro de 2019, às 9:00)*

Mesa:

**Hagen Shoof**

**Marcus Fraga Rodrigues**

**Presidente**

**Secretário**

Membros do Conselho de Administração presentes:

**Ronaldo Sampaio Ferreira**

**Célio de Melo Almada Neto**

**Jonatas Giovinnazzo Garcia**

**Hagen Shoof**



## **ANEXO VIII**

### **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.**

#### **Prejuízo no Exercício**

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 não está sendo apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício (nos termos do Ofício Circular da SEP, as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício não são obrigadas a apresentar as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09).



**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Bombril S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Via Anchieta, Km 14, Bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.564.053/0001-03 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Bernardo do Campo, 26 de março de 2020.

Wagner Brilhante de Albuquerque  
Diretor Presidente  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcus Fraga Rodrigues  
Diretor Jurídico



**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES**

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Bombril S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Via Anchieta, Km 14, Bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.564.053/0001-03 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer da EY – Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia, referente às demonstrações financeiras dessa última para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Bernardo do Campo, 26 de março de 2020.

Wagner Brilhante de Albuquerque  
Diretor Presidente  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcus Fraga Rodrigues  
Diretor Jurídico